

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ÍNDICE

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES	4
--	----------

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	6
--------------------------	----------

2. QUADRO DIRECTIVO	8
----------------------------	----------

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO	11
----------------------------------	-----------

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
4.1. Economia Internacional	14
4.2. Economia da Zona Euro	16
4.3. Economia Portuguesa	19

5. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO	24
--	-----------

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO	29
6.1. Banca Comercial	30
6.2. Banca de Empresas, Corporativa e Institucional	33
6.3. Mercados	37
6.4. Banca de Investimento	38
6.5. Risco	39
6.6. Recursos e Meios	48

7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO BANCO	51
<hr/>	
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	67
<hr/>	
9. RECONHECIMENTO PÚBLICO	69
<hr/>	
10. ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	71
<ul style="list-style-type: none">• Informação sobre os accionistas• Relatório dos Auditores• Demonstrações Financeiras : Individuais• Certificação legal de Contas : Individuais• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal : Contas Individuais• Acta da Assembleia Geral• Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos	

Síntese de Indicadores Relevantes

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES

BBVA (Portugal) Contas Individuais		VARIAÇÃO		
	NCA			
BALANÇO	2007	2008	ABS	%
Activo Líquido Total	6 203 440	6 927 191	723 751	11.7%
Crédito a Clientes	4 981 574	5 534 405	552 831	11.1%
Depósitos de Clientes	1 712 654	3 103 410	1 390 756	81.2%
Capital	239 061	240 795	1 733	0.7%

CONTA DE RESULTADOS	2007	2008	ABS	%
(+) Juros e rendimentos similares	281 735	450 315	168 580	59.8%
(-) Juros e encargos similares	214 093	369 266	155 173	72.5%
(=) Margem Financeira	67 643	81 049	13 407	19.8%
(+) Rendimentos de Capital	10 626	366	-10 259	2965.6%
(+) Resultados de Serviços e Comissões	26 861	22 963	-3 898	-14.5%
(+) Outros Resultados de Exploração	14 779	10 479	-4 300	-29.1%
(=) Produto Bancário	119 908	114 858	-5 051	-4.2%
(-) Custos c/Pessoal e Administrativos	81 204	72 439	-8 766	-10.8%
(-) Amortizações	4 003	3 988	-16	-0.4%
(-) Provisões e Imparidade	10 003	7 318	-2 685	-26.8%
(-) Correções de Valor	5 146	10 477	5 332	103.6%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	19 551	20 635	1 083	n.a.
(-) Provisões p/Impostos s/Lucros	-1 258	3 315	4 573	-363.5%
(-) Provisões p/Impostos Correntes	222	359	137	54.1%
(-) Provisões p/Impostos Diferidos	-1 481	2 955	4 436	-299.6%
(=) Resultado Líquido	20 809	17 320	-3 490	n.a.

	2007	2008	Δ 2008/2007
Número de Agências Bancárias	110	104	-6
Número de Empregados	820	825	5

1.

Orgãos Sociais

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente: Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito

Secretário: Maria de Carmo de Abreu Barbosa

Conselho de Administração

Presidente: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Administrador – Delegado: Alberto Charro

Vogais :

Álvaro Aresti Aldasoro

Segundo Huarte Martin

Javier Bernal Dionis

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos

José Manuel Doiztuá Garcia

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira

Vogal: Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima

ROC: Martinez, Carvalheda, Plácido & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., ROC nº105, representada por Plácido Norberto dos Inocentes, ROC nº 772

ROC Suplente: Deloitte & Associados, SROC nº 43, representada por Luís Augusto Magalhães, ROC nº 550

2.

Quadro Directivo

2. QUADRO DIRECTIVO

	CD	CGRC	CAP	CGGR
Administrador-Delegado				
Presidente do Comité de Direcção				
<hr/>				
Alberto Charro	P	P	P	P
Directores Gerais				
<hr/>				
Luís Filipe da Silva Figueiredo	*			*
Susana Ribeiro Nunes	*	*	*	*
Manuel Ferreira	*		*	*

Principais Comitês

Comité de Direcção (CD)

Tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do Banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação geral, o acompanhamento de projectos multinacionais e multi-funcionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

Comité de Gestão de Risco de Crédito (CGRC)

Tem por missão a análise causal do investimento irregular, a atribuição de responsabilidades pela sua gestão e a definição de estratégias de actuação tendentes a maximizar os resultados. Está também no seu âmbito o acompanhamento da evolução da carteira de risco creditício.

Comité de Activos e Passivos (CAP)

Tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez. Cabe-lhe estabelecer os limites à tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

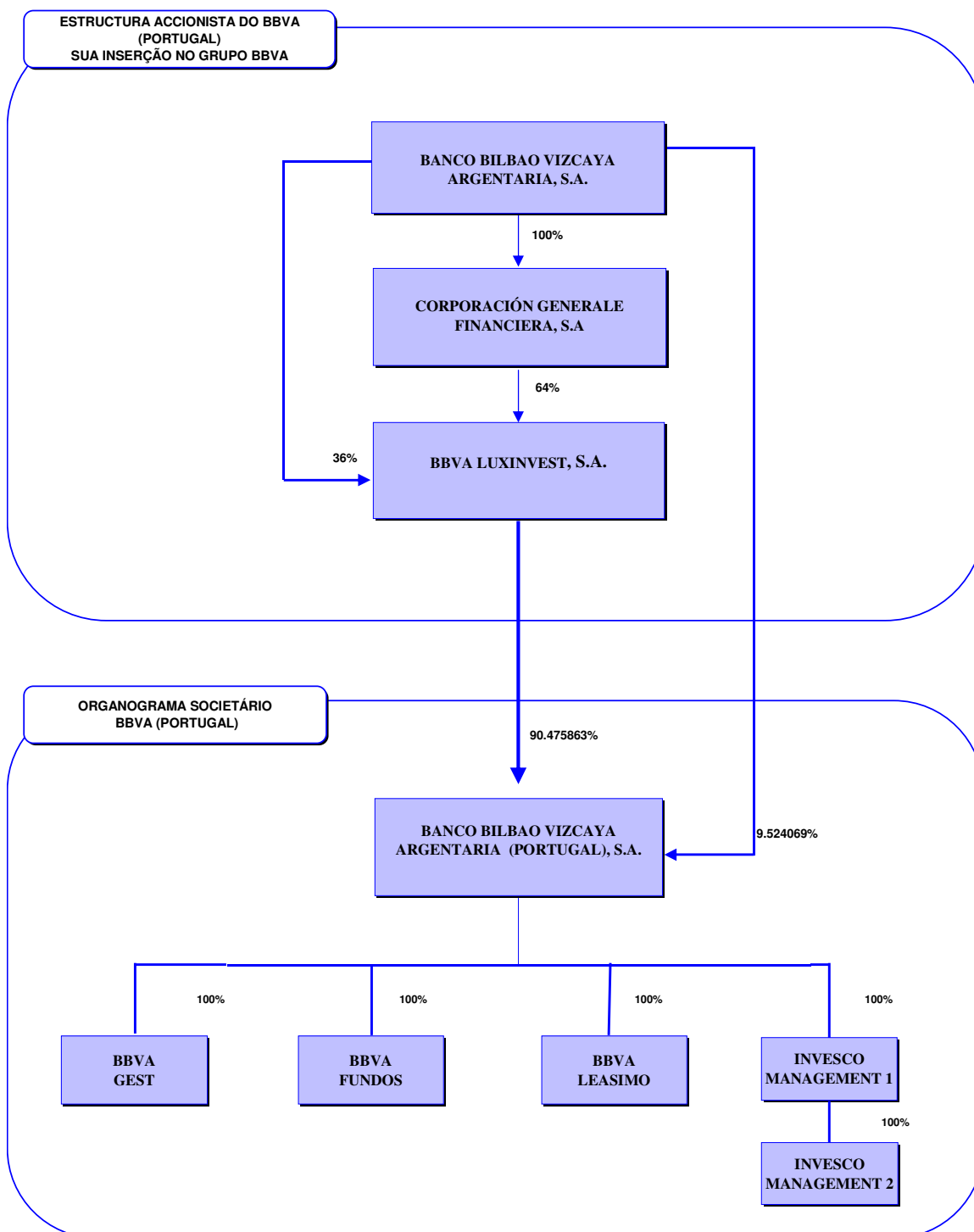
Comité Geral de Gestão de Risco (CGGR)

Este comité é um órgão independente que tem como objectivo a aplicação do Sistema de Gestão de Riscos, que se traduz no acompanhamento e avaliação da Função de Risco, no aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco e na elaboração de um relatório anual de Gestão de Risco. Tem a responsabilidade pelos Riscos de Crédito, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional, Compliance e Sistemas de Informação.

3.

**Organograma Societário e
Estrutura Accionista**

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO E ESTRUTURA ACCIONISTA



4.

**Enquadramento
Macroeconómico**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à Assembleia Geral, relativamente ao exercício de 2008, o seu relatório sobre as actividades e resultados das diferentes Áreas do Banco, bem como as contas individuais, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, das Certificações Legais e do Relatório dos Auditores Externos.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Economia Internacional

O ano de 2008 foi particularmente adverso no que respeita à evolução do crescimento económico mundial. Se, durante o primeiro semestre, a preocupação se centrava na desaceleração da economia global, assente essencialmente nas fraquezas estruturais da economia americana, parcialmente compensadas pelo dinamismo das economias emergentes e pela resiliência da economia europeia, no resto do ano assistiu-se a um impacto negativo crescente das turbulências dos mercados financeiros na economia real.

A incerteza e a forte aversão a investir, que se pensava inicialmente circunscrita ao mercado dos EUA, globalizou-se, principalmente desde a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008.

Apesar da posterior implementação nos EUA do plano Paulson, cujo objectivo consistia em mitigar o problema dos activos tóxicos nos balanços dos bancos e assim aliviar os problemas de liquidez e solvabilidade de muitas instituições financeiras, a falência de um grande banco, com as conseqüentes perdas para os detentores de obrigações, converteu a aversão ao risco num fenómeno global e criou graves problemas de liquidez, obrigando os principais Bancos Centrais a

acções coordenadas de descida de taxas directoras e de injeção de enormes quantidade de liquidez no mercado. Os governos europeus alcançaram igualmente um oportuno acordo para fazer face à crise, anunciando programas baseados na concessão de garantias e injeção de capitais.

Crescimento do PIB por Regiões (em %)

	2007	2008	2009
EUA	2.0	1.3	-1.2
UEM	2.6	0.8	-2.5
América Latina	5.6	4.2	0.2
China	11.9	9.0	8.1
MUNDIAL	5.0	3,7	-0.6

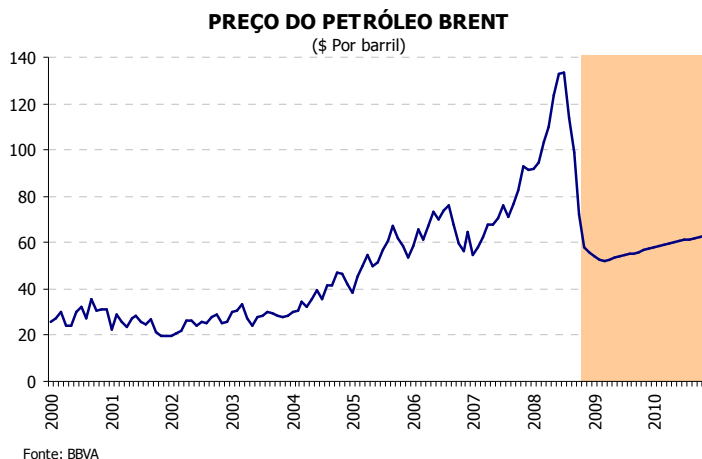
Fonte: SEE BBVA, Comissão Europeia e FMI

Atendendo a que as tensões nos mercados financeiros internacionais não desaparecerão rapidamente e dado que é previsível uma menor disponibilidade de concessão de crédito para as famílias e para as empresas, os prognósticos para 2009 vão no sentido de uma intensificação da desaceleração do crescimento económico e, nalguns casos, de recessão.

Nos EUA é espectável que o consumo e o investimento se continuem a contrair, contribuindo negativamente para o crescimento. Por sua vez, e apesar das importações manterem a tendência de queda, as exportações deverão crescer a um ritmo inferior, devido à debilidade económica global e à apreciação do dólar. Espera-se assim uma contracção de 1,2% para a principal economia mundial.

A inflação continuará a reduzir-se para níveis substancialmente inferiores aos de 2008, influenciada por uma desaceleração da procura e por uma forte queda no preço dos bens alimentares e energéticos. É de prever que, com uma inflação sob

controlo, se assista a novas baixas de taxas de juro ao longo de 2009.



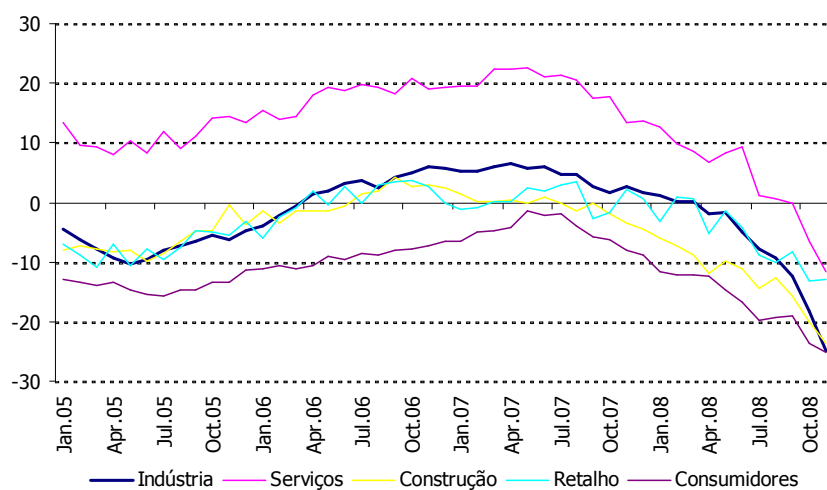
Perante os desafios que se avizinham, num contexto de enorme vulnerabilidade da economia mundial, que deriva da elevada incerteza no que respeita à profundidade e duração da crise, esperam-se novos estímulos fiscais e monetários e medidas menos ortodoxas e coordenadas, por forma a mitigar e minorar a amplitude e abrangência da actual crise.

4.2 Economia da Zona Euro

Durante os primeiros meses de 2008, reinava um moderado optimismo no que respeitava à performance positiva da economia da Zona Euro e à sua relativa imunidade face à crise imobiliária e financeira americana. O dinamismo do sector exportador para os países emergentes, a elevada produtividade, o baixo desemprego estrutural e o bom comportamento da economia alemã, sustentavam esta interpretação. A partir de Setembro, a incerteza associada ao investimento e a forte aversão ao risco, contaminaram a Europa. Os spreads de crédito alargaram-se substancialmente, levando os prémios de liquidez a níveis sem precedente e

insustentáveis. Com o aumento das tensões financeiras a crise bancária rebentou também nos países europeus e transmitiu-se à economia real.

Zona Euro: confiança por sector

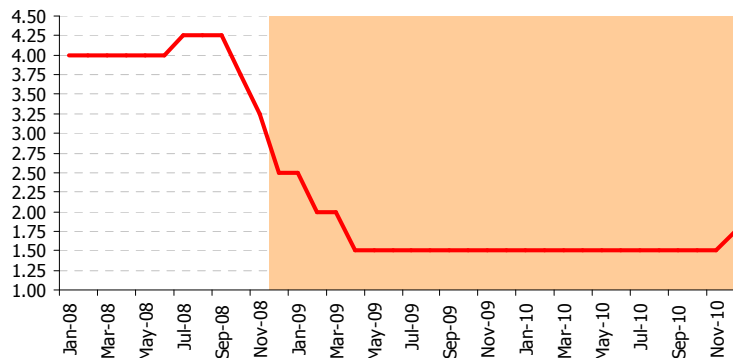


Fonte: Comissão Europeia

Os Governos das economias da união europeia adoptaram igualmente medidas de estabilização financeira, heterogéneas entre si, mas compostas por vários elementos comuns: aumento de garantia dos depósitos, aquisição de activos, capitalização de entidades financeiras e prestação de garantias.

O BCE, à semelhança da FED, injectou grandes quantidade de liquidez no mercado e procedeu a cortes de taxa de juro que conduziram a uma queda gradual de taxas no mercado interbancário. No final de 2008 a taxa de referência do BCE era de 2,5% e admitia-se a necessidade de cortes adicionais. Apesar destas políticas monetárias expansionistas, os prémios de risco e de liquidez deverão manter-se, ainda por um longo período de tempo, a níveis mais elevados do que antes do início da crise.

Taxa de juro de referência do BCE

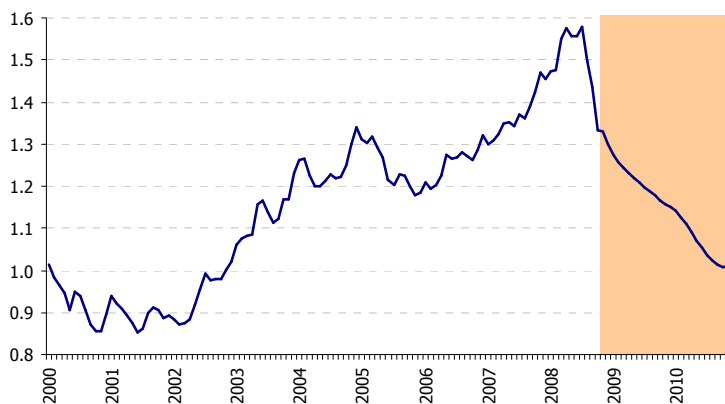


Fonte: ECB e BBVA

A eficácia da política monetária para reactivar a economia não foi suficiente. A necessidade de activar políticas orçamentais expansionistas tornou-se determinante para conter a deterioração da actividade económica. A Comissão Europeia recomendou um programa de despesa pública de 200 mil milhões de euros que incluiria gastos em infra-estruturas. A contrapartida para um extenso número de países europeus será uma deterioração substancial das suas contas públicas.

No que respeita ao mercado cambial, espera-se que o USD se valorize face ao Euro, principalmente devido aos previsíveis cortes de taxa a efectuar pelo BCE, até níveis próximos dos 1,15 dólares/euro.

EURO vs. DOLAR Taxa de Câmbio



Fonte: BBVA

De qualquer forma, os programas dos governos e do Banco Central para o sistema financeiro e as medidas de política económica empreendidas, permitiram uma estabilização, mas não uma correcção significativa das tensões. A economia europeia apresentou uma deterioração dos seus principais indicadores de actividade e de confiança, prevendo-se a entrada em recessão em 2009, com um crescimento do PIB de -2,5%.

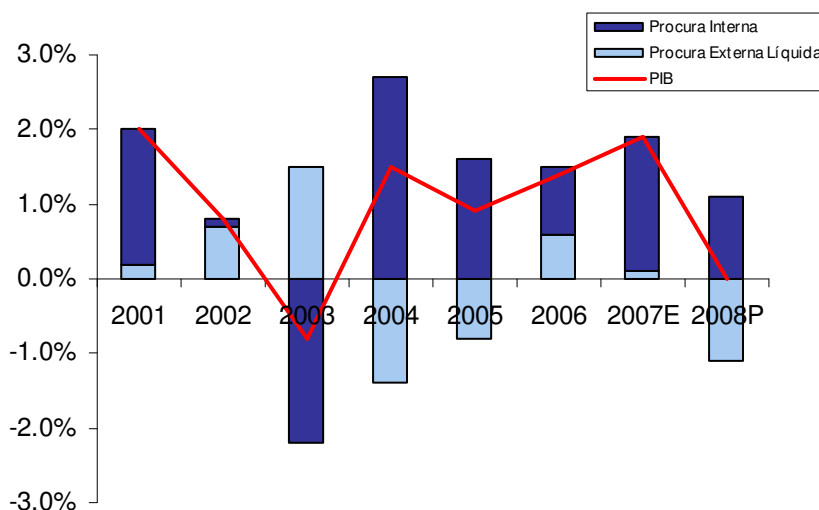
4.3 Economia Portuguesa

Em 2008 Portugal apresentou uma trajectória de clara desaceleração económica. A deterioração significativa da economia mundial, numa fase em que a economia portuguesa se debatia com exigentes processos de ajustamento ao nível das contas públicas e com necessárias alterações ao nível da estrutura produtiva, conduziu, a partir do segundo semestre, a uma contracção da actividade económica.

Ao nível da procura interna assistiu-se a uma contracção do investimento, condicionado pela queda da actividade na construção e pelas perspectivas negativas relativas à evolução da procura e capacidade de financiamento, e a uma resiliência do consumo privado que, embora limitado pela elevadas taxas de endividamento e por um mercado de trabalho em contracção, apresentou uma evolução semelhante à do ano anterior.

De salientar, no entanto, que o comportamento do consumo no último trimestre denotava já uma desaceleração significativa, reflectindo o aumento do desemprego e a menor facilidade de acesso ao crédito.

Contribuição para o Crescimento (taxa interanual)

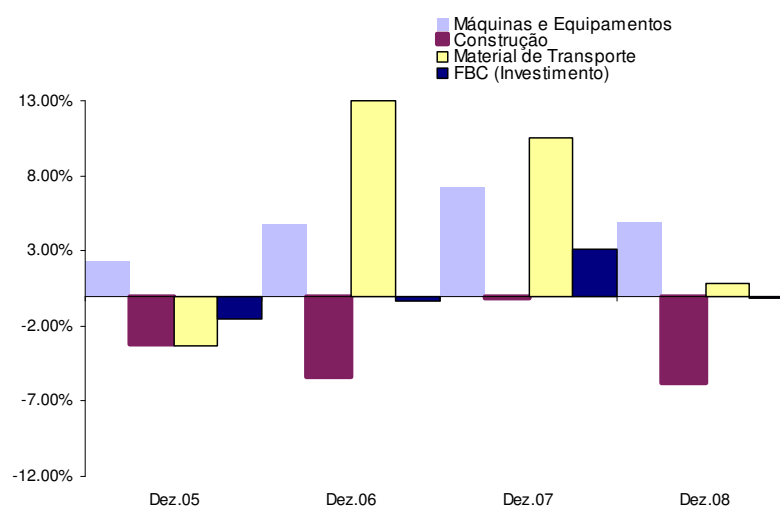


Fonte: INE e Banco de Portugal

A contribuição da procura externa líquida para o crescimento foi negativa. Numa economia como a portuguesa, com um elevado grau de abertura ao exterior e com cerca de 80% das suas exportações canalizadas para países desenvolvidos, o enquadramento económico global recessivo condicionou e debilitou o desempenho do sector exportador.

A diminuição significativa da formação bruta de capital, com uma variação anual negativa de 0,1%, depois de ter crescido 3,2% em 2007, foi determinante para a desaceleração da procura interna. Assistiu-se a uma trajetória de queda consistente ao longo do ano, nomeadamente na componente do investimento em construção, tendo também desacelerado fortemente em bens de equipamento e maquinaria e em material de transporte. A expectativa de redução da procura interna e externa, o aumento dos custos de financiamento, as restrições ao crédito, o elevado grau de incerteza, levaram os indicadores de confiança dos investidores a níveis mínimos e à inversão da tendência de recuperação da FBCF ocorrida em 2007.

Investimento e Componentes (taxa inter-anual)



Fonte: INE, e BBVA

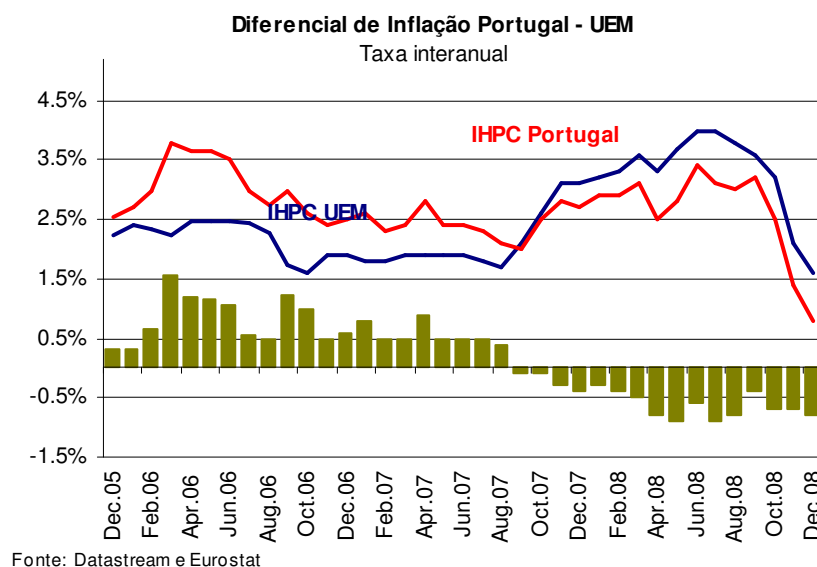
O esforço de consolidação orçamental empreendido pelo Governo, permitiu atingir um valor de défice público em 2008 de 2,2% do PIB, valor abaixo das expectativas. Este esforço, uma vez mais, foi canalizado principalmente e com sucesso para a obtenção da receita, associada à melhoria do aparelho fiscal do Estado. Já a despesa apresenta uma progressão pouco favorável, aumentando o seu peso no PIB.

Para 2009 é crível considerar que o plano de consolidação orçamental será adiado e que o consumo público poderá aumentar o seu peso no crescimento do PIB. O Cenário previsível de contracção económica implicará uma menor obtenção de receitas e um aumento de prestações sociais e de despesas de investimento.

Com este conturbado enquadramento económico assistiu-se novamente a um padrão de crescimento assente preferencialmente na evolução do consumo privado. As exportações, cuja dinâmica tinha conduzido a um ganho de quota de mercado no ano transacto, apresentaram um significativo abrandamento. Em consequência, um dos principais desequilíbrios da economia portuguesa, o défice externo, sofreu um agravamento. Em 2008, a necessidade de financiamento da economia traduziu-se

num défice da balança corrente e de capital que se prevê de 10,6% do PIB, face a 8,6% em 2007.

No ano em curso, a taxa de inflação média situou-se em 2,6%, o que significa um aumento de 0,1 pontos percentuais em relação à inflação registada em 2007. O decréscimo acentuado do petróleo e de algumas matérias primas nos últimos meses do ano, resultou num alívio significativo do nível dos preços.



Para 2009 as perspectivas não são animadoras. Em consequência de um cenário global deveras adverso, será de prever que, pelo menos até meados do ano, se intensifique a contracção económica. Numa economia como a portuguesa, com um elevado grau de abertura ao exterior, e num contexto de disponibilidade de crédito menos abundante e mais selectivo, as componentes do produto mais afectadas serão as exportações e o investimento.

Mas também ao nível do consumo se prevê um forte ajustamento. É relativamente ao mercado de trabalho (determinante para o rendimento das famílias e, portanto, para o consumo), que se antevê uma evolução mais negativa. Os níveis esperados de desemprego, 8,5%, são historicamente elevados. Em contrapartida, a descida das taxas de juro e a queda da inflação contribuirão positivamente para o rendimento disponível das famílias.

A previsão do Banco de Portugal de uma queda do PIB de 0,8% em 2009 será, muito provavelmente, revista em baixa. A Comissão Europeia avançou com uma contracção de 1,6% e esta previsão também se poderá revelar optimista.

Em síntese, antecipa-se um ano particularmente difícil e incerto, com elementos adversos para a economia portuguesa, como a intensa deterioração da actividade económica, em particular na UEM e a disponibilidade de crédito menos abundante e mais selectivo. Existem, no entanto, alguns elementos que podem ter efeitos compensadores. As diferentes medidas adoptadas pelo Governo, onde se incluem medidas de suporte ao emprego, aumento do investimento público, concessão de garantias ao sistema bancário, entre outras, a continuação de uma política monetária expansionista por parte do BCE e a já referida descida da inflação, constituem factores positivos

Da conjugação destes efeitos e do grau de efectividade sobre a actividade económica das distintas medidas adoptadas, depende a amplitude da descida do PIB.

Previsões Macroeconómicas	Banco de Portugal	
	2008(E)	2009(P)
PIB	0,3	-0,8
Consumo Privado	1,4	0,4
Consumo Público	0,2	-0,1
FBCF	-0,8	-1,7
Exportações	0,6	-3,6
Importações	2,4	-1,0
Balança Corrente e de Capital (em % do PIB)	-9,0	-7,9
Inflação (IHPC)	2,7	1,0

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno 2008

5.

Estratégia e Modelo de Negócio

5. Estratégia e Modelo de Negócio

Em 2008, mantendo uma política de negócio equilibrado e prudente, baseado na proximidade e privilegiando as necessidades específicas e diferenciadas dos seus clientes, permaneceu a aposta do BBVA Portugal no aumento da qualidade e na inovação.

Num ano marcado pela crise financeira internacional, o BBVA Portugal enfrentou com êxito um enquadramento de severo ajustamento económico e manifestou a sua capacidade de gerar resultados de forma recorrente, com um modelo de negócio focado no cliente e fundado numa relação de fidelização, conhecimento e confiança mútuos. Reafirmou os seus objectivos de crescimento e rentabilidade através de uma estratégia de diferenciação baseada na transformação, na inovação e no crescimento rentável.

Norteados por elevados níveis de exigência, rigor e transparência, foi possível apresentar um crescimento do Activo de 12% face a 2007, destacando-se o dinamismo do Crédito Total que apresentou uma evolução de 11%, valor superior ao da média do sector. Prosseguindo e reforçando os exigentes critérios de prudência e utilizando eficazes instrumentos de controlo e gestão de risco, o BBVA manteve o seu Rácio de Crédito Vencido em níveis significativamente baixos, 0,61%.

Em suma, o BBVA pretende desenvolver uma banca de relação a longo prazo com os seus clientes, apoiada pela fortaleza, rentabilidade e eficiência da sua actividade, com um crescimento equilibrado dos seus negócios e com uma rigorosa e diferenciada gestão e análise de risco.

Para o crescimento do **Crédito Total** e em consonância com a prioridade estratégica de apostar em produtos de valor, desenvolveram-se novas soluções adaptáveis e competitivas.

- Ao nível do **Crédito a Particulares** apresentou-se uma nova solução de crédito à habitação, o "Crédito Habitação Fácil Plus", que reforça a adaptabilidade e flexibilidade de um dos segmentos emblemáticos do BBVA. Apresentou-se igualmente uma nova solução de crédito ao consumo, o "Empréstimo Nascimento BBVA", que se destina às famílias que registaram o nascimento ou adopção de uma criança há menos de um ano. Este empréstimo é isento de juros e comissões. Empreenderam-se também um novo conjunto de acções que visam promover e reforçar o relacionamento creditício com os clientes, e de que são exemplo a "Campanha Finalistas: Computadores HP", a acção "Desafio Crédito Bónus BBVA", a "Campanha Finalistas: LCDs Samsung" e a "Acção de Crédito Oferta e Revolving".
- Na área de **Investment Banking** saliente-se o papel do BBVA como banco agente na operação de financiamento do Parque Solar Fotovoltaico de Moura, uma das maiores centrais fotovoltaicas do mundo. Igualmente de destacar é o papel do BBVA como banco participante na operação de financiamento das Auto-Estradas do Douro Litoral e da Auto-Estrada Transmontana, bem como no financiamento do portfolio de parques eólicos da Pebble.
- No **Crédito a Pequenas e Médias Empresas (PME's), micro empresas, sector exportador, automóvel e turismo**, o BBVA foi um dos bancos a assinar protocolos com o Governo de concessão de empréstimo, a taxas bonificadas, às PME's portuguesas, no âmbito das linhas de crédito dos programas PME Investe, contribuindo assim para continuar a financiar a economia em projectos viáveis e assentes em sólidos princípios de gestão financeira e económica.
- Relativamente à oferta de produtos vocacionados para o **segmento de Negócios**, micro empresas, comércio e empresários, criou-se a "Conta Pack Negócios BBVA" que oferece uma gama abrangente e competitiva de serviços. Dedicado especialmente à captação e fidelização dos clientes comércio, criou-se a campanha de instalação do TPA Móvel GPRS.

No que respeita aos **Recursos Geridos**, com um crescimento de 39,1% o desempenho positivo assentou na evolução dos recursos de balanço. A captação de depósitos de clientes é de assinalar, atendendo à acrescida concorrência da banca por este tipo de recursos. Em contrapartida, a aplicação em produtos de poupança alternativos, como os fundos de investimento, tornou-se menos apelativa, em virtude da crise dos mercados financeiros e da desaceleração das bolsas, o que implicou que estes recursos fora de balanço sofressem uma diminuição de 36,9%. Não obstante a pouca apetência por este tipo de produtos, o BBVA procurou promover uma abordagem especializada e adequada às necessidades específicas dos seus clientes.

- No âmbito dos **Produtos de Passivo**, o BBVA apresentou uma gama abrangente de soluções distintivas e adequadas a diferentes perfis de risco dos clientes. Disponibilizaram-se produtos com uma remuneração pré-definida e um pagamento periódico de juros. Apresentaram-se igualmente produtos com garantia de capital, remuneração mínima e com um potencial de valorização. Disponibilizaram-se igualmente produtos para clientes com um perfil de risco mais agressivo, sem garantia de remuneração mínima. Também se apresentaram soluções financeiras que aliam aplicações em depósitos com subscrições em unidades de participação de Fundos do BBVA. Outro dos exemplos de produtos inovadores de captação de recursos é o "Depósito Super Positivo BBVA", produto com garantia de capital e que beneficia com as subidas do índice bolsista a que está indexado e que não é prejudicado pelas descidas. O BBVA continua assim a promover um conjunto de produtos concorrenciais e competitivos que permitem, num contexto de concorrência agressiva, captar e fidelizar clientes.
- O BBVA reforçando a sua política de **Responsabilidade Social**, assinou um protocolo com a Casa Pia de Lisboa, comprometendo-se a admitir quatro alunos desta instituição e a proporcionar-lhes o acesso ao ensino superior. No mesmo âmbito, neste caso assumindo particular destaque, nesta acção concreta, a vertente humana e social, o BBVA optou por não oferecer o tradicional presente de Natal aos seus colaboradores e efectuar o correspondente donativo ao Instituto Português de Oncologia de Lisboa e do Porto. Pretendendo também contribuir para acrescentar

valor junto dos seus Clientes e da Sociedade em geral, reflectindo sobre variáveis que condicionam a evolução da economia europeia e, em particular, da economia portuguesa, o BBVA promoveu uma conferência sob o tema "Situação Económica Europeia – Perspectivas 2009/2010" .

- No âmbito da estratégia de **Promoção de Parcerias** o BBVA procedeu à assinatura de um protocolo com o **Turismo de Portugal**, que contempla a criação de uma linha de crédito destinada a apoiar financeiramente empresas com projectos de investimento que contribuam para o desenvolvimento do sector turístico nacional. em que se oferece, aos funcionários sob tutela do Executivo, condições preferenciais nas soluções apresentadas pelo Banco. O BBVA promoveu igualmente uma parceria com o **Sporting Clube de Aveiro**, oferecendo um pacote de soluções financeiras exclusivas para os sócios e colaboradores desta instituição de utilidade pública.

Perante o cenário que se desenha para 2009, o BBVA aposta numa oferta competitiva de produtos e serviços adaptados à necessidade da clientela, que fortaleça e amplie o âmbito do negócio. Para a obtenção destes objectivos, a actuação deverá sustentar-se:

- numa organização plenamente orientada para o cliente: em ser um "banco de pessoas para as pessoas", com uma clara estratégia de aproximação comercial baseada na segmentação por valor com redes, forças de venda e produtos específicos para cada segmento, desde os particulares às empresas e institucionais;
- numa aproximação multi-canal, que maximize as oportunidades de venda e que aproveite as sinergias de distribuição, melhorando a produtividade comercial e favorecendo a venda cruzada de produtos de maior valor;
- na melhoria da eficiência, com o aprofundamento do plano de transformação, que resulte nuns modelos de produção e distribuição cada vez mais eficazes e rentáveis, procurando uma maior orientação comercial da rede, através da industrialização de processos operativos e administrativos;
- Numa gestão de risco de excelência e distintiva.

6.

**Actividade das Principais
Áreas do Banco**

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO

6.1 Banca Comercial

Crédito Habitação

Em Abril de 2008, voltou-se a potenciar os atributos do produto de crédito à habitação apresentando o crédito Fácil Plus BBVA.

Ao atributo de prestação final, que já permitia ao Cliente pagar no final até 30% do capital financiado, passou-se a permitir que esta prestação fosse de 100%, sendo que esta prestação seria determinada pela relação financiamento versus Garantia.

Outra alteração de relevo foi a que possibilitava, para além dos prazos inicialmente definidos na anterior modalidade, a fixação inicial da taxa por um período de três anos.

Ajustou-se igualmente o atributo da suspensão de pagamentos para 3 prestações consecutivas por ano, com o máximo de 12, durante o prazo do empréstimo.

Mantiveram-se os atributos que possibilitam:

- Alterar o valor da prestação aumentando ou reduzindo o prazo do empréstimo, até ao limite de 10 anos;
- Financiar o Cliente até 100% e um prazo até 40 anos;
- Pagar apenas juros nos primeiros 3 anos;
- Alterar a Taxa Variável para Taxa Fixa e vice-versa.

Ao longo do ano de 2008, a Unidade de Prescrição de crédito à habitação continuou a desenvolver o seu relacionamento com mediadoras imobiliárias e consultores financeiros, tendo sido responsável por 43% da facturação de crédito à habitação.

Crédito ao Consumo

O Crédito Bónus BBVA tornou-se o novo produto estrela, vindo a substituir o Crédito 0% BBVA. Este produto teve um óptimo primeiro ano, representando um terço da facturação do Crédito ao Consumo, referente a 2008. O produto consiste na oferta ao Cliente de um período de carência de capital e juros de 12 meses e tem associado um bónus de fidelidade que, caso o Cliente domicilie o seu ordenado no BBVA, consiste na devolução dos juros do 1º ano.

Outro novo produto que foi lançado neste ano, foi o Empréstimo Nascimento BBVA, o qual mostra a importância dada à Política de Responsabilidade Social pelo Grupo BBVA. Este produto é dirigido a Mães residentes em Portugal que tenham dado à luz ou adoptado uma criança nos 12 meses que antecedem à formalização do empréstimo. O produto consiste em oferecer um Crédito ao Consumo até €3.000, sem juros, por um prazo entre 6 e 36 meses, sem a existência de qualquer tipo de comissão.

Foram igualmente realizadas novas acções e campanhas promocionais, de que são exemplo o Crédito Oferta e o Crédito Revolving.

Relativamente, às soluções de Cartões de Crédito foram realizadas durante o ano 2008 várias acções para captação e incentivo à utilização.

Exemplos disso são:

- as campanhas desenvolvidas durante a fase final do Europeu de Futebol de 2008, nomeadamente a de oferta da 1ª anuidade e de um brinde, em parceria com a Visa (cachecol oficial da Selecção Nacional de Futebol) e a do sorteio quinzenal de um LCD da marca Samsung.

- No último quadrimestre foi lançada uma campanha de incentivo à utilização baseada no método de pontos (consiste na atribuição de pontos pela utilização do cartão, os quais podem ser trocados por prémios).

Efectuou-se, também, o processo de adaptação à nova tecnologia EMV (Europay, Mastercard e Visa) – incorporação da tecnologia chip nos cartões. Esta nova tecnologia proporciona maior segurança na utilização do cartão de crédito para os nossos Clientes.

Recursos

Ao longo de 2008, deu-se continuidade à estratégia do ano anterior, com o lançamento de produtos inovadores e de valor acrescentado, de forma a permitir uma maior diversificação de investimento e satisfazer as necessidades dos nossos clientes alvo.

Dos produtos comercializados em 2008, destacamos:

- o Depósito Super Crescente Trimestral BBVA: aplicações a 18 meses, com capital garantido na maturidade, que permitem a obtenção de uma taxa de juro pré-definida e crescente todos os trimestres, com pagamento trimestral de juros;
- o Depósito Super Poupança BBVA: aplicações a 1 ano, com libertação trimestral de capital e juros;
- o Depósito Super Investimento BBVA, Depósito Super Barreira BBVA e o Depósito Super Call BBVA: aplicações a médio prazo, ligadas ao comportamento do índice DJ EUROSTOXX50, com capital e remuneração mínima garantida na maturidade;

Negócios

O BBVA decidiu associar-se ao governo português no apoio às empresas, com a assinatura dos protocolos para as linhas de crédito PME I, PME II e PME III. No âmbito da Linha de Crédito PME III o BBVA lançou uma linha de crédito a um ano, a conta Pack Negócios com spread 0%, para apoio de tesouraria, e de montante igual ao autorizado no âmbito do QREN.

Qualidade de Serviço

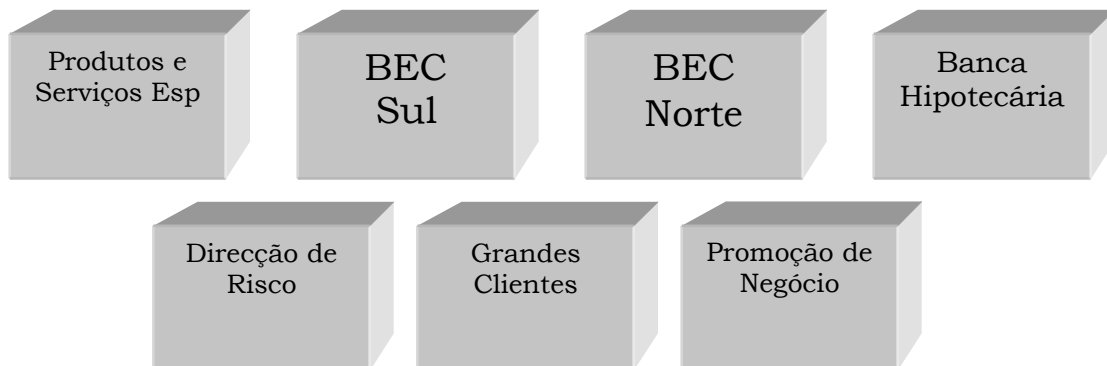
Mais uma vez o BBVA Portugal obteve uma excelente classificação, o 2º lugar no estudo independente – Multimétrica. Este estudo faz a avaliação anual da qualidade de serviço e orientação prestada aos Clientes pelas principais instituições bancárias nacionais.

Colectivos

Ao longo de 2008 continuou-se a melhorar a oferta aos nossos clientes através de protocolos com empresas e associações, visando oferecer condições mais vantajosas aos respectivos colaboradores e associados. Durante o ano de 2008, o número de clientes provenientes de protocolos cresceu 5%, representando 9% do volume total de negócios de particulares.

6.2 Banca de Empresas, Corporativa e Institucional

Morfologia BEC em 2008:



Esta área organizou-se em torno de todas as actividades correspondentes à diferente tipologia de Organizações, públicas ou privadas, grandes ou pequenas, institucionais ou não, e de todos os ramos de actividade, incluindo o sector imobiliário.

Assim,

Promoção de Negócio:

O ano de 2008 foi fundamental para alicerçar as raízes da criação desta área, destinada a servir de propulsor para as actividades comerciais dentro da BEC.

Sempre com o fim de divulgar a marca BBVA e de proporcionar a toda a BEC mais e melhores meios para conduzir de forma eficaz a aproximação necessária aos clientes e ao mercado potencial, salientamos as seguintes iniciativas:

- Novas Ferramentas de Gestão Comercial
- Novos meios de comunicação e publicidade
- Gestão de Protocolos com várias entidades, salientando-se as Sociedades de Garantia Mútua.
- Gestão de conteúdos e intranet específica da área.

Produtos e Serviços:

O ano de 2008 marcou o arranque do aplicativo de factoring e forfaiting tendo-se verificado um forte crescimento nestes produtos.

De destacar, ao nível dos produtos;

A concretização de 23 novos contratos de factoring e o sucesso no sub-tipo factoring sector público administrativo, o que permitiu um crescimento de mais de 100% da margem operativa do produto;

No forfaiting, o lançamento do subtipo de exportação com seguro de crédito onde foram montadas as primeiras operações permitindo encarar 2009 com optimismo.

O confirming ultrapassou os 800 contratos permanentes de desconto e 18 novos contratos de aderentes.

No leasing é de salientar a introdução do produto em novos segmentos de clientela, como é o caso das grandes empresas.

No plano do comércio exterior, o ano findo marcou o início da figura do gestor de produto com sucesso ao nível da rede exterior do Grupo e uma maior proactividade das redes comerciais.

De destacar, ao nível dos serviços :

- cartão business empresa que entrou em fase final de produção, bem como, para a colaboração nas campanhas integradas de Terminais de Pagamento Automáticos;
- colaboração com as áreas de meios e Espanha, no desenvolvimento do novo sistema integrado de pagamentos pan europeu - SEPA, assim como no Target 2.

BEC Norte e BEC Sul:

Durante o ano de 2008 apostou-se numa política de aproximação do Banco aos clientes, através da realização de eventos, bem como, no reforço da imagem institucional do BBVA como Banco de Empresas.

Procedeu-se, ainda, à consolidação da estrutura da Banca de Empresas, a qual tinha sido profundamente alterada em 2007.

No ano em análise, de salientar igualmente o alargamento da rede, com a abertura dos novos centros de Guimarães e São João da Madeira (Porto Sul).

Manteve-se igualmente o apoio ao segmento das Instituições, incrementando a quota detida no segmento da Administração Local.

Finalmente, 2008 confirmou o sucesso da sedimentação de derivados "RISK PYME", tendo sido duplicado o número de contratos efectuados em relação aos obtidos em 2007.

Grandes Clientes:

Dentro de Banca de Empresas e Corporativa (BEC), a área de Grandes Clientes demonstrou ao longo do ano uma evolução excelente a vários níveis. Desde logo, os crescimentos de margens financeiras e de exploração foram muito significativos, bem como, a evolução dos volumes de crédito e garantias.

Apesar do comportamento menos bom ao nível da captação de passivos, a correcta gestão da liquidez dos Clientes e do Banco e a rápida reacção aos acontecimentos de mercado que marcaram o final do ano, permitiu um efeito positivo muito importante na margem financeira.

O BBVA continuou a ser uma referencia no mercado Português tendo participado em várias operações das quais destacamos:

- dois club deals com a Cimpor para refinanciamento da dívida existente, nos quais o BBVA participou com um total de euros 175 Milhões de euros;
- uma participação num club deal da EDP com Eur 50 Milhões de euros.

Colocou-se, ainda, um grande enfoque no Cross Selling junto da base de clientes, tendo este sido um dos factores decisivos, compreendido e valorado pelos clientes, pelo facto de o BBVA reforçar os laços comerciais com os mesmos.

Risco:

O ano de 2008 foi caracterizado por um forte agravamento das condições económicas em Portugal. Neste cenário económico adverso, a carteira de crédito da BEC evidenciou naturalmente uma degradação, tendo por consequência o aumento do stock de mora (+ 3.507M) e o aumento do Rácio de Mora (+ 9 pb).

Por segmentos de negócio devemos salientar, por um lado, a manutenção dos excelentes níveis de qualidade creditícia em Corporativa, Institucional e Banca Hipotecária, apesar da preocupante evolução deste sector de actividade e, por outro, a deterioração da carteira

de Empresas. Ainda que esta carteira mantenha um rácio aceitável (1,08%) evidenciou uma tendência claramente negativa em 2008, aumentando 257% em relação ao ano anterior.

Apesar das condições económicas bastante adversas vividas em 2008, a carteira de crédito BEC apresentou um Rácio de Mora de 0,16%, o que traduz uma elevada qualidade da carteira de crédito e uma forte vantagem comparativa face aos demais competidores nacionais.

6.3 Mercados

Como é do conhecimento geral, em 2008 despoletou-se a mais grave crise financeira das últimas décadas. No seguimento dos sinais crescentes registados na segunda metade de 2007, a crise atingiu outra dimensão em Março de 2008 com o resgate da Bear Stearns e foi colocada em causa a estabilidade financeira a partir de Setembro de 2008, com a falência da Lehman Brothers.

A actividade de mercados do BBVA Portugal reagiu com grande consistência e imunidade a este enquadramento tão adverso. A estratégia de enfoque na estruturação de soluções para os clientes e em particular na gestão e redução dos riscos financeiros revelou-se nesta envolvente particularmente acertada.

Na actividade desenvolvida com investidores registou-se uma tendência clara de simplificação das operações e uma procura por exposição em instrumentos de elevada liquidez. Os mercados de crédito e de acções registaram um agravamento significativo dos prémios de risco. Na actividade de intermediação verificou-se um alargamento significativo dos diferenciais entre compra e venda compensando dessa forma alguma redução dos volumes intermediados. Globalmente o negócio de investidores manteve-se em níveis próximos aos do ano anterior.

Na actividade de empresas verificou-se um crescimento superior a 30%, relativamente ao ano anterior. A aposta na gestão de riscos de taxa de juro, cambial e de preços das matérias primas atingiu a maturidade em 2008 e concretizou-se a sua extensão ao conjunto de segmentos empresa com que o Banco trabalha. A forma consistente como esta actividade está a ser desenvolvida torna-a particularmente interessante para os clientes no difícil enquadramento actual, pelo que as perspectivas futuras são bastante favoráveis.

6.4 Banca de Investimentos

A área de banca de investimento compreende três segmentos de actividade: financiamento estruturado, mercado de capitais e corporate finance.

Durante o ano de 2008, o BBVA Portugal foi particularmente activo no segmento de project finance tendo participado em importantes financiamentos, tanto no sector das infra-estruturas de transportes como no sector das energias renováveis.

No sector da energia destaca-se o financiamento de € 208 milhões à Amper para a construção do Parque Solar Fotovoltaico de Moura, promovido pela Acciona Energia e no qual o BBVA actuou como MLA e Banco Agente. Destaca-se também o refinanciamento de cerca de € 800 milhões dos parques eólicos da Pebble/Enersis no âmbito da aquisição pela Magnum Capital.

Na vertente de infra-estruturas, o BBVA actuou como *Mandated and Lead Arranger* (MLA) nos financiamentos da (i) Auto-Estrada Transmontana e da (ii) Auto-Estrada do Douro Litoral no valor de € 286 milhões e € 1.201 milhões, respectivamente.

Apesar da crise observada nos mercados financeiros, a actividade do BBVA Portugal no segmento de mercado de capitais evoluiu favoravelmente. Concluíram-se 15 novas operações de papel comercial, das quais se destaca o papel comercial de € 50 milhões

para a Estradas de Portugal, elevando o número de programas sob gestão para mais de 50.

Na vertente de empréstimos sindicados, tiveram especial relevo duas operações para o Grupo Cimpor, nas quais o BBVA Portugal actuou como MLA.

No mercado de obrigações, o BBVA Portugal liderou como bookrunner uma emissão de € 1,25 mil milhões a 2 anos do Millennium BCP.

No segmento de corporate finance, destaca-se a assessoria prestada a um consórcio português no âmbito da privatização da Aquapor.

6.5 Risco

No BBVA existem uma série de princípios que servem de guia para a definição e seguimento do perfil de risco.

- Os riscos assumidos devem ser compatíveis com o capital do Grupo, de acordo com o objectivo do nível de solvência. Esta valoração realiza-se quer ao nível do cenário central, quer ao nível de diferentes cenários de risco.
- A geração de resultados do Grupo deve ter um elevado grau de recorrência. O objectivo é manter, para além de elevados padrões de rentabilidade e crescimento, uma volatilidade de resultados num escalão médio-baixo do grupo de competidores de referência. Assim, analisam-se diferentes cenários macroeconómicos e financeiros e classificam-se em função da sua probabilidade de ocorrência e impacto em resultados e noutros eixos de gestão. Por último, realiza-se stress-testing para todos os riscos.
- Limitam-se os factores de risco que suponham concentrações que possam colocar em perigo os objectivos de solvência ou recorrência. Por exemplo, no âmbito de mercados, aprovam-se anualmente limites para riscos de trading, juro estrutural, taxa de câmbio estrutural, equity e liquidez. No âmbito do risco de crédito, estabelecem-se limites máximos de exposição por cliente e por risco país, assim

como referências genéricas de exposição máxima para determinadas operações ou produtos.

- Todos os riscos devem ser identificados, medidos e valorados. Desta forma garante-se que a variável risco está presente em todas as decisões que se tomem, contribuindo para configurar o perfil de risco desejado pela Instituição.
- Existência de sólidos mecanismos de controlo e mitigação para riscos operacionais e reputacionais
- A infra estrutura de riscos deve ser adequada para dar suporte dinâmico a todos os princípios descritos anteriormente, em termos de ferramentas, base de dados, sistemas de informação procedimentos e pessoas.

No BBVA entende-se a gestão de risco como uma capacidade estratégica e diferenciadora a médio e longo prazo.

A estrutura de gestão do risco constitui um elemento chave que contribuiu para uma eficaz integração da gestão de riscos no Banco, ao permitir uma adequada coordenação de planos de trabalho sob critérios de risco e objectivos únicos. Criou-se assim, em 2008, o Comité Geral de Gestão de Risco (CGGR). Este comité é um órgão independente que tem como objectivo a aplicação do Sistema de Gestão de Riscos, que se traduz no acompanhamento e avaliação da Função de Risco, no aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco e na elaboração de um relatório anual de Gestão de Risco. Tem a responsabilidade pelos Riscos de Crédito, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional, Compliance e Sistemas de Informação.

Gestão do risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se for o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual se sustenta esta gestão do risco no Grupo é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do Banco e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

O principal objectivo na gestão do Risco de Crédito no BBVA Portugal é manter a melhor qualidade da sua carteira de crédito dentro de parâmetros de rácios de incumprimento definidos, mantendo-os nos níveis de exigência fixados pelo Grupo e, sempre que possível, melhorá-los.

Para a consecução desse objectivo o BBVA Portugal, pretende classificar toda a sua carteira de crédito de Empresas através de escalas corporativas de notação de Rating, actualizando e adaptando os modelos desenvolvidos e disponibilizados pelo Grupo e aplicáveis a diversos colectivos homogêneos.

Na sequencia das políticas definidas e dos processos de gestão desenvolvidos, os resultados obtidos em 2008 estão em linha com os objectivos conservadores relativamente a este tipo de risco, apesar de, em virtude da envolvente macroeconómica, o rácio de crédito vencido sobre crédito total ter passado de 0.40% para 0,61%, respectivamente nos finais de 2007 e 2008.

Gestão de risco de mercado

Entende-se por risco de mercado o risco de que o valor de um investimento/carteira possa sofrer em consequência das alterações das condições gerais de mercado, manifestadas por alterações das taxas de juro, das taxas de câmbio e preços de acções. Os factores de risco que afectam os preços de mercado são: Taxa de juro; Taxa de câmbio; Preço das acções; Vega, *gamma* e correlação em opções; *Commodities*.

A forma de medir o risco de mercado é através do VaR (Value at Risk ou Valor em Risco). Esta metodologia, que é aplicada na sua modalidade de matriz de covariâncias, estima a perda máxima de um investimento/carteira que pode produzir-se face às alterações das condições gerais dos mercados financeiros, com um nível de confiança de 99%, para um

horizonte temporal de um dia. Pretende-se, com a medição deste risco, monitorizar as posições próprias do banco limitando as suas perdas, estabelecendo alertas, bem como otimizar rentabilidades ajustadas ao risco.

O risco de mercado da sala de tesouraria é identificado, avaliado e gerido desde a Matriz do Grupo BBVA.

Todas as operações contratadas pelo banco e que estejam sujeitas a risco de mercado contribuem para o cálculo do VaR. O cálculo do VaR e a sua análise são efectuados diariamente. De referir que, mensalmente, é feita uma análise mais em detalhe que permite obter informação mais precisa, de forma a ser discutida em comité próprio.

	10 ³ EuroS	
VAR	2008	2007
Máximo	453	208
Médio	168	103
Mínimo	57	36
31 Dez	289	91

O modelo parte de uma análise do comportamento histórico dos principais factores de risco de mercado, ou seja, taxas de juro, taxas de câmbio, cotações e volatilidades implícitas de opções. A partir das variações diárias que registaram estas variáveis no passado recente, constrói-se uma matriz de

volatilidades e correlações que permite estimar as perdas potenciais futuras para cada factor de risco e para o conjunto de factores.

O cálculo do VaR é elaborado usando a metodologia de Simulação Histórica. Consiste em observar o comportamento das perdas e ganhos que se produziriam na carteira actual, por se terem verificado determinadas condições de mercado para o período histórico em análise (e.g., o último ano) para, perante esta informação, inferir a perda máxima com um determinado nível de confiança.

A unidade de Gestão Global de Riscos de Mercado valida periodicamente os modelos de medição empregues através de backtesting. Comparando os resultados teóricos diários, no pressuposto de que a composição da carteira permanece inalterada, com as estimativas de perda máxima que oferece o VaR, é validado o modelo que assume que o comportamento futuro dos preços de mercado obedece a uma distribuição estatística

normal e que é função do passado recente. A aplicação destes testes é ajustada aos standards de validação normalmente aceites.

Adicionalmente, e como complemento das medições de risco efectuadas em condições normais de mercado, realizam-se estimativas periódicas das perdas em que se incorreria se se produzissem situações de comportamento catastrófico.

Para tal, as posições mantidas são submetidas às condições de mercado que se verificaram em situações críticas no passado, bem como a outras situações anormais obtidas a partir de simulações. Estes testes de stress-testing constituem uma ferramenta suplementar de gestão do risco de mercado que ajuda a avaliar a capacidade do património do Grupo para absorver perdas significativas em cenários de fraca probabilidade.

Risco de juro estrutural

Define-se como Risco de taxa de juro a alteração que se produz na margem financeira e/ou no valor patrimonial da Entidade devido às variações nas taxas de juro.

A Exposição da Entidade a movimentos adversos nas taxas de juro constitui um risco inerente ao desenvolvimento da actividade bancária e, ao mesmo tempo, é uma oportunidade para a criação de valor económico. O risco de taxa de juro deve ser gerido de modo que não seja excessivo em relação aos Fundos Próprios da Entidade, e mantenha uma relação razoável com o resultado esperado.

A gestão, controlo e seguimento do risco de taxa estrutural requer uma estrutura adequada desde o ponto de vista organizativo, com as áreas e comités necessários para desenvolver estas funções e evitar conflitos de interesses com uma adequada segregação de funções.

A periodicidade das análises é trimestral, dada a realidade e dimensão da exposição à risco de taxa de juro e a ferramenta principal é a aprovada pelo Banco de Portugal face à elaboração do Mapa de taxa de juro, sendo os limites fixados em função dos resultados da análise de sensibilidade.

O impacto acumulado na Margem de Juros, dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano, medido de acordo com a instrução 19/2005 do Banco de Portugal, seria de 3.383 mEuros em 31/12/2008.

Risco cambial

A exposição ao risco cambial nas actividades estruturais, derivada principalmente de activos denominados em divisas distintas das que os financiam, é avaliada de forma periódica no COAP. No quadro das políticas de gestão do risco cambial aprovadas neste Comité, são adoptadas as medidas necessárias em cada momento para o seu atenuamento. No exercício de 2008, não existem valores relevantes a reportar relativamente a este tipo de risco.

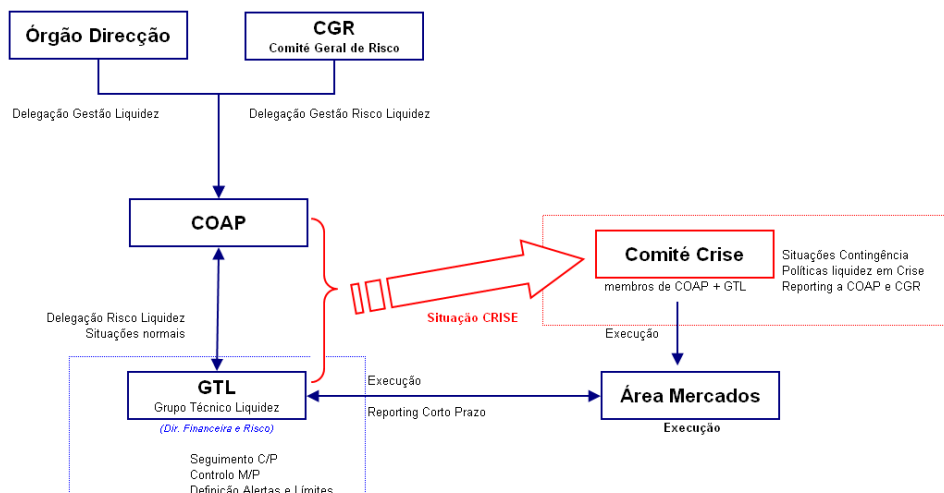
Risco de liquidez

Risco de liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

Em termos práticos define-se como a probabilidade de que a Entidade não tenha a capacidade de fazer face aos seus compromisso de pagamento ou que, para conseguir fazê-lo, tenha que obter fundos em condições penalizadoras.

Estrutura de Gestão

A estrutura de gestão de liquidez é a seguinte:



O Gestão de Risco de Liquidez está baseado em dois indicadores: o rácio de Liquidez e a evolução do fluxo de financiamento do Grupo.

Em relação ao rácio de liquidez, a metodologia de identificação é a usada para o cumprimento dos requisitos de informação do Banco de Portugal para risco de liquidez, e recorre-se de informação da Base de Dados Financeira. Para analisar as tomadas do Grupo é a área de mercados, quem fornece a informação para a Base de Dados Financeira

A identificação e análise da situação de liquidez em relação à evolução do fluxo de financiamento desde o Grupo é realizada numa base diária e o Mapa de liquidez é elaborado numa base mensal.

O BBVA Portugal utiliza como modelo base de análise de risco de liquidez, o que consta em Instrução 1/2000, alterado por Instrução 32/2003 do Banco de Portugal.

Risco operacional

No grupo BBVA o Risco Operacional é objecto de uma definição própria corporativa. Entende-se por Risco Operacional (RO) aquele que pode provocar perdas em resultado de erros humanos, processos internos inadequados ou defeituosos, falhas nos sistemas e em consequência de acontecimentos externos.

O RO caracteriza-se pela ausência de uma área de admissão propriamente dita, como existe em risco de crédito. Qualquer unidade do Banco que esteja envolvida na gestão de processos, está exposta a eventos de risco operacional se não o mitiga convenientemente. A gestão do Risco Operacional no BBVA Portugal faz-se de forma transversal a toda a Organização, através da nomeação de gestores de Controlo Interno e Risco Operacional (CIROs) nas áreas de negócio e apoio do Banco.

A metodologia de gestão do RO no BBVA Portugal assenta na identificação, quantificação, mitigação e controlo das diferentes classes de Risco Operacional e baseia-se numa metodologia corporativa implementada transversalmente no Grupo.

A identificação dos riscos é feita através da ferramenta "Ev-RO". Esta ferramenta utilizada pelo Banco (e pelo Grupo) baseia-se numa metodologia de entrevistas de autoavaliação

que, através de técnicas qualitativas identifica, classifica e quantifica riscos operacionais ao nível das unidades de negócio e de suporte.

Depois de identificados os factores de RO, são classificados de acordo com as classes de RO definidas internamente no Banco e posteriormente são quantificados em termos de valor do eventual impacto bem como da frequência estimada.

Uma correcta gestão do risco operacional contribui eficazmente para a criação de valor já que permite reduzir o potencial de perdas e constitui uma vantagem competitiva para o Banco.

6.6 Recursos e Meios

Recursos Humanos

2008 foi o ano da verdadeira consolidação da formação e-learning no BBVA Portugal. Se no ano anterior tinham sido dados os primeiros passos, como por exemplo com a formação MIFID, 2008 caracterizou-se como uma aposta segura neste canal, possibilitando, nomeadamente, a normalização dos conhecimentos na área de seguros de toda a rede comercial, através da Certificação em Mediadores de Seguros Ligados. Importa salientar que esta formação continuará a ser ministrada no futuro, quer às novas incorporações quer a todas os colaboradores que transitem dos Serviços Centrais para a Rede Comercial.

Relativamente à Comunicação Interna, foi implementado na íntegra todo o plano delineado para 2008, nomeadamente:

- Portal de Comunicação Interna "O BBVA Somos Nós"
- Publicação trimestral INSIDE BBVA
- Apresentação mensal de uma área do Banco aos restantes colectivos, "Á Descoberta do BBVA"

- Publicação do Bom Dia com conteúdos próprios, facultados pelas diferentes áreas do BBVA Portugal

Foi igualmente um ano em que se apostou fortemente na comunicação com os colaboradores, procurando aquilatar as suas necessidades e expectativas, tendo-se para o efeito realizado 214 entrevistas de gestão.

Operações

Este ano procedeu-se ao refinamento do processo de automatização e centralização operativa, processo iniciado no ano anterior, com forte aposta na reengenharia de processos que permitiram uma maior eficiência operativa, controlo e qualidade de serviço.

Transformação e Produtividade

A Área de Transformação e Produtividade, durante o ano de 2008, levou a cabo não só o estudo como também a implementação, de um conjunto de regulamentos internos, com vista a uniformização do modelo de funcionamento das estruturas organizativas que compõem o BBVA Portugal.

A regulamentação dos processos de criação, manutenção, revogação e difusão dos conteúdos normativos internos revelaram-se, em especial neste exercício, como compromissos básicos assumidos pelas diferentes unidades organizativas, que resultaram numa maior transparência e num aumento significativo da eficácia nos processos, factores essenciais para o desempenho das suas actividades.

Por outro lado, a consecução contínua da revisão dos processos, materializada pela procura constante de modelos mais produtivos, mais flexíveis e ainda mais eficientes, vêm-se revelando como um elemento chave no posicionamento organizacional e estratégico, posicionando o BBVA Portugal cada vez mais próximo das expectativas dos seus Clientes.

Informática

Tendo como modelo e estratégia, o apoio ao negócio com especial incidência no aumento dos benefícios, na redução dos custos, na gestão da mora e na mitigação do risco operacional, foram desenvolvidos diversos sistemas de informação:

- Receitas (Crédito Hipotecário, Custódia de Valores, Factoring e Forfaiting, Cartões EMV e Crossborder Misto, etc.)
- Controlo rigoroso do orçamento de Gastos e Investimentos, associado aos projectos de eficiência
- Ferramentas de seguimento e controlo de risco, com o objectivo de reduzir as provisões específicas
- Ferramenta de controlo centralizada de processos deslocalizados

Procedeu-se à substituição e modernização do parque de equipamento tecnológico com vista a uma melhor eficiência energética e capacidade funcional. Também no âmbito tecnológico foram implementadas novas ferramentas de mobilidade para facilitar o trabalho dos colaboradores do Banco, quer na sua actividade comercial interna como externa.

Administração de Rede

Constituiu também, uma vertente fulcral na actividade do Departamento, o acompanhamento e formação preventiva e correctiva à Rede de Balcões, no âmbito dos procedimentos operativos, comerciais e de redução da carga administrativa por via da sua centralização ou automatização, com o objectivo de aumentar a produtividade comercial e a eficiência operativa.

Compras Imóveis Serviços

Actividade desenvolvida com forte impacto na redução de custos de serviços de terceiros, melhoria de equipamento e instalações dos edifícios Sede, Castilho e Agências, nomeadamente para aumentar a qualidade e comodidade da utilização dos locais de trabalho. Foram iniciados estudos e implementados programas de eco-eficiência no âmbito da poupança de energia e da redução de uso de papel.

7.

Análise Económico-Financeira do Banco

7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 e com a sua transposição para o ordenamento jurídico português, através do Aviso 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, o BBVA elabora as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Introdução - Condicionantes da actividade

Em 2008, ano marcado pela crise financeira internacional, os mercados financeiros sofreram fortes perturbações, com descidas generalizadas das cotações bolsistas e aumentos da volatilidade. Neste cenário, as autoridades governamentais e os bancos centrais desenharam planos de intervenção para revitalizar a economia e estabilizar os seus sistemas financeiros, facilitando liquidez e saneando entidades financeiras afectadas. Adicionalmente, as condições macroeconómicas deterioraram-se e, em Portugal, a actividade económica estagnou, condicionada por uma quebra significativa do investimento e por uma forte desaceleração das exportações.

O sector bancário em Portugal foi também afectado, principalmente no que respeita à dificuldade de financiamento nos mercados internacionais e à desvalorização das suas carteiras de participações financeiras. Igualmente afectadas são os seus resultados provenientes de operações financeiras e de comissões. A dificuldade no acesso ao financiamento e o aumento dos respectivos custos, provocaram um abrandamento na procura de crédito ao longo de 2008. Em contrapartida assistiu-se a um aumento dos recursos de clientes em balanço, quer pela crescente aversão ao risco, quer pela remuneração mais atractiva deste tipo de aplicações.

Apesar de afectado negativamente na sua rendibilidade e solvabilidade, o sistema bancário português não se encontra muito exposto ao sector da construção, nem ao risco

de sofrer de uma bolha no mercado imobiliário. Positivamente também contribui o facto de estar apenas marginalmente sujeito a veículos especiais de investimento.

Não obstante, a instabilidade que grassa nos mercados financeiros permite perspectivar algumas dificuldades acrescidas no curto prazo.

Em 2008 foi visível a desaceleração do crédito interno, principalmente a partir do segundo semestre. Segundo dados do Banco de Portugal o crescimento anual do crédito ao sector não monetário, exceptuando a Administração Pública (ajustado pelos efeitos de titularização), registou um crescimento de 7,7% em Dezembro, valor que compara com 10,7% em Dezembro de 2007, reflectindo principalmente a evolução menos dinâmica do crédito a particulares. O financiamento a particulares apresenta uma forte desaceleração (4,6% em Dezembro de 2008 face a 9,0% em Dezembro de 2007), quer na vertente habitação, que apresenta um crescimento de 4,3% em Dezembro de 2008, valor que compara com 8,5% em Dezembro de 2007, quer no crédito ao consumo e a outros fins que registou, segundo o Banco de Portugal, um crescimento homólogo de 6,1% em Dezembro de 2008, face a um crescimento de 11,3% em Dezembro de 2007. No crédito a sociedades não financeiras também se verificou uma desaceleração, passando de um crescimento homólogo de 11,2% em Dezembro de 2007 para 10,6% em Dezembro de 2008.

Com o aumento da instabilidade e incerteza nos mercados financeiros, e reflectindo a deterioração da capacidade financeira das famílias e das empresas, já de si altamente endividadas, aumentaram os níveis de incumprimento que se fixaram, segundo dados do Banco de Portugal relativos ao primeiro semestre de 2008 em, respectivamente, 2,14 % em Setembro (face a 1,73% em Dezembro de 2007), e 2,13% (que compara com 1,80% em Dezembro do ano anterior). É expectável que, com a deterioração da situação económica, estes valores apresentem uma tendência de subida.

Assistiu-se a uma evolução muito positiva na captação de depósitos. Os depósitos que mais contribuíram para esta evolução foram, segundo o Banco de Portugal, os depósitos de particulares residentes, que cresceram, em Junho e em termos anuais, 12%, face a um

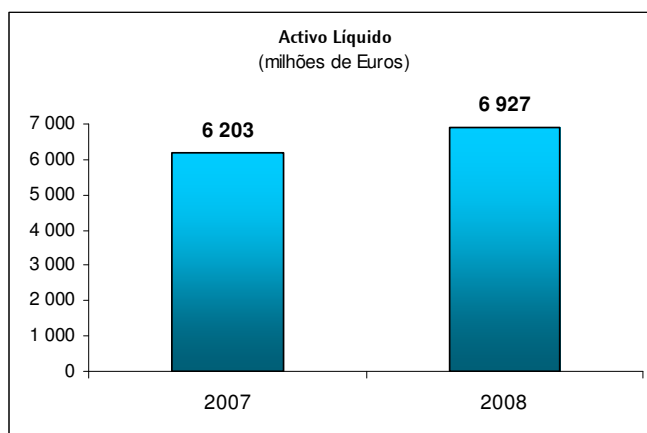
crescimento de 8% anual em Dezembro de 2007. Esta progressão denota, do lado da oferta, uma estratégia mais agressiva com condições financeiras mais atractivas, reflectindo a dificuldade de financiamento da banca no mercado por grosso e, do lado da procura, uma preferência por produtos sem risco, numa altura de elevada volatilidade dos mercados e de reduzida confiança.

Neste contexto, caracterizado por uma grave crise financeira internacional, o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) permanece fiel à sua política de negócio, baseada na máxima prudência e alicerçada numa relação comercial de proximidade, conhecimento e confiança.

Actividade

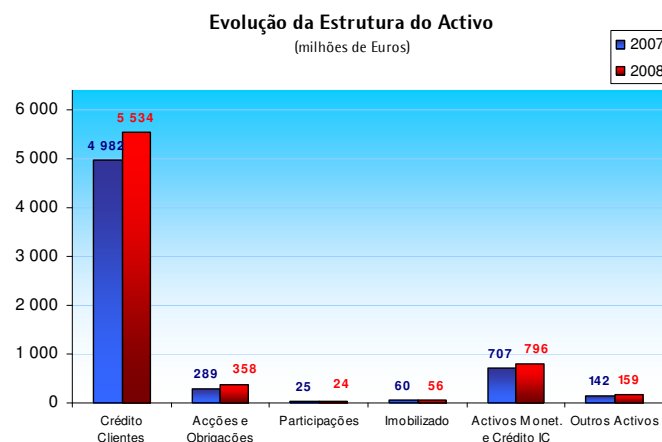
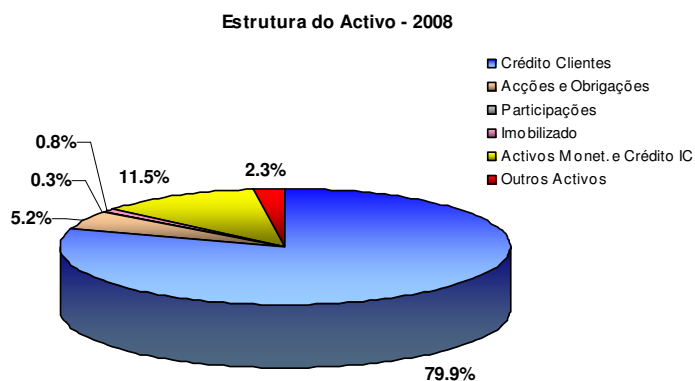
Activo

No final de 2008 o Activo Líquido do BBVA ascendia a 6.927 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 11,7% face ao ano anterior, mais 724 milhões de euros .



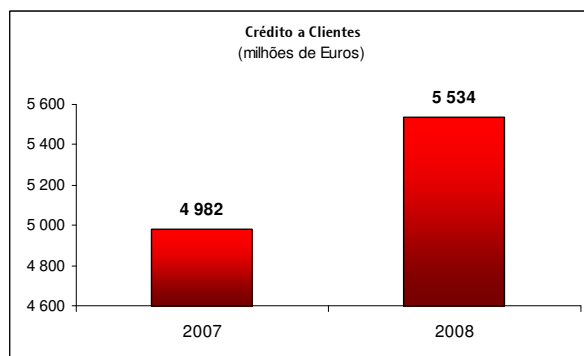
Este crescimento assenta essencialmente no comportamento da carteira de crédito, mais 553 M.€. e das aplicações em instituições de crédito, mais 90 M.€. Ao analisarmos a

estrutura do Activo, 79,9% do seu valor corresponde a Crédito a Clientes, sensivelmente o mesmo peso relativo do que no ano anterior.



Crédito a Clientes

O crédito concedido a clientes atingiu 5.534 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, registando um crescimento de 11,1% face a idêntico período do ano anterior.



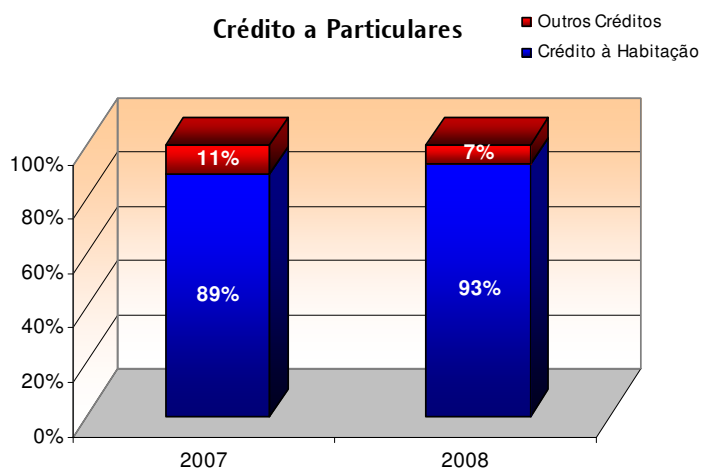
No quadro seguinte, que representa a repartição do crédito por segmentos, verifica-se que o Crédito a Empresas apresenta um dinamismo assinalável apresentando, em 2008, um crescimento de 16,8%, enquanto que o Crédito a Particulares, que contribui com 35,8% para a carteira de crédito, aumentou 28 M€, registando um crescimento de 1,4%.

No crédito a particulares, salienta-se, uma vez mais, o desempenho de um segmento considerado prioritário, o do crédito à habitação. Apesar de apresentar uma desaceleração no seu ritmo de crescimento, este segmento apresenta uma evolução superior à do mercado. aumentando 5,4% face a idêntico período do ano anterior e ascendendo a 1.847 milhões de euros em Dezembro de 2008. Este segmento representa 33,2% do crédito total concedido, um peso ligeiramente inferior ao verificado no ano anterior.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR SEGMENTOS	2008	%	2007	%	Var 08/07 (%)
Crédito a Empresas	3.345.830	60,2	2.863.924	57,3	16,8
Crédito a Particulares	1.990.752	35,8	1.962.474	39,3	1,4
• Crédito Habitação	1.846.950	33,2	1.751.969	35,1	5,4
• Outro Crédito a Particulares	143.802	2,6	210.505	4,2	-31,7
Outros Créditos	221.975	4,0	170.655	3,4	30,1
Total do Crédito (bruto)	5.558.557	100,0	4.997.053	100,0	11,2

Em contrapartida o crédito ao consumo apresentou uma forte desaceleração, em consequência do difícil enquadramento macro económico



O crescimento do Crédito foi acompanhado por criteriosas políticas de concessão de crédito e medidas adicionais de prudência, atendendo ao difícil enquadramento económico e financeiro. Apesar de ser visível um aumento da sinistralidade, o rácio de crédito vencido, calculado de acordo com a Carta Circular 99/03 de 5 de Novembro do Banco de Portugal, continua a situar-se em níveis confortáveis, quando comparado com o sector, atingindo 0,61% em 2008, valor que era de 0,40% em 2007.

O montante de crédito vencido atingiu 34.184 milhares de euros em Dezembro de 2008. Este valor compara com 19.963 milhares de euros em idêntico período do ano anterior e traduz um acréscimo de 71,2% . O grau de cobertura de crédito vencido evoluiu de 254,4% no ano de 2007 para 181,3% em Dezembro de 2008.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	2008	2007	Var (%)
Crédito e juros vencidos	34.184	19.963	71,2
Mais de 90 dias (a)	27.339	17.673	54,7
Crédito Cobrança duvidosa reclassif. como vencido (b)	10.140	1.203	743,1
Crédito em incumprimento(a+b)	37.479	18.876	98,6
Crédito vencido/Crédito total	0,61%	0,40%	
Mais de 90 dias/Crédito total	0,49%	0,35%	
Crédito em incumprimento/Crédito total	0,67%	0,38%	
Cobertura do crédito vencido	181,3%	254,4%	
Cobertura do crédito vencido há mais 90 d.	226,7%	287,4%	
Cobertura do crédito em incumprimento	165,3%	269,1%	

Se considerarmos exclusivamente o crédito vencido há mais de 90 dias, estes indicadores passam, em 2008, para 0,49%, no que respeita ao rácio relativo ao crédito total e a 226,7% no que concerne ao rácio de cobertura.

Ao efectuar a análise do crédito concedido por prazo de vencimento verifica-se que 33,1% estão concentrados no escalão de prazo mais curto, até três meses, ou no prazo mais

longo, onde a concentração é de 42,0%. A evolução verificada em 2008 face ao ano anterior traduz um aumento de concentração no prazo mais curto e uma diminuição de concentração mais notória nos prazos mais longos. De referir igualmente que, no final de 2008, o crédito contratado a mais de um ano era de 53,7% do total de crédito concedido.

Unidade : Milhares de euros

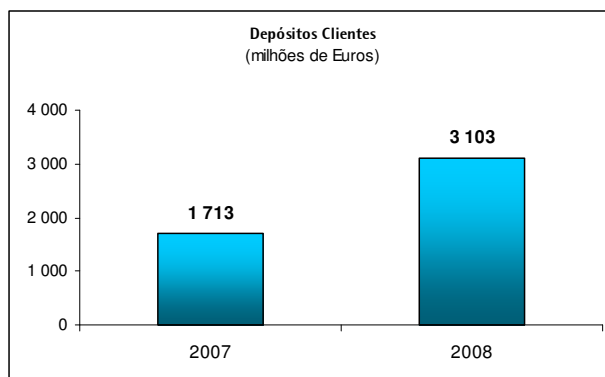
Varição

Crédito por prazo vencimento	2008	%	2007	%	%
Até 3 meses	1.839.781	33,1	1.168.903	23,4	57,4
De 3 meses a 1 ano	700.286	12,6	669.829	13,4	4,5
De 1 a 5 anos	650.248	11,7	834.614	16,7	-22,1
Mais de 5 anos	2.334.058	42,0	2.303.744	46,1	1,3
Vencidos	34.184	0,6	19.963	0,4	71,2
Total do Crédito (bruto)	5.558.557	100,00	4.997.053	100,00	11,2

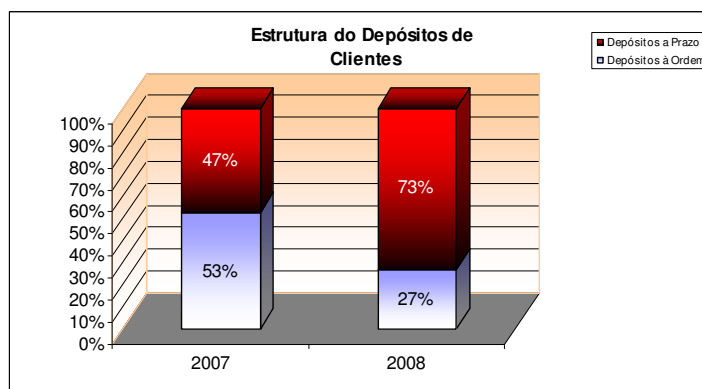
Recursos de Clientes

Os Débitos para com Clientes apresentaram um crescimento de 81,2% em 31 de Dezembro de 2008. Em base comparável (expurgando o efeito do depósito da Luxinvest, entidade do Grupo BBVA), a evolução dos depósitos continua a ser muito positiva, apresentando um crescimento de 16,7 %.

Assim, em 31 de Dezembro de 2008, o valor dos Depósitos de Clientes atingia 3.103 milhões de euros, mais 1.391 milhões do que em 2007 (mais 286 milhões sem o efeito Luxinvest).

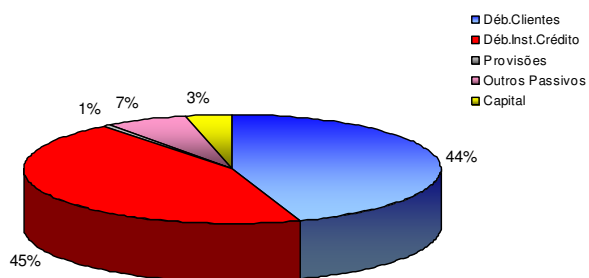


A evolução positiva dos Depósitos foi essencialmente suportada por um crescimento dos Depósitos a Prazo, que apresentaram uma evolução positiva de 180,1%. Esta evolução está associada ao depósito da Luxinvest. No entanto, mesmo excluindo este efeito, o aumento desta componente é assinalável, mais 43,2%. Este comportamento traduz-se, quando se analisa a estrutura dos Depósitos, num aumento do peso relativo dos Depósitos a Prazo, que passaram a representar 73% no total dos Depósitos. Os Depósitos à Ordem, apresentaram um decréscimo de 6,9%.

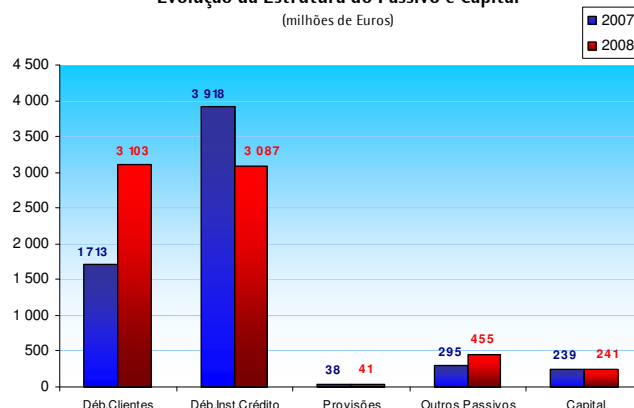


Associado ao expressivo aumento dos recursos obtidos de Clientes com expressão no balanço assistiu-se a uma diminuição do rácio de transformação desses recursos em Crédito, passando esse rácio a registar um valor de 178% em 2008.

Estrutura do Passivo e Capital - 2008



Evolução da Estrutura do Passivo e Capital
(milhões de Euros)



Relativamente à estrutura de financiamento, os recursos provenientes de débitos junto de Instituições de Crédito representavam 45% do total de recursos (63% em 2007), percentagem quase idêntica à dos recursos provenientes de Depósitos de Clientes (28% no período homólogo). O financiamento obtido por via das Instituições de Crédito foi efectuado quase totalmente por débitos a prazo, ou com pré-aviso, cerca de 98%.

Análise da Conta de Resultados

2008 foi um ano particularmente difícil e marcado pela crise financeira internacional. Não obstante, o BBVA Portugal manifestou um desempenho positivo na gestão da sua actividade. O Resultado foi influenciado favoravelmente pelo dinamismo da actividade comercial, por uma criteriosa gestão de spreads e por uma rigorosa racionalização de gastos. No entanto, com o agudizar da crise nos mercados financeiros, os resultados em comissões e operações financeiras, sofreram uma forte deterioração. Foi igualmente necessário proceder ao reforço de provisões em virtude da deterioração da conjuntura económica nacional e internacional e da expansão da carteira de crédito. Estes factos determinam que o Resultado Líquido apresente um decréscimo de 16,8% face ao registado em idêntico período de 2007. Os resultados fixaram-se assim em 17,3 milhões de euros, face aos 20,8 milhões de euros do ano transacto.

Conta de Resultados	31.Dec.08	31.Dec.07	Abs	Δ%
(+) Juros e rendimentos similares	450 314	281 735	168 579	59.8%
(-) Juros e encargos similares	369 266	214 093	155 173	72.5%
(=) Margem Financeira	81 049	67 643	13 406	19.8%
(+) Rend. de Capital (Dividendos)	366	10 626	-10 259	-96.6%
(+) Result.Serviços e Comissões	22 963	26 861	-3 898	-14.5%
(+) Outros Resultados Exploração	10 479	14 779	-4 299	-29.1%
(=) Produto Bancário	114 857	119 908	-5 051	-4.2%
(-) Custos c/ Pessoal e Administrativo	72 439	81 204	-8 766	-10.8%
(-) Amortizações	3 988	4 003	-15	-0.4%
(-) Provisões e Imparidade	17 796	15 149	2 647	17.5%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	20 635	19 551	1 084	5.5%
(-) Impostos s/lucros	3 315	-1 258	4 573	-363.4%
(-) Impostos correntes	359	222	137	61.6%
(-) Impostos diferidos	2 955	-1 481	4 436	-299.6%
(=) Resultado Líquido	17 320	20 809	-3 489	-16.8%

Margem Financeira

Em 2008 a Margem Financeira constitui o principal pilar de obtenção de resultados. Em virtude do efeito volume, como resultado, principalmente, do aumento do crédito concedido e de uma gestão adequada da progressão das taxas de juro, a margem de intermediação alcançou os 81,0 milhões de euros e cresceu 19,8%, contrariando o efeito negativo de condições mais adversas de obtenção de funding e de maior concorrência na captação de depósitos.

Comissões

As comissões, que ascenderam a 22,9 Milhões de euros, apresentaram um valor inferior ao do ano anterior, -14,5%. A sua evolução foi afectada negativamente pela significativa redução de actividade no mercado de capitais, pelo aumento de aversão ao risco e pela consequente menor apetência por produtos de poupança alternativos, como os fundos de investimento.

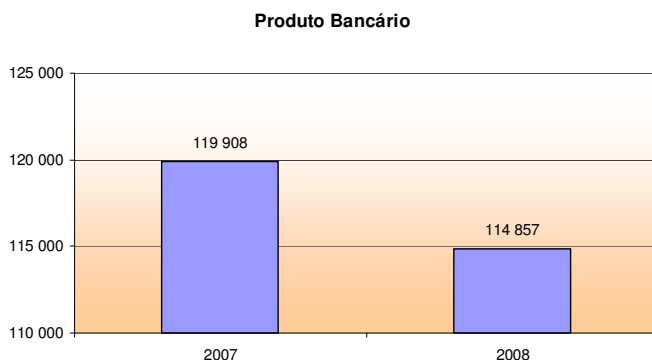
Unidade: milhares de euros

COMISSÕES LÍQUIDAS	2008	%	2007	%	VAR (%)
De Operações de Crédito	3.022	13,2	2.575	9,6	17,4
De Garantias e Avals	-381	-1,7	242	0,9	n.a.
De Cobrança e Pagamento	6.514	28,4	6.439	24,0	1,2
De Gestão de Activos	6.967	30,3	8.276	30,8	-15,8
De Manutenção de Contas	3.622	15,8	5.397	20,1	-32,9
Outras	3.219	14,0	3.932	14,6	-18,1
Total	22.963	100,0	26.861	100,0	-14,5

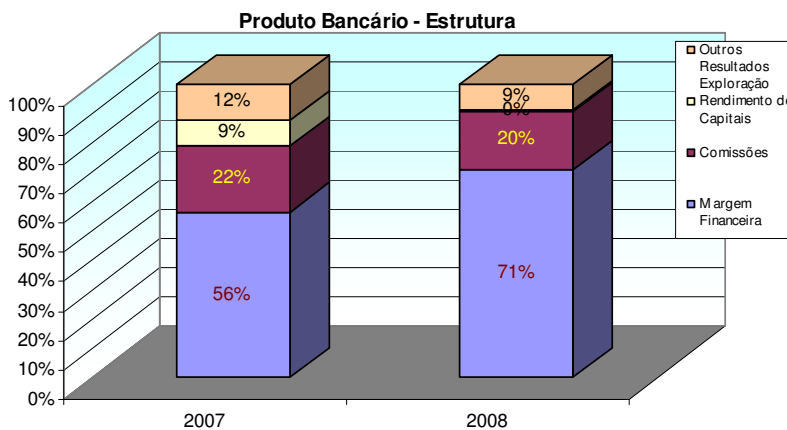
Ao analisar a composição das comissões salienta-se o bom comportamento das comissões de Operações de Crédito que, representando 13,2% do total das comissões, cresceram 17,4% e a ligeira progressão das comissões de Cobrança e Pagamento que aumentaram 1,2% e representam 28,4% das comissões totais. Esta progressão não foi, no entanto, suficiente para compensar a redução das comissões de Gestão de Activos que, sendo a parcela mais importante das comissões, caíram 15,8%.

Produto Bancário

O Produto Bancário ascendeu a 114.857 milhares de euros, valor que representa uma evolução negativa de 4,2% face a 2007.

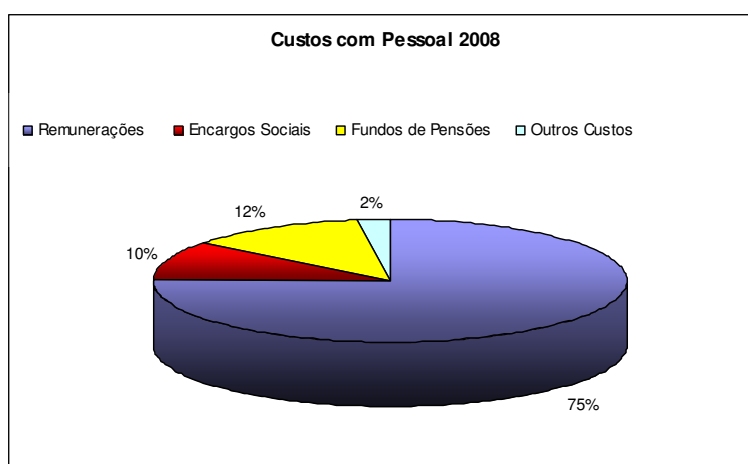


Para esta evolução contribuiu negativamente o comportamento já referido das Comissões, o comportamento da componente Rendimento de Capitais que, com menos 10 Milhões de euros face ao período homólogo, reflecte a comparação com o efeito, ocorrido em 2007, da distribuição de dividendos das associadas no montante de 10,3 Milhões de euros, e dos Outros Resultados de Exploração que, no ano anterior, beneficiaram da alienação da participação do BBVA na BBVA Instituição Financeira de Crédito, S.A.



Custos de Estrutura

Os Custos de estrutura elevaram-se a 76,4 Milhões de euros, menos 10,3% do que em 2007. O processo de reorganização do quadro de colaboradores, ocorrido no ano transacto e que implicou reformas antecipadas, explica, em larga medida, a redução de custos com pessoal, que diminuíram 9 milhões de euros, ascendendo a 46,6 milhões de euros, valor que compara com 55,6 milhões de euros dispendidos em 2007.



A parte correspondente a remunerações continuou a ser a componente mais significativa, representando 75% do total dos custos de pessoal no final de 2008.

Em virtude de uma política de racionalização e transformação de estruturas levada a cabo neste exercício, foi visível a contenção dos Outros Custos Administrativos, que totalizaram 25,8 milhões de euros, apenas 0,9% mais do que o valor registado em igual período do ano anterior.

Unidade: milhares de euros

OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS	2008	%	2007	%	VAR (%)
Fornecimento de Terceiros	1.875	7,3	2.108	8,2	-11,1
Rendas e Alugueres	3.442	13,3	3.265	12,8	5,4
Comunicações e Despesas .Expedição	3.714	14,4	3.624	14,2	2,5
Deslocações Estrangeiro e Representação	1.271	4,9	1.267	5,0	0,3
Publicidade e Publicações	1.451	5,6	2.239	8,8	-35,2
Avenças e Honorários	965	3,7	1.154	4,5	-16,4
Conservação e Reparação	760	3,0	1.041	4,1	-27,0
Seguros	389	1,5	388	1,5	0,3
Judiciais, Contencioso,Notariado	335	1,3	370	1,4	-9,5
Outros serviços de Terceiros	11.607	45,0	10.116	39,5	14,7
Total	25.809	100,0	25.572	100,0	0,9

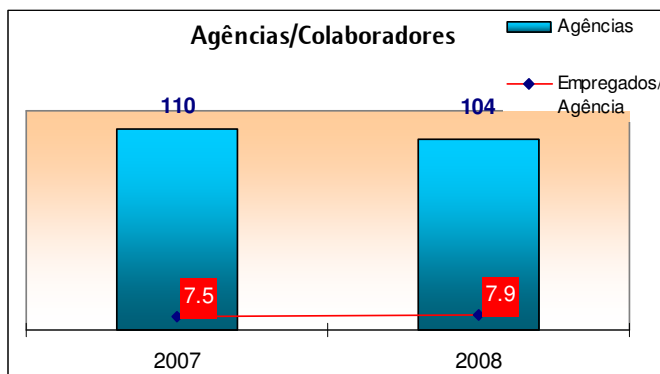
A diminuição dos Custos de Estrutura reflectiu-se positivamente no rácio de eficiência, entendido como a percentagem do produto bancário consumida pelos referidos custos , que se fixou em 66,5%. Não considerando os gastos com Amortizações, este rácio seria de 63,1%.

Unidade: milhares de euros

CUSTOS DE ESTRUTURA	2008	%	2007	%	VAR(%)
Custos com Pessoal (a)	46.629	61,0	55.632	65,3	
Outros Custos Administrativos (b)	25.809	33,8	25.572	30,0	
Custos de Funcionamento (a+b)	72.438	94,8	81.204	95,3	
Amortizações (c)	3.988	5,2	4.003	4,7	
Custos de Estrutura (a+b+c)	76.426	100,0	85.207	100,0	
Custos de Pessoal em % Produto Bancário (*)	40,6%		46,4%		-5,8%
Custos de Funcionamento em % Produto Bancário	63,1%		67,7%		-4,6%
Custos de Estrutura em % Produto Bancário (*)	66,5%		71,1%		-4,6%

(*) calculado de acordo com a instrução nº16/2004,

O número de funcionários do Banco apresentou um ligeiro acréscimo, fixando-se o seu número, no final de 2008, em 825.



O Resultado Líquido em 2008 ascende a 17,3 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 3,5 milhões de euros face a 2007.

A rentabilidade bruta média dos capitais próprios (ROE), em termos anualizados, foi de 8,93%, valor que compara com 8,09% no período homólogo. Por sua vez, a Rentabilidade bruta do Activo médio (ROA) foi de 0,31% em 2008 face a 0,35% em 2007.

Seguindo a Instrução Nº 16/2004 do Banco de Portugal, os indicadores de rentabilidade em Dezembro de 2008 e os correspondentes ao período homólogo do ano anterior, são os seguintes:

RENDIBILIDADE	2008	2007
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios	8,93	8,09
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	1,70	2,12
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médios	0,31	0,35

O exercício de 2008 beneficiou da estratégia centrada na inovação, utilizando soluções adaptáveis aos diferentes segmentos da clientela, com uma gestão diferencial e uma

ampla gama de produtos, e na melhoria permanente das estruturas comerciais, com uma gestão especializada por segmentos e apoiada pela simplificação de processos e ferramentas.

Este percurso continuará em 2009, focalizado ainda mais na acessibilidade e conhecimento do cliente, oferecendo uma resposta global e diferenciada, e assumindo o compromisso de desenvolver novas e melhores soluções. O BBVA irá igualmente encarar com especial ênfase o segmento empresarial, nomeadamente as pequenas e médias empresas, aprofundando a relação com o cliente para além das suas necessidades puramente financeiras e disponibilizando-lhes um serviço com um elevado nível de personalização.

8.

Proposta de Aplicação de Resultados

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2008, foi de € 17.320.341,15 (dezassete milhões, trezentos e vinte mil, trezentos e quarenta e um euros e quinze cêntimos).

O Conselho de Administração do Banco, ao Abrigo da alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do ponto 2 do Artigo 20º dos Estatutos e em consonância com a estratégia definida pelo grupo BBVA para Portugal, propõe, para aprovação da Assembleia Geral, a seguinte distribuição de resultados do exercício:

- Para reserva legal: € 1.734.034,12 (um milhão, setecentos e trinta e quatro mil, trinta e quatro euros e doze cêntimos);

- Para resultados transitados: € 15.586.307,03 (quinze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, trezentos e sete euros e três cêntimos).

9.

Reconhecimento Público

9. RECONHECIMENTO PÚBLICO

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às Autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos Clientes, a todos os Colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração dispensada.

O Conselho de Administração

Lisboa, 2 de Março de 2009

10.

**Anexo ao Relatório do
Conselho de Administração**

10. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Informação sobre os accionistas

De acordo com os Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da Sociedade que fazem parte dos Órgãos Sociais:

Accionista: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Nº de Acções Detidas : 50

Órgão Social: Presidente do Conselho de Administração

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e manteve constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2007, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido Artigo 448º, informa-se que o accionista BBVA Luxinvest, S.A. é detentor de 199.046.899 acções, correspondendo a 90,47586% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. é detentor de 20.952.951 acções, correspondendo a 9,52407% do capital social da sociedade.

**Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos
(Carta-Circular nº 97/2008/DSB, de 03 de Dezembro, do Banco de Portugal)**

1. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio

O modelo de negócio encontra-se detalhadamente descrito no ponto 5. do Relatório de Gestão.

2. Estratégias e Objectivos

As estratégias e os objectivos estão igualmente contempladas no ponto 5. do Relatório de Gestão. Não existem, no BBVA, operações de titularização.

No Relatório de Gestão, no capítulo 7. é apresentada uma análise pormenorizada da actividade e resultados do BBVA em 2008.

3,4 e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 5., 6., e 7. do Relatório de Gestão, bem como na Nota 3. do Anexo às Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

2. Riscos e Gestão de Riscos

6 e 7. Descrição, natureza e práticas de gestão de risco

No ponto 6.5 do Relatório de Gestão, bem como na Nota 39. do Anexo às Demonstrações Financeiras, é apresentado um conjunto de informação que descreve as práticas de gestão de risco, sua monitorização e controlo.

3. Impacto do período de Turbulência Financeira nos Resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

2008 foi um ano particularmente adverso no que respeita à evolução do crescimento económico mundial. A incerteza e a forte aversão a investir, que se pensava inicialmente circunscrita ao mercado dos EUA, globalizou-se, principalmente desde a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008. A falência de um grande banco converteu a aversão ao risco num fenómeno global e criou graves problemas de liquidez, obrigando os principais Bancos Centrais a acções coordenadas de descida de taxas directoras e de injeção de enormes quantidade de liquidez no mercado. Os spreads de crédito alargaram-se substancialmente, levando os prémios de liquidez a níveis sem precedente. O sector bancário em Portugal foi também afectado, principalmente no que respeita à dificuldade de financiamento nos mercados internacionais e à desvalorização das suas carteiras de participações financeiras. Iguamente afectadas são os seus resultados provenientes de operações financeiras e de comissões. A dificuldade no acesso ao financiamento e o aumento dos respectivos custos, provocaram um abrandamento na procura de crédito ao longo de 2008. Em contrapartida assistiu-se a um aumento dos recursos de clientes em balanço, quer pela crescente aversão ao risco, quer pela remuneração mais atractiva deste tipo de aplicações.

No BBVA, a crise financeira internacional influenciou os resultados principalmente ao nível de: lucros em operações financeiras, por via da redução de resultados de trading; comissões, pela redução significativa de activos sob gestão; aumento da imparidade de crédito, pela estagnação da actividade económica.

No ponto 7. do Relatório de Gestão é feita uma análise qualitativa e quantitativa da evolução da actividade e dos resultados do Banco e do impacto do período de turbulência financeira.

Pontos 9., 10., 11., 12., 13., 14., 15.

Não aplicável

4. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

Pontos 16., 17., 18., 19., 20., 21.

Não aplicável

5. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização

22. Produtos Estruturados

A política de classificação destes produtos está desenvolvida na Nota 2. do Anexo às Demonstrações Financeiras.

23. Special Purpose Entities (SPE) e consolidação

Não aplicável

24 e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Na Nota 2. do Anexo às Demonstrações Financeiras são descritas as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

6. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira do BBVA baseiam-se na transparência, obedecendo a todos os requisitos de natureza regulamentar.

De entre a informação disponibilizada salienta-se o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 6.927.191 mEuros e capitais próprios de 240.795 mEuros, incluindo um resultado líquido de 17.320 mEuros, as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio individual do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira individual do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Ênfase

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. O Banco apresenta igualmente contas consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, as quais reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2008 consistem numa redução do activo, do passivo, dos capitais próprios (excluindo o resultado do exercício) e do resultado do exercício nos montantes de 64.894 mEuros, 54.735 mEuros, 9.086 mEuros e 1.073 mEuros, respectivamente.

Lisboa, 16 de Março de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2008		2007		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2008	2007
		Activo bruto	Amortizações, provisões e Imparidade	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	79.559	-	79.559	78.947	Passivos financeiros detidos para negociaç	7	217.214	60.287
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	42.014	-	42.014	43.626	Recursos de outras instituições de crédito	18	3.086.527	3.917.984
Activos financeiros detidos para negociação	6	236.336	-	236.336	74.935	Recursos de clientes e outros empréstimos	19	3.103.410	1.712.654
Activos financeiros disponíveis para venda	9	122.349	(631)	121.718	213.916	Derivados de cobertura	7	36.287	24.154
Aplicações em instituições de crédito	10	674.072	-	674.072	584.208	Provisões	20	41.405	38.371
Crédito a clientes	11	5.558.557	(24.151)	5.534.406	4.981.574	Passivos por impostos correntes	15	282	277
Derivados de cobertura	7	30.542	-	30.542	18.194	Passivos por impostos diferidos	15	482	497
Outros activos tangíveis	12	134.719	(80.589)	54.130	58.784	Outros passivos subordinados	21	170.046	170.027
Activos intangíveis	13	2.944	(749)	2.195	1.145	Outros passivos	22	30.743	40.128
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos c	14	29.783	(6.196)	23.587	24.547	Total do Passivo		<u>6.686.396</u>	<u>5.964.379</u>
Activos por impostos correntes	15	367	-	367	339	Capital	24	220.000	220.000
Activos por impostos diferidos	15	25.178	-	25.178	24.868	Prémios de emissão	24	7.008	7.008
Outros activos	16	109.227	(6.140)	103.087	98.357	Reservas de reavaliação	25	(4.400)	1.841
						Outras reservas e resultados transitados	25	867	(10.597)
						Resultado líquido do exercício	25	17.320	20.809
						Total do Capital próprio		<u>240.795</u>	<u>239.061</u>
						Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>6.927.191</u>	<u>6.203.440</u>
Total do Activo		<u>7.045.647</u>	<u>(118.456)</u>	<u>6.927.191</u>	<u>6.203.440</u>				

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2008	2007
Juros e rendimentos similares	26	450.314	281.735
Juros e encargos similares	27	(369.266)	(214.092)
Margem financeira		<u>81.048</u>	<u>67.643</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	28	366	10.626
Rendimentos de serviços e comissões	29	31.302	33.594
Encargos com serviços e comissões	30	(8.339)	(6.733)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de	31	(44)	1.196
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	32	183	(156)
Resultados de reavaliação cambial	33	889	880
Resultados de alienação de outros activos	34	(1)	(323)
Outros resultados de exploração	35	9.453	13.181
Produto bancário		<u>114.857</u>	<u>119.908</u>
Custos com pessoal	36	(46.630)	(55.633)
Gastos gerais administrativos	37	(25.810)	(25.572)
Amortizações do exercício	12 e 13	(3.988)	(4.003)
Provisões líquidas de reposições e anulações	20	(3.897)	(8.465)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	20	(10.477)	(5.146)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recup	20	-	(34)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20	(3.421)	(1.504)
Resultado antes de impostos		<u>20.634</u>	<u>19.551</u>
Impostos			
Correntes	15	(359)	(222)
Diferidos	15	(2.955)	1.480
Resultado líquido do exercício		<u>17.320</u>	<u>20.809</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	475.036	318.726
Pagamentos de juros e comissões	(375.632)	(215.792)
Pagamentos ao pessoal, fundo de pensões e fornecedores	(74.609)	(123.013)
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(382)	(515)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade oper	9.344	6.558
Resultados operacionais antes das alterações nos activos oper	<u>33.757</u>	<u>(14.036)</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	(161.414)	(43.911)
Activos financeiros disponíveis para venda	86.091	(100.843)
Aplicações em instituições de crédito	(86.628)	(177.031)
Crédito a clientes	(555.208)	(633.779)
Derivados de cobertura (justo valor positivo)	(12.348)	(5.584)
Outros activos	(16.435)	2.760
	<u>(745.942)</u>	<u>(958.388)</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros de negociação	156.940	45.512
Derivados de cobertura (justo valor negativo)	12.133	3.708
Recursos de outras instituições de crédito	(830.169)	800.268
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.383.200	48.472
Outros passivos	(8.555)	5.779
	<u>713.549</u>	<u>903.739</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>1.364</u>	<u>(68.685)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(2.730)	(837)
Aquisições e alienações de investimentos em filiais e associad	-	27.357
Recebimentos de dividendos	366	10.626
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(2.364)</u>	<u>37.146</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Empréstimos subordinados	-	26.000
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>-</u>	<u>26.000</u>
Aumento / (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(1.000)	(5.539)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	122.573	128.112
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	121.573	122.573

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados				Resultado líquido do exercício	Total
				Reserva Legal	Reserva Livre	Resultados transitados	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	220.000	7.008	2.907	10.315	11.852	12.018	34.185	(30.853)	233.247
Aplicação do lucro do exercício de 2006:									
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	(30.853)	(30.853)	30.853	-
Fundo de Pensões									
Valor bruto	18	-	-	-	-	(19.682)	(19.682)	-	(19.682)
Efeito fiscal	16	-	-	-	-	5.119	5.119	-	5.119
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda:									
Acréscimos		-	(586)	-	-	-	-	-	(586)
Efeito fiscal	16	-	154	-	-	-	-	-	154
Outros		-	(634)	-	634	-	634	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	20.809	20.809
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	220.000	7.008	1.841	10.315	12.486	(33.398)	(10.597)	20.809	239.061
Aplicação do lucro do exercício de 2007:									
Transferência para resultados transitados	-	-	-	2.083	-	18.726	20.809	(20.809)	-
Fundo de Pensões									
Valor bruto	18	-	-	-	-	(13.121)	(13.121)	-	(13.121)
Efeito fiscal	16	-	-	-	-	3.477	3.477	-	3.477
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda:									
Outros		-	(5.942)	-	-	-	-	-	(5.942)
Outros		-	(299)	-	-	299	299	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	17.320	17.320
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	220.000	7.008	(4.400)	12.398	12.486	(24.017)	867	17.320	240.795

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. (BBVA Portugal ou Banco) foi constituído por escritura pública em 1991, tendo iniciado a sua actividade em 28 de Junho de 1991. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O BBVA Portugal dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País.

Conforme indicado na Nota 24, o Banco é integralmente detido pelo Grupo BBVA. O BBVA Portugal dispõe de uma rede nacional de 114 balcões. Mantém também três sucursais na Madeira (duas sociedades financeiras exteriores e uma sociedade financeira internacional).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras do Banco:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor;
- ii) Provisionamento do crédito e contas a receber - mantém-se o anterior regime, sendo definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações subsequentes (Nota 2.3. a)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.
- iv) Benefícios a empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da Norma IAS 19 – Benefícios aos empregados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com os Avisos nº 4/2005, de 21 de Fevereiro e nº 12/2005, de 30 de Dezembro, do Banco de Portugal, o reconhecimento em Resultados Transitados do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente ao impacto da alteração da tábua de mortalidade e às responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, para a qual esse plano de amortização pode ir até 31 de Dezembro de 2011. De acordo com o Aviso nº7/2008, de 14 de Outubro, do Banco e Portugal o reconhecimento, em resultados transitados, do impacte que, a 30 de Junho de 2008, ainda se encontrasse por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização estabelecido no anterior aviso, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração anteriormente prevista.

O acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração da tábua de mortalidade em data posterior a 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao "Corredor". O montante acrescido ao "Corredor" resulta da aplicação das seguintes percentagens ao acréscimo de responsabilidades acima referido:

- Até 30 de Dezembro de 2006 - 100%;
- De 31 de Dezembro de 2006 a 30 de Dezembro de 2007 - 95%;
- De 31 de Dezembro de 2007 a 30 de Dezembro de 2008 - 85%;
- De 31 de Dezembro de 2008 a 30 de Dezembro de 2009 - 70%;
- De 31 de Dezembro de 2009 a 30 de Dezembro de 2010 - 55%;
- De 31 de Dezembro de 2010 a 30 de Dezembro de 2011 - 40%;
- De 31 de Dezembro de 2011 a 30 de Dezembro de 2012 - 20%; e
- A partir de 31 de Dezembro de 2012 - 0%.

As demonstrações financeiras referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. O Banco apresenta igualmente contas consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, as quais reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2008 consistem numa redução do activo, do passivo, dos capitais próprios (excluindo o resultado do exercício) e do resultado do exercício nos montantes de 64.894 mEuros, 54.735 mEuros, 9.086 mEuros e 1.073 mEuros, respectivamente.

As demonstrações financeiras individuais da Sede foram combinadas com as das Sucursais, representando a actividade global do Banco. Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminados neste processo.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2008 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada "moeda funcional"), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.3. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido das seguintes provisões para riscos de crédito de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho com as alterações subsequentes emitidas pelo Banco de Portugal:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a entrada em incumprimento.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - . Estarem em incumprimento há mais de:
 - . Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - . Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - . Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

O Banco regista ainda provisões adicionais para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos, não sendo esse excesso face aos níveis mínimos de provisionamento aceite fiscalmente. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante de provisões adicionais para créditos de cobrança duvidosa ascendia a 1.677 mEuros e 1.140 mEuros, respectivamente.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% no que se refere ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

b) Outros activos financeiros

Os restantes activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Estes activos são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Aplicações em instituições de crédito

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Dada a restrição imposta pelo Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições financeiras.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por um órgão independente da função de negociação do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A..

São fornecidos por esse órgão preços (*bid prices*) difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e preços gerados por modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor notional.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2008 o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, as Aplicações em instituições de crédito.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade; e
- Dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos cash-flows futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade definidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em activos de rendimento variável:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

Outras situações

De acordo com as NCA, certas comissões e outros custos e proveitos, pagos e recebidos, relativos a operações de crédito e outros instrumentos financeiros são reconhecidos como custos ou proveitos ao longo da operação.

2.4. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.5. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

O Banco procedeu a reavaliações de imóveis e de equipamento ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação". O valor líquido resultante das reavaliações efectuadas só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

2.6. Locação financeira - Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

2.7. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.8. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, denominadas "filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade periódicas.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais.

2.9. Impostos sobre lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, as Sucursais Financeiras Exteriores da Madeira beneficiam, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. Em consequência, em 31 de Dezembro de 2008, os activos por impostos diferidos não registados ascendiam a 1.022 mEuros (Nota 15).

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a provisões não aceites para efeitos fiscais, diferimento de comissões, amortizações não aceites em resultado de reavaliações legais de activos tangíveis, valores associados às responsabilidades com pensões e reavaliações de instrumentos financeiros derivados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.11. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1..

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

As pensões pagas ao abrigo do ACTV são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da retribuição constante da tabela do ACTV para a categoria profissional do trabalhador à data da reforma, sendo actualizadas anualmente.

As responsabilidades do Banco incluem também os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) e o subsídio por morte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A cobertura das responsabilidades do Banco é efectuada através da parcela do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) detida pelo Banco, do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões.

A responsabilidade reconhecida em balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos.

O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados (ver Nota 17). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas em Euros, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("Corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o menor, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

De acordo com o Aviso nº 12/2005, de 30 de Dezembro, o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração da tábua de mortalidade em data posterior a 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao "Corredor". O montante acrescido ao "Corredor" resulta da aplicação das seguintes percentagens ao acréscimo de responsabilidades acima referido:

- Até 30 de Dezembro de 2006 - 100%;
- De 31 de Dezembro de 2006 a 30 de Dezembro de 2007 - 95%;
- De 31 de Dezembro de 2007 a 30 de Dezembro de 2008 - 85%;
- De 31 de Dezembro de 2008 a 30 de Dezembro de 2009 - 70%;
- De 31 de Dezembro de 2009 a 30 de Dezembro de 2010 - 55%;
- De 31 de Dezembro de 2010 a 30 de Dezembro de 2011 - 40%;
- De 31 de Dezembro de 2011 a 30 de Dezembro de 2012 - 20%; e
- A partir de 31 de Dezembro de 2012 - 0%.

Na data de transição, o Banco adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1, de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada por "reset").

De acordo com o Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, o aumento de responsabilidades decorrente da introdução da IAS 19 estava a ser reconhecido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2009. No entanto, em Outubro de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008 de acordo com o qual o reconhecimento, em resultados transitados, do impacte que, a 30 de Junho de 2008, ainda se encontrasse por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização estabelecido no anterior aviso, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração anteriormente prevista, pelo que o Banco definiu um novo plano de amortizações uniformes a terminar em 31 de Dezembro de 2012.

O Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal determina ainda a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo, excepto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas nos termos previsto no parágrafo anterior.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

Outros benefícios de longo prazo

O BBVA Portugal tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade a pagar aos empregados que completem quinze, vinte e cinco e trinta e cinco anos de serviço efectivo, de acordo com o previsto na cláusula 150ª do ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.12. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

2.13. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao valor nominal.

2.14. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação das responsabilidades por pensões

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos por impostos diferidos não registados ascendiam a 1.022 mEuros e 2.176 Euros, respectivamente (Nota 15).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.3. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.3, de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação. Na Nota 40 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção “Justo valor”, é apresentada a fonte utilizada pelo Banco no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, o Banco cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.3.). No entanto, sempre que considerado necessário estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão do crédito. No entanto, periodicamente de três em três anos, é efectuada a actualização das avaliações com base na localização e nos índices imobiliários disponíveis.

2.16. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1, em 2008 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2008, desde que aprovadas pela União Europeia.

No exercício de 2008, o Banco analisou as alterações verificadas nas Normas IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, endossadas pela União Europeia, sobre reclassificação de instrumentos financeiros, tendo efectuado a reclassificação das obrigações da Sonae Distribuição de “Activos financeiros disponíveis para venda” para “Crédito a clientes”. O montante reclassificado ascendeu a 61.022 mEuros, o qual incluía os respectivos juros a receber (Nota 9).

No exercício de 2007, o Banco adoptou a Norma IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, cujo impacto consistiu essencialmente num alargamento das divulgações fornecidas ao nível dos instrumentos financeiros utilizados (Nota 39).

Por outro lado, adoptou igualmente a alteração verificada na Norma IAS 1 – Divulgações sobre requisitos de capital, a qual se reflectiu essencialmente na necessidade de divulgações adicionais sobre esta matéria. As divulgações previstas no âmbito desta alteração são apresentadas na Nota 40.

Em 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e pelo “Internacional Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 8 – “Segmentos operacionais” – Esta Norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo a Norma IAS 14 – “Relato por Segmentos”. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 3 (Alteração) – “Concentrações de actividades empresariais” e IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do “Goodwill” apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer como resultado de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IFRS 1 (Revista) – “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro” – As alterações efectuadas ao texto desta norma correspondem essencialmente a alterações de estrutura, sendo mantida a substância do texto anterior. A adopção da norma revista é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IAS 39 (Alteração) – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” – A revisão efectuada ao texto desta Norma pretende clarificar dois aspectos relacionados com contabilidade de cobertura, nomeadamente a identificação da inflação como risco coberto e a cobertura através de opções. Com esta alteração, apenas se pode designar como risco coberto a componente de inflação relacionada com fluxos de caixa de instrumentos financeiros se essa componente estiver especificada contratualmente. As opções podem ser designadas como de cobertura de justo valor ou de fluxos de caixa, mas esta alteração esclarece que apenas o valor intrínseco da opção e não o valor temporal, reflecte o risco e como tal, se for designada a opção na sua totalidade para cobertura de um risco, deverá existir ineficácia de cobertura. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009. Adicionalmente, foi efectuada uma alteração à IAS 39 sobre a reclassificação de activos financeiros, sobre data efectiva e transição, ainda não endossada pela União Europeia.
- IFRIC 16 – “Cobertura de um investimento líquido numa operação estrangeira” – Esta interpretação clarifica os tipos de riscos cambiais que se qualificam para contabilidade de cobertura, assim como que montantes designar, onde no grupo devem ser detidos os instrumentos de cobertura e que montantes devem ser reclassificados para resultados quando a operação coberta termina. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Outubro de 2008.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações supra referidas nas demonstrações financeiras individuais do Banco, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

3. RELATO POR SEGMENTOS

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, o Banco adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Retail: Inclui o negócio originado na rede de agências com empresas e particulares, e ainda financiamentos à construção e gestão de patrimónios.
- Corporate: Inclui o negócio com empresas cuja facturação é igual ou superior a 50 milhões de Euros ou que pertencem a um grupo económico que reúne estas condições.
- Mercados: Emissão, gestão, colocação e negociação de instrumentos financeiros para cobertura de operações com clientes ou para a carteira de negociação.
- Outros: Regista os custos e proveitos de estrutura não imputáveis a qualquer das áreas anteriormente descritas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2008 e 2007, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2008				
	Retail	Corporate	Mercados	Outros	Total
Margem financeira	63.301	17.863	1.235	(1.351)	81.048
Rendimentos de instrumentos de capital	366	-	-	-	366
Resultados de serviços e comissões	12.931	2.646	7.676	(290)	22.963
Outros resultados de exploração e outros	6.946	1.393	430	1.711	10.480
Produto bancário	83.544	21.902	9.341	70	114.857
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(54.211)	(11.377)	(5.763)	(1.089)	(72.440)
Amortizações do exercício	(2.999)	(556)	(199)	(234)	(3.988)
Provisões e imparidade	(11.194)	(2.360)	-	(4.241)	(17.795)
Resultado antes de impostos	15.140	7.609	3.379	(5.494)	20.634
Impostos	(4.012)	(2.016)	(895)	3.609	(3.314)
Resultado líquido do exercício	11.128	5.593	2.484	(1.885)	17.320
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	236.336	-	236.336
Activos financeiros disponíveis para venda	-	97.449	-	24.269	121.718
Aplicações em instituições de crédito	31.291	117.513	479.700	45.568	674.072
Crédito a clientes	3.223.799	2.222.171	5.000	83.436	5.534.406
Recursos de outras instituições de crédito	1.871.663	1.910.638	721.036	(1.416.810)	3.086.527
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.383.427	526.494	-	1.193.489	3.103.410
	2007				
	Retail	Corporate	Mercados	Outros	Total
Margem financeira	48.941	19.069	31	(398)	67.643
Rendimentos de instrumentos de capital	396	-	-	10.230	10.626
Resultados de serviços e comissões	18.402	2.858	7.729	(2.128)	26.861
Outros resultados de exploração e outros	6.960	2.500	945	4.373	14.778
Produto bancário	74.699	24.427	8.705	12.077	119.908
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(51.790)	(11.045)	(4.913)	(13.457)	(81.205)
Amortizações do exercício	(3.074)	(517)	(192)	(220)	(4.003)
Provisões e imparidade	(6.264)	(6.119)	-	(2.766)	(15.149)
Resultado antes de impostos	13.571	6.746	3.600	(4.366)	19.551
Impostos sobre lucros	(3.829)	(1.856)	(990)	7.933	1.258
Resultado líquido do exercício	9.742	4.890	2.610	3.567	20.809
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	74.935	-	74.935
Activos financeiros disponíveis para venda	-	186.776	-	27.140	213.916
Aplicações em instituições de crédito	46.087	238.752	256.255	43.114	584.208
Crédito a clientes	3.032.142	1.879.709	-	69.723	4.981.574
Recursos de outras instituições de crédito	1.646.478	2.132.797	331.177	(192.468)	3.917.984
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.431.751	172.439	-	108.464	1.712.654

A totalidade da actividade do Banco é desenvolvida em Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caixa	19.545	23.016
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	59.891	55.854
Juros a receber	123	77
	-----	-----
	79.559	78.947
	=====	=====

A rubrica de depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Cheques a cobrar		
· No país	30.060	30.254
· No estrangeiro	23	130
Depósitos à ordem		
· No país	327	760
· No estrangeiro	11.604	12.482
	-----	-----
	42.014	43.626
	=====	=====

6. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Títulos		
· Instrumentos de capital	3.927	13.257
· Instrumentos de dívida	20.775	-
· Instrumentos financeiros derivados (Nota 7)	211.634	61.678
	-----	-----
	236.336	74.935
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante notional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2008							
	Montante notional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 8)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 8)	Total
Instrumentos financeiros derivados								
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
. Operações cambiais a prazo	68.333	-	68.333	-	-	-	-	-
. Swaps								
Taxa de juro	2.482.321	134.359	2.616.680	168.316	(173.590)	19.524	(18.626)	(4.376)
Cotações	7.462	112.825	120.287	650	(1.021)	11.018	(17.661)	(7.015)
. Opções								
Taxa de juro	38.970	-	38.970	2.819	(2.848)	-	-	(29)
Cotações	226.260	-	226.260	39.589	(39.494)	-	-	95
. Contratos de garantia de taxa								
Caps	711.259	-	711.259	260	(260)	-	-	-
Floors	848.200	-	848.200	-	-	-	-	-
	<u>4.382.805</u>	<u>247.184</u>	<u>4.629.989</u>	<u>211.634</u>	<u>(217.214)</u>	<u>30.542</u>	<u>(36.287)</u>	<u>(11.326)</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
. Futuros								
Cotações	2.418	-	2.418	-	-	-	-	-
	<u>2.418</u>	<u>-</u>	<u>2.418</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4.385.223</u>	<u>247.184</u>	<u>4.632.407</u>	<u>211.634</u>	<u>(217.214)</u>	<u>30.542</u>	<u>(36.287)</u>	<u>(11.326)</u>
2007								
	Montante notional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 8)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 8)	Total
Instrumentos financeiros derivados								
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
. Operações cambiais a prazo	104.968	-	104.968	-	-	-	-	-
. Swaps								
Divisas	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de juro	1.218.881	158.274	1.377.155	29.190	(28.444)	4.792	(9.362)	(3.824)
Cotações	5.056	96.734	101.790	95	(392)	5.330	(14.792)	(9.759)
Outros	-	-	-	-	-	8.072	-	8.072
. Opções								
Taxa de juro	38.351	-	38.351	1.113	(1.063)	-	-	50
Cotações	193.536	-	193.536	30.987	(30.095)	-	-	892
. Contratos de garantia de taxa								
Caps	180.534	-	180.534	293	(293)	-	-	-
Floors	306.850	-	306.850	-	-	-	-	-
	<u>2.048.176</u>	<u>255.008</u>	<u>2.303.184</u>	<u>61.678</u>	<u>(60.287)</u>	<u>18.194</u>	<u>(24.154)</u>	<u>(4.569)</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
. Futuros								
Cotações	16.151	-	16.151	-	-	-	-	-
	<u>16.151</u>	<u>-</u>	<u>16.151</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2.064.327</u>	<u>255.008</u>	<u>2.319.335</u>	<u>61.678</u>	<u>(60.287)</u>	<u>18.194</u>	<u>(24.154)</u>	<u>(4.569)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Instrumentos financeiros derivados		
. Operações cambiais a prazo		
Instituições financeiras	34.483	52.169
Clientes	33.850	52.799
. Swaps		
Taxa de juro		
Instituições financeiras	1.643.552	782.355
Clientes	973.128	594.800
Cotações		
Instituições financeiras	120.287	101.790
. Opções		
Taxa de juro		
Instituições financeiras	19.880	19.568
Clientes	19.090	18.783
Cotações		
Instituições financeiras	118.406	102.318
Clientes	107.854	91.218
. Contratos de garantia de taxa		
Caps		
Instituições financeiras	355.629	90.267
Clientes	355.630	90.267
Floors		
Instituições financeiras	424.100	153.425
Clientes	424.100	153.425
. Futuros		
Bolsa	2.418	16.151
	<u>4.632.407</u>	<u>2.319.335</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)8. CONTABILIDADE DE COBERTURA

O BBVA Portugal utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes da actividade com clientes, nomeadamente, de depósitos estruturados e de operações de crédito a taxa fixa.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos contabilísticos dos elementos cobertos e dos respectivos instrumentos de cobertura apresentam o seguinte detalhe:

Tipo de cobertura	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura				
	Montante nominal	Juros corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Montante nominal	Juros	Prémios	Reavaliação	Justo valor
2008									
(Notas 11 e 19)									
<i>Cobertura de justo valor</i>									
Crédito a taxa fixa	105.286	771	6.982	113.039	97.763	85	-	(6.570)	(6.485)
Depósitos estruturados	133.460	(5.303)	2.967	131.125	149.421	4.263	(17)	(3.506)	740
	<u>238.746</u>	<u>(4.531)</u>	<u>9.949</u>	<u>244.164</u>	<u>247.184</u>	<u>4.348</u>	<u>(17)</u>	<u>(10.076)</u>	<u>(5.745)</u>

Tipo de cobertura	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura				
	Montante nominal	Juros corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Montante nominal	Juros	Prémios	Reavaliação	Justo valor
2007									
(Notas 11 e 19)									
<i>Cobertura de justo valor</i>									
Crédito a taxa fixa	101.782	610	3.842	106.234	101.782	(28)	-	(3.791)	(3.819)
Depósitos estruturados	140.703	(4.679)	5.764	141.788	153.226	4.357	(36)	(6.462)	(2.141)
	<u>242.485</u>	<u>(4.069)</u>	<u>9.606</u>	<u>248.022</u>	<u>255.008</u>	<u>4.329</u>	<u>(36)</u>	<u>(10.253)</u>	<u>(5.960)</u>

Durante os exercícios de 2008 e 2007, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos elementos cobertos e nos respectivos instrumentos de cobertura podem ser resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2008	2007
<i>Cobertura de justo valor</i>		
Crédito a taxa fixa		
Elemento coberto	3.140	370
Instrumento de cobertura		
Swaps de taxa de juro	(2.809)	(320)
	<u>331</u>	<u>50</u>
Produtos Estruturados		
Elemento coberto	(2.797)	2.504
Instrumento de cobertura		
Swaps de taxa de juro	576	(332)
Equity swaps	2.270	(2.354)
	<u>49</u>	<u>(182)</u>
	<u>380</u>	<u>(132)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	15.899	16.084
De outros residentes		
· Outras obrigações	78.054	168.148
De não residentes		
· Outras obrigações	19.736	21.289
<u>Instrumentos de capital</u>		
· Valorizados ao justo valor	2.294	2.392
· Valorizados ao custo histórico	4.845	4.823
	-----	-----
	120.828	212.736
Juros a receber	1.556	1.951
Receitas com rendimento diferido	(35)	(141)
	-----	-----
	122.349	214.546
Imparidade (Nota 20)	(631)	(630)
	-----	-----
	121.718	213.916
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

Em 2008 o Banco reclassificou as obrigações da Sonae Distribuição de “Activos financeiros disponíveis para venda” para “Crédito a clientes”. O montante reclassificado ascendeu a 61.022 mEuros, o qual incluía os respectivos juros a receber.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui 2.294 mEuros e 2.392 mEuros, respectivamente, relativos a unidades de participação de fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos de capital valorizados ao custo histórico têm a seguinte composição:

	2008			2007	
	Participação efectiva (%)	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de balanço	Valor de balanço
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A	5,83%	3.831	-	3.831	3.831
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	0,78%	305	-	305	305
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	0,09%	622	(544)	78	57
Outros		87	(87)	-	-
		=====	=====	=====	=====
		4.845	(631)	4.214	4.193

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2008 e 2007 na Imparidade é apresentado na Nota 20.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Empréstimos		
. no país	161.315	296.011
Depósitos		
. no estrangeiro	507.870	286.546
	-----	-----
	669.185	582.557
	-----	-----
Juros a receber:		
. no país	935	1.106
. no estrangeiro	3.952	545
	-----	-----
	4.887	1.651
	-----	-----
	674.072	584.208
	=====	=====

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	596.909	508.608
De três meses a um ano	40.276	53.161
De um a cinco anos	32.000	20.788
	-----	-----
	669.185	582.557
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Crédito não titulado:		
Crédito interno		
. Empresas e administrações públicas		
Empréstimos	1.440.954	1.424.731
Créditos em conta corrente	702.756	616.830
Operações de locação financeira	101.925	71.988
Créditos tomados - factoring	76.438	30.985
Descobertos em depósitos à ordem	1.986	3.556
Outros créditos	2.684	1.617
. Particulares		
Habitação	1.711.063	1.658.012
Outros créditos	176.732	204.939
Crédito ao exterior	523.049	443.553
	-----	-----
	4.737.587	4.456.211
	-----	-----
Crédito titulado:		
Papel comercial	636.525	443.150
Desconto e outros créditos	67.968	63.640
Dívida não subordinada	60.000	-
	-----	-----
	764.493	506.790
	-----	-----
	5.502.080	4.963.001
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 8)	6.982	3.842
	-----	-----
	5.509.062	4.966.843
	-----	-----
Juros a receber:		
Crédito não titulado	16.030	12.860
Juros recebidos:		
Crédito titulado	3.087	896
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Despesas com encargo diferido	7.611	6.113
Receitas com rendimento diferido	(11.417)	(9.623)
	-----	-----
	15.311	10.246
	-----	-----
Crédito e juros vencidos	34.184	19.964
	-----	-----
	5.558.557	4.997.053
	-----	-----
Provisões (Nota 20):		
. Para crédito e juros vencidos	(18.968)	(12.753)
. Para créditos de cobrança duvidosa	(5.179)	(2.692)
. Para risco-país	(4)	(34)
	-----	-----
	(24.151)	(15.479)
	-----	-----
	5.534.406	4.981.574
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2008 e 2007 nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país é apresentado na Nota 20.

Adicionalmente, para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, o Banco dispõe em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 37.820 mEuros e 35.346 mEuros, respectivamente, registada na rubrica "Provisões" do passivo (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 1.023.115 mEuros e 524.415 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007, o crédito a clientes e as garantias prestadas (Nota 23) incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 838.045 mEuros e 344.981 mEuros, respectivamente.

Estes montantes não são considerados para efeitos do apuramento do rácio de solvabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o prazo residual dos créditos a clientes, excluindo o crédito vencido, apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	1.733.963	1.557.977
De três meses a um ano	703.143	560.565
De um a dois anos	236.727	225.372
Mais de dois anos	2.828.247	2.619.087
	-----	-----
	5.502.080	4.963.001
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição da carteira de créditos a clientes por sectores de actividade, excluindo o crédito vencido, é a seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Agricultura	25.034	35.013
Alimentos, bebidas e tabaco	62.312	54.596
Comércio	304.374	345.195
Construção	528.119	492.535
Engenharia	292.525	275.268
Madeira e cortiça	16.479	12.041
Serviços	999.536	705.232
Têxtil	31.426	21.795
Transportes e comunicações	232.309	163.716
Particulares:		
- Habitação	1.834.747	1.751.969
- Consumo	90.289	105.970
Outros	1.084.930	999.671
	-----	-----
	5.502.080	4.963.001
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

12. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2007			Abates		Transferências			Amortizações			31-12-2008				
	Valor	Amortizações	Imparidade	Aquisições	Valor	Amortizações	Para activos detidos para venda (Nota 16)		Valor	do	Imparidade	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor líquido	
	Bruto	Acumuladas			Bruto	Acumuladas	Bruto	Amortizações	Bruto	exercício		Bruto	Acumuladas			
			(Nota 20)								(Nota 20)			(Nota 20)		
Imóveis -																
. De serviço próprio	72.602	(19.624)	(1.504)	450	-	-	(4.515)	1.064	1.360	516	(1.122)	(2.346)	69.053	(19.682)	(2.490)	46.881
. Despesas em edifícios arrendados	9.986	(8.864)	-	470	-	-	-	-	-	218	(310)	-	10.674	(9.174)	-	1.500
Activos tangíveis em curso																
. Imóveis de serviço próprio	218	-	-	562	-	-	-	-	-	(771)	-	-	9	-	-	9
	<u>82.806</u>	<u>(28.488)</u>	<u>(1.504)</u>	<u>1.482</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.515)</u>	<u>1.064</u>	<u>1.360</u>	<u>(37)</u>	<u>(1.432)</u>	<u>(2.346)</u>	<u>79.736</u>	<u>(28.856)</u>	<u>(2.490)</u>	<u>48.390</u>
Equipamento -																
. Mobiliário e material	8.359	(7.835)	-	250	-	-	-	-	-	17	(182)	-	8.626	(8.017)	-	609
. Máquinas e ferramentas	5.975	(5.344)	-	405	(20)	20	-	-	-	18	(209)	-	6.378	(5.533)	-	845
. Equipamento informático	19.880	(18.616)	-	317	-	-	-	-	-	2	(1.001)	-	20.199	(19.617)	-	582
. Instalações interiores	13.605	(11.509)	-	460	-	-	-	-	-	-	(423)	-	14.065	(11.932)	-	2.133
. Material de transporte	1.199	(428)	-	818	(646)	296	-	-	-	-	(263)	-	1.371	(395)	-	976
. Equipamento de segurança	4.186	(3.579)	-	81	-	-	-	-	-	-	(170)	-	4.267	(3.749)	-	518
	<u>53.204</u>	<u>(47.311)</u>	<u>-</u>	<u>2.331</u>	<u>(666)</u>	<u>316</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>(2.248)</u>	<u>-</u>	<u>54.906</u>	<u>(49.243)</u>	<u>-</u>	<u>5.663</u>
Outros activos tangíveis -																
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	-	77
	<u>136.087</u>	<u>(75.799)</u>	<u>(1.504)</u>	<u>3.813</u>	<u>(666)</u>	<u>316</u>	<u>(4.515)</u>	<u>1.064</u>	<u>1.360</u>	<u>-</u>	<u>(3.680)</u>	<u>(2.346)</u>	<u>134.719</u>	<u>(78.099)</u>	<u>(2.490)</u>	<u>54.130</u>

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2006				Abates		Transferências	Amortizações	Imparidade (Nota 20)	31-12-2007			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 20)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	do exercício		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 20)	Valor líquido
Imóveis -													
. De serviço próprio	72.611	(18.483)	(845)	608	(575)	41	(42)	(1.182)	(659)	72.602	(19.624)	(1.504)	51.474
. Despesas em edifícios arrendados	10.314	(9.035)	-	324	(694)	491	42	(320)	-	9.986	(8.864)	-	1.122
Activos tangíveis em curso													
. Imóveis de serviço próprio	-	-	-	218	-	-	-	-	-	218	-	-	218
	<u>82.925</u>	<u>(27.518)</u>	<u>(845)</u>	<u>1.150</u>	<u>(1.269)</u>	<u>532</u>	<u>-</u>	<u>(1.502)</u>	<u>(659)</u>	<u>82.806</u>	<u>(28.488)</u>	<u>(1.504)</u>	<u>52.814</u>
Equipamento -													
. Mobiliário e material	8.112	(7.567)	-	247	-	-	-	(268)	-	8.359	(7.835)	-	524
. Máquinas e ferramentas	5.502	(5.200)	-	473	-	-	-	(144)	-	5.975	(5.344)	-	631
. Equipamento informático	19.457	(17.529)	-	423	-	-	-	(1.087)	-	19.880	(18.616)	-	1.264
. Instalações interiores	13.080	(11.106)	-	525	-	-	-	(403)	-	13.605	(11.509)	-	2.096
. Material de transporte	954	(710)	-	823	(578)	491	-	(209)	-	1.199	(428)	-	771
. Equipamento de segurança	3.992	(3.409)	-	194	-	-	-	(170)	-	4.186	(3.579)	-	607
	<u>51.097</u>	<u>(45.521)</u>	<u>-</u>	<u>2.685</u>	<u>(578)</u>	<u>491</u>	<u>-</u>	<u>(2.281)</u>	<u>-</u>	<u>53.204</u>	<u>(47.311)</u>	<u>-</u>	<u>5.893</u>
Outros activos tangíveis -													
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	-	77
	<u>134.099</u>	<u>(73.039)</u>	<u>(845)</u>	<u>3.835</u>	<u>(1.847)</u>	<u>1.023</u>	<u>-</u>	<u>(3.783)</u>	<u>(659)</u>	<u>136.087</u>	<u>(75.799)</u>	<u>(1.504)</u>	<u>58.784</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Imóveis de serviço próprio" inclui imóveis não afectos à actividade do Banco nos montantes de 5.422 mEuros e 4.302 mEuros, respectivamente, aos quais estão associadas perdas por imparidade nos montantes de 2.490 mEuros e 1.504 mEuros, respectivamente.

Estes imóveis são reconhecidos contabilisticamente ao custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, sendo registadas imparidades sempre que o valor de avaliação seja inferior ao respectivo valor líquido contabilístico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2007			Transferências	Amortizações do exercício	31 de Dezembro de 2008		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	908	(441)	-	840	(308)	1.748	(749)	999
Activos intangíveis em curso	678	-	1.358	(840)	-	1.196	-	1.196
	<u>1.586</u>	<u>(441)</u>	<u>1.358</u>	<u>-</u>	<u>(308)</u>	<u>2.944</u>	<u>(749)</u>	<u>2.195</u>

Descrição	31 de Dezembro de 2006			Transferências	Amortizações do exercício	31 de Dezembro de 2007		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	612	(221)	296	-	(220)	908	(441)	467
Activos intangíveis em curso	187	-	491	-	-	678	-	678
	<u>799</u>	<u>(221)</u>	<u>787</u>	<u>-</u>	<u>(220)</u>	<u>1.586</u>	<u>(441)</u>	<u>1.145</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Activos intangíveis em curso” corresponde essencialmente a software adquirido a empresas externas, o qual ainda não se encontra em funcionamento.

14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “investimentos em filiais” tem a seguinte composição:

Sector de actividade / Empresa	Sede	2008			2007	
		Participação efectiva (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 20)	Valor de balanço	Valor de balanço
<u>Locação financeira</u>						
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Lisboa	100%	11.576	-	11.576	11.576
<u>Gestão de fundos de pensões</u>						
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100%	998	-	998	998
<u>Gestão de fundos de investimento</u>						
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Lisboa	100%	998	-	998	998
<u>Outros</u>						
Invesco Management nº1, S.A.	Luxemburgo	100%	16.211	6.196	10.015	10.975
			<u>29.783</u>	<u>6.196</u>	<u>23.587</u>	<u>24.547</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Julho de 2006, o Banco adquiriu uma participação de 99,99% na sociedade Invesco Management nº 1, S.A., com sede no Luxemburgo cujo custo de aquisição ascendeu a 16.211 mEuros. Esta sociedade detém uma participação de 96,876% na sociedade Invesco Management nº 2, S.A.. Em 2008 o Banco adquiriu o remanescente, passando a deter 100% da participação nesta Sociedade. Na sequência desta aquisição, o Banco reconheceu imparidade relativa a esta sociedade no montante de 4.556 mEuros. Durante os exercícios de 2008 e 2007, o Banco reforçou a imparidade em 960 mEuros e 680 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	31-12-2008			31-12-2007		
	Activo Líquido	Situação Líquida	Resultado Líquido	Activo Líquido	Situação Líquida	Resultado Líquido
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	42.862	10.333	111	55.774	10.222	795
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	5.483	4.954	1.636	3.810	3.306	1.555
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	6.842	6.320	1.354	6.108	4.977	2.535
Invesco Management nº 1, S.A.	10.479	9.984	(960)	16.202	15.808	(131)
Invesco Management nº 2, S.A.	11.515	(7.687)	(1.579)	13.320	(11.178)	(549)

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	24.156	22.936
· Por prejuízos fiscais reportáveis	1.022	1.932
	-----	-----
	25.178	24.868
	-----	-----
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(482)	(497)
	-----	-----
	24.696	24.371
	=====	=====
Activos por impostos correntes		
· Pagamentos por conta	310	282
· Outros	57	57
	-----	-----
	367	339
	-----	-----
Passivos por impostos correntes		
· Imposto sobre o rendimento a pagar	(282)	(277)
	-----	-----
	85	62
	==	==

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2006	Variação em resultados	Variação em Situação Líquida	Saldo em 31-12-2007	Variação em resultados	Variação em Situação Líquida	Saldo em 31-12-2008
. Activos intangíveis	561	(561)	-	-	-	-	-
. Prémio de antiguidade	453	(28)	-	425	29	-	454
. Subsídio por morte	1.104	(105)	-	999	30	-	1.029
. Provisões não aceites fiscalmente:							
Provisões para créditos com garantia hipotecária							
Para cobrança duvidosa	376	283	-	659	568	-	1.227
Para crédito vencido	-	1.521	-	1.521	996	-	2.517
Provisões para riscos gerais de crédito	5.396	(303)	-	5.093	603	-	5.696
Provisões para aplicações financeiras	124	20	-	144	-	-	144
Provisões para imóveis	232	166	-	398	622	-	1.020
Provisões para outras aplicações	37	34	-	71	(71)	-	-
Provisões para outros riscos e encargos	61	(1)	-	60	(28)	-	32
. Pensões							
Reformas antecipadas	7.740	3.557	1.133	12.430	(1.965)	753	11.218
Outros custos relativos a pensões	(1.085)	(3.099)	3.988	(196)	(2.659)	2.724	(131)
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(191)	23	-	(168)	52	-	(116)
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	333	(87)	-	246	(82)	-	164
. Prejuízos fiscais reportáveis	1.631	301	-	1.932	(910)	-	1.022
. Comissões	1.149	(319)	-	830	(277)	-	553
. Correções no justo valor dos elementos cobertos	(277)	77	-	(200)	67	-	(133)
. Valorização dos activos disponíveis para venda	(29)	1	155	127	(1)	(126)	-
. Arredondamentos	-	-	(3)	-	71	-	-
	<u>17.615</u>	<u>1.480</u>	<u>5.273</u>	<u>24.371</u>	<u>(2.955)</u>	<u>3.351</u>	<u>24.696</u>

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Impostos correntes</u>	(359)	(222)
	-----	-----
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(2.045)	1.179
Prejuízos fiscais reportáveis	(910)	301
	-----	-----
	(2.955)	1.480
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	(3.314)	1.258
	=====	=====
Resultado antes de impostos	20.634	19.551
	-----	-----
Carga fiscal	16,07%	(6,42%)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como segue:

	2008		2007	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		20.634		19.551
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	5.468	26,50%	5.181
Alteração do reconhecimento fiscal das contribuições efectuadas relativas a pensões e reformas antecipadas	0,00%	-	-19,26%	(3.766)
Constituição de impostos diferidos activos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores	-4,42%	(911)	-9,88%	(1.932)
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis para os quais não estava reconhecido imposto diferido	-2,34%	(483)	-3,27%	(639)
Impacto da alteração da taxa nominal de imposto	0,00%	-	3,06%	598
Activos financeiros disponíveis para venda	-7,50%	(1.547)	0,00%	-
Benefícios fiscais				
Dividendos	-0,24%	(49)	-14,13%	(2.763)
Sucursal Financeira Exterior	0,16%	33	0,06%	12
Custos não aceites fiscalmente:				
Provisões e imparidade	2,99%	617	10,81%	2.114
Mais e menos valias	-0,21%	(44)	-4,43%	(867)
Reintegrações	0,11%	22	0,34%	66
Seguros	0,26%	54	0,28%	55
Multas e outras penalidades	0,01%	2	0,04%	8
Custos com pensões	0,00%	-	-	-
Tributação autónoma e derrama	1,74%	359	1,14%	222
Impostos diferidos activos não reconhecidos	0,00%	-	-	-
Outros	-1,00%	(207)	2,33%	453
	<u>16,06%</u>	<u>3.314</u>	<u>-6,43%</u>	<u>(1.258)</u>

O BBVA Portugal não reconhece impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais reportáveis sempre que não exista um elevado grau de certeza quanto à existência de lucros tributáveis futuros que possibilitem a respectiva utilização. Neste sentido, em 2008 e 2007 não foram registados impostos diferidos activos no montante de 1.022 mEuros e de 2.176 mEuros, respectivamente.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal dos sujeitos passivos de IRC durante um período de quatro anos, excepto nos casos (como o do Banco) de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o referido prazo de quatro anos se conta a partir do exercício em que tais prejuízos fiscais são utilizados, ou seja, e tendo em conta o prazo de seis anos de reporte de prejuízos fiscais, tal prazo poderá chegar aos 10 anos.

O Banco foi objecto de inspecções fiscais até ao exercício de 2004 (inclusivé).

Como resultado das referidas inspecções, o Banco foi alvo de correcções, em sede de IRC, aos prejuízos fiscais reportáveis por si inicialmente apurados, tendo sido, por via das liquidações adicionais emitidas em resultado dessas correcções, apurada matéria colectável relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004.

As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos contabilísticos não dedutíveis para efeitos fiscais, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pelas Sucursais Financeiras Exteriores da Zona Franca da Madeira, entre outras.

De referir que grande parte dessas correcções foi objecto de reclamação graciosa/impugnação judicial, encontrando-se estes processos em fase de apreciação por parte das autoridades competentes. Dado que os valores liquidados adicionalmente e que resultaram no apuramento de matéria colectável relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004 não foram objecto de pagamento, foram prestadas as necessárias garantias bancárias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Neste âmbito, foram igualmente emitidas liquidações adicionais de IRC referentes a tributação autónoma, as quais, apesar de terem sido integralmente pagas, foram objecto de reclamação graciosa/impugnação judicial.

Relativamente aos exercícios de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, foram apresentadas reclamações de autoliquidação de IRC por parte do Banco relacionadas com diversas matérias de índole fiscal, incluindo contribuições efectuadas para o fundo de pensões, provisões para riscos gerais de crédito e custos com reformas antecipadas, entre outras. As reclamações entregues encontram-se ainda a ser analisadas por parte das autoridades fiscais.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento, às reclamações de autoliquidação de IRC e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 estas provisões ascendiam a 2.258 mEuros e 1.804 mEuros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Activos recebidos em dação em pagamento:		
· Imóveis	21.063	3.972
· Outros	834	833
Imóveis de serviço próprio para venda	3.451	-
	-----	-----
	25.348	4.805
	-----	-----
<u>Outras disponibilidades</u>	23	23
	---	---
<u>Outros activos</u>		
Outros metais preciosos	18	20
	---	---
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros	1.482	1.929
Sector Público Administrativo		
· IVA a recuperar	1.801	1.007
Bonificações a receber	18	44
Outros devedores diversos	6.177	7.025
	-----	-----
	9.478	10.005
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões	3.316	4.464
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Fundo de Pensões (Nota 17)	26.243	39.364
Seguros	30	26
Outras	621	1.021
	-----	-----
	26.894	40.411
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 17)</u>		
· Corredor	28.228	24.628
· Corredor do Aviso nº 12/2005	14.191	17.232
· Excesso face ao corredor	705	-
	-----	-----
	43.124	41.860
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações cambiais a liquidar	12	7
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	539	1.035
Operações activas a regularizar	475	648
	-----	-----
	1.026	1.690
	-----	-----
	109.227	103.278
	-----	-----
<u>Imparidade – Outros activos (Nota 20)</u>		
Outros devedores diversos	(3.311)	(3.521)
Activos recebidos em dação em pagamento	(1.393)	(1.400)
Imóveis de serviço próprio para venda	(1.436)	-
	-----	-----
	103.087	98.357
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Rendimentos a receber – Comissões”, inclui 1.468 mEuros e 2.348 mEuros, respectivamente, relativos a valores a receber da BBVA Seguros, S.A., pela colocação de seguros através da rede comercial do BBVA Portugal (Nota 39).

A rubrica “Despesas com encargo diferido – Fundo de Pensões” corresponde ao impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004 em virtude da adopção do “IAS 19 – Benefícios a empregados”, o qual está a ser reconhecido em Resultados Transitados através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais.

A rubrica “Imóveis de serviço próprio para venda” inclui antigos balcões que deixaram de estar afectos à actividade do Banco. Estes imóveis não são amortizados, sendo periodicamente sujeitos a avaliações. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

O movimento nas rubricas “Activos recebidos em dação em pagamento” e “Imóveis de serviço próprio para venda” durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2007				Transferências		(Dotações) / Reversões	31 de Dezembro de 2008		
	Valor		Aquisições	Alienações	De activos fixos tangíveis			de Imparidade	Valor	
	Bruto	Imparidade			Valor Bruto	Imparidade	Bruto		Imparidade	
	(Nota 20)							(Nota 20)		
Activos recebidos em dação em pagamento										
Imóveis	3.972	(571)	18.808	(1.717)	-	-	7	21.063	(564)	20.499
Outros	833	(829)	1	-	-	-	-	834	(829)	5
Imóveis de serviço próprio para venda	-	-	-	-	3.451	(1.360)	(76)	3.451	(1.436)	2.015
	<u>4.805</u>	<u>(1.400)</u>	<u>18.809</u>	<u>(1.717)</u>	<u>3.451</u>	<u>(1.360)</u>	<u>(69)</u>	<u>25.348</u>	<u>(2.829)</u>	<u>22.519</u>

	31 de Dezembro de 2006				Dotações	31 de Dezembro de 2007		
	Valor		Aquisições	Alienações		de Imparidade	Valor	
	Bruto	Imparidade			Bruto		Imparidade	
	(Nota 20)					(Nota 20)		
Activos recebidos em dação em pagamento								
Imóveis	2.884	(438)	1.272	(184)	(133)	3.972	(571)	3.401
Outros	829	(829)	4	-	-	833	(829)	4
	<u>3.713</u>	<u>(1.267)</u>	<u>1.276</u>	<u>(184)</u>	<u>(133)</u>	<u>4.805</u>	<u>(1.400)</u>	<u>3.405</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As responsabilidades do BBVA Portugal com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e por invalidez encontram-se cobertas por Fundos de Pensões. A gestão destes Fundos, bem como a elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são da responsabilidade da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto	5,9%	5,3%
Taxa de rendimento de longo prazo	4,8%	4,6%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2%
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 a 50%	EVK 80 a 50%
Tábua de turnover	MSSL a 50%	MSSL a 50%
Idade de reforma	65	65
Percentagem de casados	85%	85%
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões é o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Empregados no activo	838	703
Reformados e pensionistas	768	771
	-----	-----
	1.606	1.474
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com assistência médica e as respectivas coberturas são as seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
A. Responsabilidades:		
Serviços passados:		
- Empregados no activo	58.417	58.282
- Reformados e pensionistas	203.232	214.556
	-----	-----
	261.649	272.838
	-----	-----
Assistência médica:		
- Empregados no activo	3.767	3.788
- Reformados e pensionistas	13.174	13.946
	-----	-----
	16.941	17.734
	-----	-----
Subsídio por morte	3.696	3.769
	-----	-----
	282.286	294.341
	-----	-----
B. Cobertura das responsabilidades:		
Valor patrimonial dos Fundos	275.551	286.841
Contratos de rendas vitalícias	6.735	7.500
	-----	-----
	282.286	294.341
	-----	-----
C. Excesso/ Insuficiência	-	-
	===	===

A partir de 2007, o Fundo de Pensões passou a financiar também os benefícios de subsídio por morte.

O movimento no valor actual das responsabilidades por serviços passados ocorrido durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Responsabilidades no início do exercício	294.341	295.474
Reformas antecipadas efectuadas no período	-	10.890
Subsídio por morte	115	3.769
Custo do serviço corrente	3.581	3.885
Custo dos juros	15.020	13.701
Perdas actuariais	2.317	4.186
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(15.172)	(14.096)
Alteração de pressupostos:		
. Taxa de desconto	(18.239)	(23.747)
Contribuição dos colaboradores	323	279
	-----	-----
Responsabilidades no fim do exercício	282.286	294.341
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A cobertura das responsabilidades do Banco é efectuada através da parcela do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) detida pelo Banco, do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões. O movimento ocorrido na cobertura das responsabilidades foi o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo inicial:		
. Valor patrimonial dos Fundos	286.841	247.445
. Contratos de rendas vitalícias	7.500	8.314
. Contribuições a entregar	-	39.715
	-----	-----
	294.341	295.474
	-----	-----
Contribuições efectuadas pelo Banco	6.939	17.382
Contribuições dos colaboradores	323	278
Rendimento esperado dos fundos de pensões	13.087	12.984
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(15.172)	(14.096)
(Ganhos) e perdas actuariais/financeiras	(17.232)	(17.681)
	-----	-----
Saldo final	282.286	294.341
	=====	=====

Em 2008 e 2007 foram efectuadas contribuições em numerário no montante global de 6.939 mEuros e 57.097 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Obrigações	7.941	7.263
Unidades de Participação de Fundos geridos por entidades do Grupo	12.262	12.244
	-----	-----
	20.203	19.507
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de custos diferidos e de desvios actuariais diferidos relacionados com a introdução das NCA durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	Custos diferidos NCA	Corredor	Corredor do Aviso nº 12/2005	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006 (Nota 16)	59.047	24.480	19.259	102.786
Amortização efectuada por contrapartida de resultados transitados	(19.682)	-	-	(19.682)
Amortização efectuada por contrapartida de corredor	-	2.027	(2.027)	-
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:				
- financeiras	-	17.681	-	17.681
- actuariais	-	4.186	-	4.186
Impacto da alteração da taxa de desconto Arrendamentos	- (1)	(23.747) 1	-	(23.747) -
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 16)	39.364	24.628	17.232	81.224
Amortização efectuada por contrapartida de resultados transitados	(13.122)	-	-	(13.122)
Amortização efectuada por contrapartida de corredor	-	3.041	(3.041)	-
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:				
- financeiras	-	17.186	-	17.186
- actuariais	-	2.317	-	2.317
Impacto da alteração da taxa de desconto Arrendamentos	- 1	(18.239) -	-	(18.239) 1
Excesso face ao corredor	-	(705)	-	(705)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 16)	26.243	28.228	14.191	68.662

As perdas financeiras e actuariais em 2008 e 2007 ascenderam a 19.503 mEuros e 21.867 mEuros, respectivamente, dos quais 17.186 mEuros e 17.681 mEuros são relativos a perdas financeiras nos activos do Fundo de Pensões.

Em 2006, o Banco reconheceu em resultados a amortização do “Corredor do Aviso nº 12/2005” no montante de 1.014 mEuros. Em 2008 e 2007, de acordo com as instruções recebidas do Banco de Portugal, o Banco transferiu 3.041 mEuros e 2.027 mEuros do “Corredor do Aviso nº 12/2005” para o “Corredor”.

O custo do exercício com pensões de reforma e responsabilidades com saúde corresponde essencialmente ao custo do serviço corrente, ao custo dos juros relativo à totalidade das responsabilidades, aos custos com acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas, deduzidos do rendimento esperado dos Fundos de Pensões:

	2008	2007
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	-	10.890
Custo do serviço corrente	3.696	3.885
Custo dos juros	15.020	13.701
Rendimento esperado dos Fundos de Pensões	(13.042)	(12.984)
	-----	-----
Custo do exercício (Nota 36)	5.674	15.492
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

18. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
À vista		
Depósitos à ordem		
· Instituições de crédito no país	7.469	5.889
· Instituições de crédito no estrangeiro	45.065	25.874
	-----	-----
	52.534	31.763
	-----	-----
Depósitos a prazo e outros recursos		
· Instituições de crédito no país	-	10.075
· Instituições de crédito no estrangeiro	3.017.150	3.858.015
	-----	-----
	3.069.684	3.899.853
	-----	-----
Juros a pagar		
· Recursos de instituições de crédito no país	44	20
· Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	16.799	18.111
	-----	-----
	16.843	18.131
	-----	-----
	3.086.527	3.917.984
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	276.304	1.269.359
De três meses a um ano	243.054	574.890
De um a cinco anos	1.668.257	1.224.203
A mais de cinco anos	882.069	831.401
	-----	-----
	3.069.684	3.899.853
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro eram remunerados à taxa de juro média anual de 4,69% e 4,77%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Depósitos		
· À ordem	842.572	905.241
· A prazo	2.236.899	785.914
· De poupança	9.753	17.807
Outros recursos de clientes		
· Cheques e ordens a pagar	3.694	716
· Outros	202	242
	-----	-----
	3.093.120	1.709.920
	-----	-----
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 8)	(2.967)	(5.764)
	-----	-----
	3.090.153	1.704.156
	-----	-----
Encargos a pagar		
· Juros de recursos de clientes	13.348	8.552
	-----	-----
Despesas com encargo diferido		
· Juros de recursos de clientes	(91)	(54)
	-----	-----
	3.103.410	1.712.654
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Até três meses	2.616.515	1.349.894
De três meses a um ano	346.693	209.117
De um a cinco anos	129.912	150.909
	-----	-----
	3.093.120	1.709.920
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a taxa anual média de remuneração dos depósitos de clientes era de 2,55% e 2,17%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)20. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2007	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2008
Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em instituições de crédito:						
- Créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	2.692	6.054	(3.641)	(31)	105	5.179
- Crédito e juros vencidos (Nota 11)	12.753	14.430	(6.338)	(1.877)	-	18.968
- Risco-país (Nota 11)	34	13	(42)	-	(1)	4
	<u>15.479</u>	<u>20.497</u>	<u>(10.021)</u>	<u>(1.908)</u>	<u>104</u>	<u>24.151</u>
Provisões:						
- Riscos gerais de crédito (Nota 11)	35.346	5.849	(3.375)	-	-	37.820
- Outros riscos e encargos	3.024	1.423	-	(355)	(508)	3.584
- Riscos bancários gerais	1	-	-	-	-	1
	<u>38.371</u>	<u>7.272</u>	<u>(3.375)</u>	<u>(355)</u>	<u>(508)</u>	<u>41.405</u>
Imparidade						
- Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	630	1	-	-	-	631
- Imparidade de outros activos:						
Outros activos tangíveis (Nota 12)	1.504	2.375	(29)	-	(1.360)	2.490
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	5.236	960	-	-	-	6.196
Activos recebidos em dação em pagamento (Nota 16)	1.400	278	(285)	-	-	1.393
Imóveis de serviço próprio para venda (Nota 16)	-	76	-	-	1.360	1.436
Outros devedores diversos (Nota 16)	3.521	75	(29)	(660)	404	3.311
	<u>11.661</u>	<u>3.764</u>	<u>(343)</u>	<u>(660)</u>	<u>404</u>	<u>14.826</u>
	<u>66.141</u>	<u>31.534</u>	<u>(13.739)</u>	<u>(2.923)</u>	<u>-</u>	<u>81.013</u>
Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em instituições de crédito:						
- Créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	2.121	3.323	(2.647)	(111)	6	2.692
- Crédito e juros vencidos (Nota 11)	11.611	9.355	(4.911)	(3.294)	(8)	12.753
- Risco-país (Nota 11)	8	38	(12)	-	-	34
	<u>13.740</u>	<u>12.716</u>	<u>(7.570)</u>	<u>(3.405)</u>	<u>(2)</u>	<u>15.479</u>
Provisões:						
- Riscos gerais de crédito (Nota 11)	27.996	10.520	(3.170)	-	-	35.346
- Outros riscos e encargos	2.163	1.115	-	(335)	81	3.024
- Riscos bancários gerais	1	-	-	-	-	1
	<u>30.160</u>	<u>11.635</u>	<u>(3.170)</u>	<u>(335)</u>	<u>81</u>	<u>38.371</u>
Imparidade						
- Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	596	45	(11)	-	-	630
Aplicações em instituições de crédito	-	265	(265)	-	-	-
	<u>596</u>	<u>310</u>	<u>(276)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>630</u>
- Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	1.267	133	-	-	-	1.400
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	4.556	680	-	-	-	5.236
Outros activos tangíveis (Nota 13)	845	859	(200)	-	-	1.504
Outros activos (Nota 16)	3.865	45	(13)	(297)	(79)	3.521
	<u>10.533</u>	<u>1.717</u>	<u>(213)</u>	<u>(297)</u>	<u>(79)</u>	<u>11.661</u>
	<u>55.029</u>	<u>26.378</u>	<u>(11.229)</u>	<u>(4.037)</u>	<u>-</u>	<u>66.141</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" diz respeito essencialmente a provisões constituídas para contingências fiscais, legais e fraudes diversas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

21. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Empréstimos subordinados:		
. Concedido em Março de 2007	95.000	95.000
. Concedido em Junho de 2006	75.000	75.000
	-----	-----
	170.000	170.000
	-----	-----
Encargos a pagar		
. Juros de empréstimos subordinados	46	27
	-----	-----
	170.046	170.027
	=====	=====

Em 30 de Março de 2007 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado no montante de 95.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. Este empréstimo tem vencimento em 30 de Março de 2017 e vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 0,65 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Maio de 2007, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos números 6º e 7º do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro.

Em 29 de Junho de 2006 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado perpétuo no montante de 75.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. O BBVA Portugal poderá proceder ao reembolso – total ou parcial – do mútuo a partir do sétimo ano mediante autorização do Banco de Portugal. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 1,25 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Junho de 2006, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos números 6º e 7º do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)22. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	1.343	1.306
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	2.818	2.735
. Contribuições para a Segurança Social	276	281
. Imposto sobre Valor Acrescentado	419	142
Cobranças por conta de terceiros	19	19
Contribuições para outros sistemas de saúde	142	144
Credores diversos		
. Fornecedores de Leasing	1.803	9.902
. Credores por contrato de factoring	408	838
. Outros fornecedores	558	680
. Outros credores	636	1.434
	-----	-----
	8.422	17.481
	-----	-----
<u>Encargos a pagar</u>		
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	-	1.035
Por gastos com pessoal		
. Remunerações variáveis	5.619	4.673
. Provisão para férias e subsídio de férias	4.500	4.069
. Prémio de antiguidade	3.889	3.780
. Outros	68	79
Por gastos gerais administrativos	957	1.111
Outros	1.423	783
	-----	-----
	16.456	15.530
	-----	-----
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	329	339
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Posição cambial	12	7
Outras operações a regularizar	5.524	6.771
	-----	-----
	5.536	6.778
	-----	-----
	30.743	40.128
	=====	=====

A rubrica “Prémio de antiguidade” corresponde ao montante estimado dos encargos com o pagamento dos prémios de antiguidade previstos na cláusula 150º do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector bancário. Este montante é determinado pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

23. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	821.819	631.414
Aceites e endossos	4.051	3.075
Créditos documentários abertos	7.268	7.064
Outros passivos eventuais	1.331	4
	-----	-----
	834.469	641.557
	=====	=====
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Contratos a prazo de depósitos	-	108.282
Por linhas de crédito		
· Compromissos irrevogáveis	294.736	571.088
· Compromissos revogáveis	1.927.248	2.082.710
Por subscrição de títulos	82.200	225.600
Responsabilidades a prazo de contribuições para		
o Fundo de Garantia de Depósitos	680	680
Responsabilidade potencial para com		
o Sistema de Indemnização aos Investidores	747	882
	-----	-----
	2.305.611	2.989.242
	=====	=====
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	4.626.892	4.624.007
Valores recebidos para cobrança	52.856	61.544
Valores administrados pela instituição	59.470	117.159
Outras	96.557	81.262
	-----	-----
	4.835.775	4.883.972
	=====	=====

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente nos bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 36). Em 2008, o BBVA Portugal efectuou o pagamento das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de 519 mEuros. Em 2007, o BBVA Portugal utilizou a faculdade de não realizar o pagamento de 15% do valor das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, através da assunção de um compromisso irrevogável pelo montante não entregue. Neste âmbito, foram dadas em penhor 10.146.794 Obrigações do Tesouro.

O saldo da rubrica "Sistema de indemnização aos investidores" corresponde ao montante do compromisso irrevogável assumido pelo Banco, nos termos da legislação aplicável, de entregar àquele Sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

24. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a estrutura accionista é a seguinte:

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	<u>N ° de</u> <u>Accções</u>	<u>%</u>	<u>N ° de</u> <u>accções</u>	<u>%</u>
Luxinvest, S.A., com sede no Luxemburgo	199.046.899	90,48%	199.046.899	90,48%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	20.952.951	9,52%	20.952.951	9,52%
Outros	150	0,00%	150	0,00%
	-----		-----	
	220.000.000	100,00%	220.000.000	100,00%
	=====		=====	

Durante o exercício de 2006, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 22 de Dezembro de 2006, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 60.000.000 acções pelo valor nominal de 1 Euro, as quais foram emitidas ao par e integralmente realizadas.

Durante o exercício de 2005, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 9 de Fevereiro de 2005, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 35.000.000 acções pelo valor nominal de 1 Euro, as quais foram emitidas ao par e integralmente realizadas.

Durante o exercício de 2000, o Banco realizou um aumento do capital social no montante de 55.168 mEuros com um prémio de emissão de 7.008 mEuros.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

25. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	(6.297)	(481)
De investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
. Reservas de reavaliação do imobilizado	1.897	2.196
. Reservas por impostos diferidos		
De activos financeiros disponíveis para venda	-	126
	-----	-----
	(4.400)	1.841
	-----	-----
Reserva legal	12.398	10.315
Outras reservas	12.486	12.486
Resultados transitados	(24.017)	(33.398)
	-----	-----
	867	(10.597)
	-----	-----
Resultado líquido do exercício	17.320	20.809
	-----	-----
	13.787	12.053
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Reservas de reavaliação

Reservas de reavaliação do imobilizado

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BBVA Portugal ao abrigo das disposições legais e apenas podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2008, o efeito das reavaliações de imobilizado corpóreo, efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Valor <u>bruto</u>	Amortizações <u>acumuladas</u>	Reserva de <u>reavaliação</u>
Imóveis	3.023	(1.126)	1.897
	====	=====	=====

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)26. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros de disponibilidades	2.096	1.816
Juros de aplicações em instituições de crédito	26.518	20.645
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	264.199	188.522
. Crédito ao exterior	35.827	22.108
Juros de crédito vencido	1.645	1.559
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
. Instrumentos financeiros derivados	93.498	22.818
Juros de activos financeiros disponíveis para venda		
. Títulos	11.370	17.698
Juros de derivados de cobertura	10.546	1.511
Juros de devedores e outras aplicações	1	1
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado		
. Operações de crédito	2.625	2.777
Outras comissões recebidas:		
. Operações de crédito	1.989	2.280
	-----	-----
	450.314	281.735
	=====	=====

27. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros de recursos de Bancos Centrais	43	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. No país	2.669	3.582
. No estrangeiro	177.367	138.594
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	68.732	37.491
Juros de passivos financeiros de negociação		
. Instrumentos financeiros derivados	95.207	24.035
Juros de derivados de cobertura	14.668	1.607
Juros de passivos subordinados	10.020	8.437
Outras comissões pagas:		
. Operações de crédito	560	346
	-----	-----
	369.266	214.092
	=====	=====

28. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	4.738
. BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	3.492
. BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	-	2.000
. SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	284	316
. Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	82	80
	-----	-----
	366	10.626
	===	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)29. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Por garantias prestadas	5.128	3.899
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1.399	1.092
Por outras operações sobre instrumentos financeiros	65	81
Por serviços prestados		
. Administração de valores	6.970	8.277
. Depósito e guarda de valores	3.983	5.824
. Gestão de cartões	5.427	5.208
. Operações de crédito	1.371	1.385
. Cobrança de valores	913	1.092
. Montagem de operações	132	238
. Transferência de valores	99	130
. Outros serviços prestados	1.324	2.321
Por operações realizadas por conta de terceiros	2.220	2.105
Outras comissões recebidas	2.271	1.942
	-----	-----
	31.302	33.594
	=====	=====

Em 2008 e 2007, a rubrica “Comissões de depósito e guarda de valores” inclui 3.505 mEuros e 5.426 mEuros, respectivamente, correspondentes às comissões de banco depositário dos fundos de investimento mobiliário geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e dos fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 2008 e 2007, a rubrica “Comissões por serviços prestados – administração de valores” inclui 4.933 mEuros e 4.266 mEuros, respectivamente, correspondentes à remuneração do BBVA Portugal pela angariação de operações para o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

Em 2008 e 2007, a rubrica “Outras comissões recebidas” inclui 1.484 mEuros e 1.604 mEuros, respectivamente, relativos à remuneração do BBVA Portugal pela colocação através da rede comercial do Banco, de seguros por conta da BBVA Seguros, S.A..

30. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Por garantias recebidas	5.234	3.431
Por compromissos assumidos por terceiros	69	174
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Depósito e guarda de valores	361	427
. Operações de crédito	19	35
. Cobrança de valores	8	10
. Administração de valores	3	1
. Outros	605	693
Por operações realizadas por terceiros	2.039	1.957
Outras comissões pagas	1	5
	-----	-----
	8.339	6.733
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)31. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008			2007		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Títulos						
. Emitidos por residentes	2.269	(5.224)	(2.955)	5.127	(2.035)	3.092
. Emitidos por não residentes	284	(2.073)	(1.789)	6	-	6
Instrumentos financeiros derivados						
. Swaps						
Swaps de divisas	33.019	-	33.019	2.562	-	2.562
Swaps de taxa de juro	132.474	(131.954)	520	19.492	(19.035)	457
Equity swaps	-	(33.395)	(33.395)	-	(2.706)	(2.706)
. Futuros						
Sobre taxas de juro	-	(1)	(1)	829	(188)	641
Sobre cotações	31.286	(26.182)	5.104	29.739	(32.297)	(2.558)
. Opções						
Sobre taxas de juro	1.786	(1.870)	(84)	1.067	(1.130)	(63)
Sobre cotações	12.536	(13.379)	(843)	14.961	(15.064)	(103)
	<u>213.654</u>	<u>(214.078)</u>	<u>(424)</u>	<u>73.783</u>	<u>(72.455)</u>	<u>1.328</u>
Derivados de cobertura:						
. Swaps						
Swaps de taxa de juro	7.406	(9.639)	(2.233)	2.230	(2.882)	(652)
Equity swaps	5.848	(3.578)	2.270	2.563	(4.917)	(2.354)
	<u>13.254</u>	<u>(13.217)</u>	<u>37</u>	<u>4.793</u>	<u>(7.799)</u>	<u>(3.006)</u>
Correcções de valor de activos/passivos de operações de cobertura objecto	12.648	(12.305)	343	7.151	(4.277)	2.874
	<u>239.556</u>	<u>(239.600)</u>	<u>(44)</u>	<u>85.727</u>	<u>(84.531)</u>	<u>1.196</u>

32. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos emitidos por residentes	(39)	35
. Títulos emitidos por não residentes	222	(191)
	----	----
	183	(156)
	===	==

33. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Reavaliação da posição cambial à vista	884	797
Reavaliação da posição cambial a prazo	5	83
	----	----
	889	880
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

34. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultados em activos não financeiros		
. Outros activos tangíveis	(1)	(323)
	==	===

35. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Reembolso de despesas	5.888	6.337
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.777	3.645
. Resultados em investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	-	3.208
. Recuperação de créditos incobráveis	1.043	1.699
. Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	1.568	285
. Rendas de locação operacional	30	29
. Outros	305	704
	-----	-----
	12.611	15.907
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
. Impostos directos	1.036	997
. Impostos indirectos	354	367
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Quotizações e donativos	124	87
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 23)	519	456
. Outros encargos e gastos operacionais:		
Campanha de incentivo FIM Extra 5	386	441
Outros	739	378
	-----	-----
	3.158	2.726
	-----	-----
Outros resultados de exploração	9.453	13.181
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)36. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Salários e vencimentos		
. Órgãos de Gestão e Fiscalização	194	169
. Empregados	34.889	33.372
	-----	-----
	35.083	33.541
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
. Encargos com Pensões (Nota 17)	5.559	15.492
. Encargos relativos a remunerações:		
Caixa de Abono de Família	2.733	2.648
SAMS	1.464	1.354
Segurança Social	303	286
Outros	135	131
. Outros encargos sociais obrigatórios:		
Subsídio por morte (Nota 17)	115	293
Outros	98	105
. Outros	201	206
	-----	-----
	10.608	20.515
	-----	-----
Encargos sociais facultativos	182	166
	-----	-----
Outros custos com pessoal:		
. Indemnizações contratuais	544	1.166
. Outros	213	245
	-----	-----
	757	1.411
	-----	-----
	46.630	55.633
	=====	=====

O número médio de colaboradores do BBVA Portugal em 2008 e 2007 apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Direcção	43	58
Chefias e gerência	170	127
Quadros técnicos	392	390
Administrativos	220	225
	-----	-----
	825	800
	====	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

37. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Com fornecimentos	1.875	2.032
Com serviços		
. Comunicações	3.714	3.624
. Publicidade e edição de publicações	1.451	2.272
. Rendas e alugueres	3.442	3.265
. Deslocações, estadas e despesas de representação	1.271	1.268
. Conservação e reparação	759	877
. Seguros	388	388
. Transportes	202	208
. Serviços especializados:		
Informática	1.623	1.375
Avenças e honorários	965	1.155
Mão de obra eventual	430	558
Judiciais, contencioso e notariado	335	369
Segurança e vigilância	321	313
Bancos de dados	67	23
Informações	15	15
Outros serviços especializados	4.214	3.624
. Outros serviços de terceiros	4.738	4.206
	-----	-----
	25.810	25.572
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

38. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as entidades pertencentes ao Grupo BBVA e os órgãos de gestão do Banco.

Saldos com empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os principais saldos com empresas do Grupo BBVA são os seguintes:

	2008	2007
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	4.646	153
Activos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	87.767	32.835
Activos financeiros disponíveis para venda		
BBVA Global Finance, Ltd.	-	1.715
Aplicações em instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	511.819	285.755
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	31.291	43.820
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	3.528
Crédito a clientes		
Automerchantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	44.162	43.800
Derivados de cobertura (Activo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	27.101	14.086
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	11.576	11.576
Invesco Management Nº 1, S.A.	10.016	10.975
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	998	998
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	998	998
Outros Activos		
BBVA Seguros, S.A.	1.468	2.348
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	140	220
BBVA Gestion, S.A.	28	57
Passivos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	133.625	29.833
Recursos de outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.058.442	3.880.153
Recursos de clientes		
BBVA Luxinvest	1.106.448	-
Invesco Management Nº 2, S.A.	6.445	5.780
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	6.431	5.542
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	5.288	3.607
BBVA Seguros, S.A.	2.396	1.714
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	811	1.937
Financ.do Comércio Exterior	34	-
Derivados de cobertura (Passivo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	36.255	24.137
Outros passivos subordinados		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	170.046	170.027
Extrapatrimoniais (garantias recebidas)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	1.844.221	1.938.872
Extrapatrimoniais (garantias prestadas)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	23.448	-
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	1.298	98
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	626	133
Extrapatrimoniais (compromissos irrevogáveis)		
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	20.000	16.472
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	2.709	11.180
Extrapatrimoniais (Derivados)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	4.516.255	2.359.556

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Transacções com empresas do Grupo

Nos exercícios de 2008 e 2007, os principais saldos da demonstração de resultados com empresas do Grupo BBVA são os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Margem financeira		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(175.113)	(136.373)
BBVA Luxinvest	(21.277)	-
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	1.930	1.863
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	1.624	1.991
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	(223)	(216)
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	(161)	(138)
Invesco Management N° 2, S.A.	(131)	(172)
BBVA Global Finance, Ltd.	38	64
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	216	220
Rendimentos de intrumentos de capital		
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	4.738
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	3.492
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	-	2.000
Comissões líquidas		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(266)	4.266
BBVA Seguros, S.A.	1.484	1.324
BBVA Gestion, S.A.	28	57
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	197	-
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	69	174
Resultados em operações financeiras		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(46.528)	(13.641)
Outros resultados de exploração		
Corporacion General Financiera S.A.	-	3.208
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	301	304
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	163

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)39. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

A política de gestão do risco no BBVA Portugal tem por objectivo gerir e controlar activamente a exposição à incerteza e está alinhada com os objectivos globais do Grupo BBVA.

Neste sentido, o Grupo BBVA tem vindo a dotar-se dos elementos tanto qualitativos (estrutura, sistemas e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas) considerados necessários.

O Grupo BBVA dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão de riscos avançada, preserva a independência da função, mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam os riscos.

Durante 2008, foi criado o Comité Geral de Gestão de Risco (CGGR), que se trata de um órgão independente responsável pela Função de Gestão de Riscos do Banco, que tem como principais objectivos o acompanhamento e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos, o aconselhamento do Conselho de Administração em matéria de Risco e a elaboração de um relatório anual de gestão de riscos. Este comité é responsável pelos Riscos de Crédito, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional, Cumprimento e Sistemas de Informação.

Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

No BBVA Portugal, a gestão do risco cambial é da responsabilidade da Área de Mercados, para a qual são transferidas, em tempo real, todas as posições originadas nas restantes áreas de negócio.

Estão definidos e são diariamente controlados, os limites para posições abertas, o “Stop Loss” e o Value at Risk (VaR) para este tipo de risco.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2008					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra	Coroa Norueguesa	Outras	
<u>Activo</u>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	79.227	174	29	12	117	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	36.099	3.878	501	73	1.463	42.014
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	24.702	-	-	-	-	24.702
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	2.489.079	-	-	-	-	2.489.079
Activos financeiros disponíveis para venda	121.718	-	-	-	-	121.718
Aplicações em instituições de crédito	636.086	33.569	2.700	1.012	705	674.072
Crédito a clientes	5.476.323	54.018	-	3.873	192	5.534.406
Derivados de cobertura (nacionais)	247.079	102	-	-	3	247.184
	<u>9.110.313</u>	<u>91.741</u>	<u>3.230</u>	<u>4.970</u>	<u>2.480</u>	<u>9.212.734</u>
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação (nacionais)	2.489.784	-	-	-	-	2.489.784
Recursos de outras instituições de crédito	3.031.365	50.534	-	3.875	753	3.086.527
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.056.483	41.028	3.233	1.033	1.633	3.103.410
Derivados de cobertura (nacionais)	247.082	102	-	-	-	247.184
Outros passivos subordinados	170.046	-	-	-	-	170.046
	<u>8.994.760</u>	<u>91.664</u>	<u>3.233</u>	<u>4.908</u>	<u>2.386</u>	<u>9.096.951</u>
Exposição Líquida		<u>77</u>	<u>(3)</u>	<u>62</u>	<u>94</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suiço	Outras	
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	78.640	142	61	2	102	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40.860	858	1.394	34	480	43.626
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	13.257	-	-	-	-	13.257
- Derivados (nacionais)	1.223.937	-	-	-	-	1.223.937
Activos financeiros disponíveis para venda	213.916	-	-	-	-	213.916
Aplicações em instituições de crédito	538.864	39.512	5.006	826	-	584.208
Crédito a clientes	4.940.691	40.496	-	-	387	4.981.574
Derivados de cobertura (nacionais)	253.040	1.968	-	-	-	255.008
	<u>7.303.205</u>	<u>82.976</u>	<u>6.461</u>	<u>862</u>	<u>969</u>	<u>7.394.473</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação (nacionais)	1.223.937	-	-	-	-	1.223.937
Recursos de outras instituições de crédito	3.873.982	41.225	2.047	-	730	3.917.984
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.667.950	39.514	4.318	804	68	1.712.654
Derivados de cobertura (nacionais)	253.040	1.967	-	-	-	255.007
Outros passivos subordinados	170.027	-	-	-	-	170.027
	<u>7.188.936</u>	<u>82.706</u>	<u>6.365</u>	<u>804</u>	<u>798</u>	<u>7.279.609</u>
Exposição líquida		<u><u>270</u></u>	<u><u>96</u></u>	<u><u>58</u></u>	<u><u>171</u></u>	

Tal como é visível nos quadros acima, o BBVA Portugal apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

No BBVA Portugal cabe ao Comité de Activos e Passivos o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada gestão dos recebimentos e pagamentos no tempo.

O Banco baseia a gestão do Risco de Liquidez em dois indicadores: o rácio de Liquidez e a evolução do fluxo de financiamento do Grupo. O BBVA Portugal utiliza ainda como modelo base de análise de risco de liquidez, o que consta em Instrução nº 1/2000, alterado por Instrução nº 32/2003 do Banco de Portugal.

Em relação ao rácio de liquidez, é usada a metodologia de identificação para cumprimento dos requisitos de informação do Banco de Portugal para risco de liquidez, e recorre-se à informação da Base de Dados Financeira. Adicionalmente, a área de mercados disponibiliza a informação na Base de Dados Financeira para análise das tomadas do Grupo.

A identificação e análise da evolução do fluxo de financiamento do Grupo é realizada numa base diária, sendo elaborado um mapa de liquidez numa base mensal.

O BBVA Portugal cobre as suas necessidades de fundos junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com os requisitos definidos pelo IFRS 7 apresentamos de seguida a totalidade dos “cash-flows” contratuais não descontados para os diversos intervalos temporais, com base nos seguintes pressupostos:

- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- Os descobertos em depósitos à ordem e as Contas Correntes Caucionadas registados na rubrica “Crédito a clientes” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- A coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos, às acções, unidades de participação e ao crédito vencido de clientes; e
- Para as operações cuja remuneração não é fixa, por exemplo, operações indexadas à Euribor, os “cash-flows” futuros são estimados com base no valor de referência em 31 de Dezembro de 2007.
- Foram incluídos os fluxos de juros calculados para todas as operações de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos cash flows contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2008						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros	
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	79.559	-	-	-	-	-	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.014	-	-	-	-	-	42.014
Activos financeiros detidos para negociação	993	405.488	288.179	1.520.796	300.258	29.595	2.545.309
Activos financeiros disponíveis para venda	-	16.292	3.878	108.197	520	7.018	135.905
Aplicações em instituições de crédito	46.319	558.330	44.065	30.314	-	-	679.028
Crédito a clientes	780.375	1.055.510	935.603	1.370.227	2.834.107	30.378	7.006.200
Derivados de cobertura	-	34.043	64.108	98.921	71.275	3.408	271.755
	949.260	2.069.663	1.335.833	3.128.455	3.206.160	70.399	10.759.770
Passivos							
Passivos financeiros detidos para negociação	982	405.538	288.419	1.521.287	300.231	4.813	2.521.270
Recursos de outras instituições de crédito	52.634	258.803	415.984	2.316.449	1.041.864	-	4.085.733
Recursos de clientes e outros empréstimos	846.423	1.777.026	357.931	132.676	-	(91)	3.113.965
Derivados de cobertura	-	36.076	64.980	101.420	74.924	4.447	281.847
Outros passivos subordinados	-	1.674	11.152	130.971	121.055	-	264.852
	900.039	2.479.117	1.138.466	4.202.803	1.538.074	9.169	10.267.668
Gap de liquidez	49.221	(409.454)	197.367	(1.074.348)	1.668.086	61.230	492.102

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007						
	A vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.947	-	-	-	-	-	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	43.626	-	-	-	-	-	43.626
Activos financeiros detidos para negociação	-	17.149	40.571	123.502	11.536	18.307	211.065
Activos financeiros disponíveis para venda	-	17.812	34.675	132.446	69.180	6.987	261.100
Aplicações em instituições de crédito	203.625	307.415	54.712	21.349	-	-	587.101
Crédito a clientes	639.093	994.537	787.617	1.381.102	3.058.611	16.454	6.877.414
Derivados de cobertura	-	6.796	24.738	32.364	19.211	4.005	87.114
	<u>965.291</u>	<u>1.343.709</u>	<u>942.313</u>	<u>1.690.763</u>	<u>3.158.538</u>	<u>45.753</u>	<u>8.146.367</u>
Passivos							
Passivos financeiros detidos para negociação	-	17.036	40.198	122.786	11.292	4.501	195.813
Recursos de outras instituições de crédito	31.966	1.322.372	620.043	1.523.644	885.704	-	4.383.729
Recursos de clientes e outros empréstimos	906.282	449.422	211.024	151.696	-	(53)	1.718.371
Derivados de cobertura	-	9.108	31.083	36.886	21.089	1.623	99.789
Outros passivos subordinados	-	2.441	7.232	38.665	194.068	-	242.406
	<u>938.248</u>	<u>1.800.379</u>	<u>909.580</u>	<u>1.873.677</u>	<u>1.112.153</u>	<u>6.071</u>	<u>6.640.108</u>
Gap de liquidez	<u>27.043</u>	<u>(456.670)</u>	<u>32.733</u>	<u>(182.914)</u>	<u>2.046.385</u>	<u>39.682</u>	<u>1.506.259</u>

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

Os “gaps” negativos “até 3 meses” e “de 1 a 5 anos” reflectem o peso do crédito à habitação, operações tradicionalmente de longo prazo, nos activos do BBVA. Todos os “gaps” incorporam os juros calculados para todas as operações de balanço, tal como exigido pelos IFRS.

Considerando o acima exposto, e a fonte de recursos a que o BBVA Portugal tem acesso, poder-se-á concluir por um risco de liquidez praticamente negligenciável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reapreciação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base), bem como pela existência de opções implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A exposição do Banco a movimentos nas taxas de juro constitui um risco inerente ao desenvolvimento da actividade bancária, sendo em simultâneo uma oportunidade para a criação de valor económico. Neste sentido, o risco de taxa de juro deve ser gerido de modo a não ser excessivo face aos Fundos Próprios do Banco, e mantendo uma relação estável em relação ao resultado esperado.

No BBVA Portugal, a exposição ao risco de taxa de juro é analisada sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2008			Total
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	79.559	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	42.014	42.014
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	24.702	-	-	24.702
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	651.109	1.837.970	2.489.079
Activos financeiros disponíveis para venda	7.052	20.386	94.280	121.718
Aplicações em instituições de crédito	-	7.000	667.072	674.072
Crédito a clientes	34.121	198.545	5.301.740	5.534.406
Derivados de cobertura (nacionais)	-	62.556	184.628	247.184
	65.875	939.596	8.207.263	9.212.734
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	678.107	1.811.677	2.489.784
Recursos de outras instituições de crédito	-	11.332	3.075.195	3.086.527
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	129.914	2.973.496	3.103.410
Passivos subordinados	-	-	170.046	170.046
Derivados de cobertura (nacionais)	-	80.802	166.382	247.184
	-	900.155	8.196.796	9.096.951
Exposição líquida	65.875	39.441	10.467	115.783

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2007			Total
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	78.947	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	43.626	43.626
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	13.257	-	-	13.257
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	263.743	960.194	1.223.937
Activos financeiros disponíveis para venda	7.127	19.741	187.048	213.916
Aplicações em instituições de crédito	-	20.788	563.420	584.208
Crédito a clientes	19.963	199.197	4.762.414	4.981.574
Derivados de cobertura (nacionais)	-	16.760	238.248	255.008
	<u>40.347</u>	<u>520.229</u>	<u>6.833.897</u>	<u>7.394.474</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	-	285.525	938.412	1.223.937
Recursos de outras instituições de crédito	-	47.786	3.870.198	3.917.984
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	149.229	1.563.425	1.712.654
Passivos subordinados	-	-	170.027	170.027
Derivados de cobertura (nacionais)	-	66.026	188.982	255.008
	<u>-</u>	<u>548.566</u>	<u>6.731.044</u>	<u>7.279.610</u>
Exposição líquida	<u>40.347</u>	<u>(28.337)</u>	<u>102.853</u>	<u>114.864</u>

Os montantes apresentados relativamente a instrumentos financeiros derivados, de negociação e de cobertura, correspondem ao somatório dos montantes nacionais relativos a swaps de taxa de juro.

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo. A exposição ao risco de taxa de juro evidenciada no quadro acima corresponde essencialmente a operações de crédito ao consumo a taxa fixa, para as quais o Banco não contrata operações de cobertura junto do Mercado.

Como se pode verificar pela análise do quadro acima, o risco de taxa de juro para operações a taxa fixa é inexpressivo. No que diz respeito à exposição verificada em taxa variável, contribuiu essencialmente a desmobilização de Produtos Estruturados sem equivalente ajustamento das respectivas Estruturas de Cobertura, atendendo a se tratarem de valores residuais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2008							Total
	À vista	De 2 meses	De 3 meses	De 1	Mais de	Indeterminado	Outros	
	Até 1 mês	a 3 meses	a 12 meses	a 5 anos	5 anos			
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	79.559	-	-	-	-	-	-	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.014	-	-	-	-	-	-	42.014
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos	-	-	-	-	-	24.702	-	24.702
- Instrumentos financeiros derivados	660.687	761.998	414.833	466.329	184.780	-	-	2.488.627
Activos financeiros disponíveis para venda	-	23.281	69.478	19.887	499	7.052	1.521	121.718
Aplicações em instituições de crédito	46.318	583.591	32.276	7.000	-	-	4.887	674.072
Crédito a clientes	758.368	3.811.961	716.101	123.336	75.209	34.121	15.310	5.534.406
Derivados de cobertura	17.065	59.491	108.072	62.556	-	-	-	247.184
	<u>1.604.011</u>	<u>5.240.322</u>	<u>1.340.760</u>	<u>679.108</u>	<u>260.488</u>	<u>65.875</u>	<u>21.718</u>	<u>9.212.282</u>
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação								
- Instrumentos financeiros derivados	647.983	740.830	421.706	489.828	188.279	-	-	2.488.626
Recursos de outras instituições de crédito	52.533	2.874.438	131.280	10.541	791	-	16.944	3.086.527
Recursos de clientes e outros empréstimos	842.735	1.766.837	346.973	129.914	-	-	16.951	3.103.410
Passivos subordinados	170.000	-	-	-	-	-	46	170.046
Derivados de cobertura	17.322	58.313	90.750	22.842	57.957	-	-	247.184
	<u>1.730.573</u>	<u>5.440.418</u>	<u>990.709</u>	<u>653.125</u>	<u>247.027</u>	<u>-</u>	<u>33.941</u>	<u>9.095.793</u>
Exposição líquida	<u>(126.562)</u>	<u>(200.096)</u>	<u>350.051</u>	<u>25.983</u>	<u>13.461</u>	<u>65.875</u>	<u>(12.223)</u>	<u>116.489</u>

	2007							Total
	À vista	De 2 meses	De 3 meses	De 1	Mais de	Indeterminado	Outros	
	Até 1 mes	a 3 meses	a 12 meses	a 5 anos	5 anos			
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.947	-	-	-	-	-	-	78.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	43.626	-	-	-	-	-	-	43.626
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos	-	-	-	-	-	13.257	-	13.257
- Instrumentos financeiros derivados	533.477	94.616	332.101	263.743	-	-	-	1.223.937
Activos financeiros disponíveis para venda	-	83.281	101.955	19.618	123	7.127	1.812	213.916
Aplicações em instituições de crédito	203.245	323.042	35.481	20.788	-	-	1.652	584.208
Crédito a clientes	638.576	3.480.323	633.268	138.035	61.162	19.963	10.247	4.981.574
Derivados de cobertura	45.416	91.930	100.902	16.760	-	-	-	255.008
	<u>1.543.287</u>	<u>4.073.192</u>	<u>1.203.707</u>	<u>458.944</u>	<u>61.285</u>	<u>40.347</u>	<u>13.711</u>	<u>7.394.474</u>
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação								
- Instrumentos financeiros derivados	505.891	97.640	334.881	285.525	-	-	-	1.223.937
Recursos de outras instituições de crédito	31.966	3.383.475	436.627	47.203	583	-	18.130	3.917.984
Recursos de clientes e outros empréstimos	906.201	444.308	204.417	149.229	-	-	8.499	1.712.654
Passivos subordinados	170.000	-	-	-	-	-	27	170.027
Derivados de cobertura	85.665	93.217	10.100	66.026	-	-	-	255.008
	<u>1.699.723</u>	<u>4.018.640</u>	<u>986.025</u>	<u>547.983</u>	<u>583</u>	<u>-</u>	<u>26.656</u>	<u>7.279.610</u>
Exposição líquida	<u>(156.436)</u>	<u>54.552</u>	<u>217.682</u>	<u>(89.039)</u>	<u>60.702</u>	<u>40.347</u>	<u>(12.945)</u>	<u>114.864</u>

De acordo com a política de gestão de riscos em vigor no BBVA Portugal, a gestão da exposição ao risco de taxa de juro assume maior relevância para operações de taxa fixa com prazo superior a um ano.

Considerando o volume de recursos à vista sob a forma de Depósitos à Ordem não remunerados, pouco sensíveis às variações das taxas de juro, o quadro acima evidencia uma muito reduzida exposição ao risco de taxa de juro.

Acresce que os mecanismos de transferência aos clientes dos efeitos nos mercados são automáticos nas operações indexadas, por exemplo, créditos a médio e longo prazo e mais lentos nas operações de curto prazo, muitas delas sucessivamente renegociadas, caso dos depósitos a prazo por exemplo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do BBVA Portugal, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco.

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se fôr o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual assenta a gestão do risco no Grupo BBVA é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do BBVA Portugal e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	2008			2007		
	Valor contabilístico bruto	Provisões/ Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Provisões/ Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.014	-	42.014	43.626	-	43.626
Activos financeiros detidos para negociação	236.336	-	236.336	74.935	-	74.935
Activos financeiros disponíveis para venda	122.348	(630)	121.718	214.546	(630)	213.916
Aplicações em instituições de crédito	674.072	-	674.072	584.208	-	584.208
Crédito a clientes	5.558.557	(24.151)	5.534.406	4.997.053	(15.479)	4.981.574
	<u>6.633.327</u>	<u>(24.781)</u>	<u>6.608.546</u>	<u>5.914.368</u>	<u>(16.109)</u>	<u>5.898.259</u>
Extrapatrimoniais:						
Garantias prestadas	834.469	-	834.469	641.557	-	641.557
Compromissos irrevogáveis	294.736	-	294.736	571.088	-	571.088
	<u>1.129.205</u>	<u>-</u>	<u>1.129.205</u>	<u>1.212.645</u>	<u>-</u>	<u>1.212.645</u>
	<u>7.762.532</u>	<u>(24.781)</u>	<u>7.737.751</u>	<u>7.127.013</u>	<u>(16.109)</u>	<u>7.110.904</u>

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentosCrédito a clientes – empresas

O Banco dispõe de um sistema de rating interno dos clientes nas seguintes categorias:

- . AA
- . A
- . BBB
- . B
- . CCC

O cálculo do Rating é produzido para o negócio de empresas tendo em conta a sua dimensão em termos de volume de vendas (Corporativa, Empresas e Pmes) e, por outro lado, o próprio segmento de negócio (Instituições Públicas, Instituições Financeiras, Promotor Imobiliário, etc).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O algoritmo de classificação que incorpora o sistema de rating compreende variáveis quantitativas (balanço e conta exploração), variáveis qualitativas (segmentos, sector, posição competitiva, accionistas, qualidade da gestão e da informação e flexibilidade financeira) e variáveis de contraste, consistência e alertas, bem como dados complementares obtidos junto de Agências Externas Especializadas.

A pontuação obtida está traduzida em termos de Probabilidade de Incumprimento, validada por Bases de Dados Históricas, e é transposta para uma Escala de Rating de AAA a CCC.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito a empresas classificado de acordo com o sistema de rating interno pode ser resumido como segue:

Classe de activo	2008						Total
	Ratings						
	AA	A	BBB	BB	B	C	
Empresas							
Banca Comercial	103	577	70.518	348.761	124.958	151	545.068
Banca Corporativa	386.600	9.528	684.275	774.220	85.795	125	1.940.543
Banca Institucional (SPA)	-	33.037	57.301	23.044	50.000	-	163.382
Instituições Financeiras e Participadas	507.870	20.000	57.500	-	-	-	585.370
Banca Hipotecária	-	-	-	40.399	12.684	-	53.083
Leasing	107	510	17.477	36.457	10.138	184	64.873
	<u>894.680</u>	<u>63.652</u>	<u>887.071</u>	<u>1.222.881</u>	<u>283.575</u>	<u>460</u>	<u>3.352.319</u>

Classe de activo	2007						Total
	Ratings						
	AA	A	BBB	BB	B	C	
Empresas							
Banca Comercial	121	2.140	92.856	274.270	87.077	159	456.623
Banca Corporativa	73.975	181.241	667.808	557.432	156.573	110	1.637.139
Banca Institucional (SPA)	-	-	26.447	-	-	-	26.447
Instituições Financeiras e Participadas	285.211	-	7.500	35.000	-	-	327.711
Banca Hipotecária	-	-	5.500	33.461	9.852	-	48.813
Leasing	-	-	6.998	23.485	5.586	192	36.261
	<u>359.307</u>	<u>183.381</u>	<u>807.109</u>	<u>923.648</u>	<u>259.088</u>	<u>461</u>	<u>2.532.994</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as operações de crédito para os quais o Banco não dispõe de rating atribuído podem ser decompostas conforme segue:

	2008	2007
Empresas		
Banca Hipotecária	447.151	432.574
Banca Comercial	182.339	172.895
Instituições Financeiras e Participadas	114.717	298.166
Corporativa	34.032	35.609
Banca Institucional (SPA)	1.659	84.351
Leasing	50.393	46.394
	<u>830.291</u>	<u>1.069.989</u>

Crédito a clientes – particulares

Ao nível do crédito a clientes particulares, o Banco tem vindo a focalizar-se essencialmente na concessão de crédito à habitação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No que diz respeito ao crédito à habitação, a relação entre o montante em dívida e o valor de mercado dos imóveis dados em garantia apresenta a seguinte decomposição:

Montante em dívida / garantia	2008		2007	
	Crédito vivo	%	Crédito vivo	%
<=75%	1.017.008	55,41%	978.532	55,90%
entre 75 e 90%	523.306	28,51%	509.963	29,13%
Mais de 90%	295.262	16,08%	262.089	14,97%
	<u>1.835.576</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.750.584</u>	<u>100,00%</u>

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2008, as operações de crédito vencidas apresentam os seguintes colaterais:

	Crédito vencido	Crédito vincendo	Total	Colaterais
Até 3 meses	6.865	239.855	246.720	342.815
De 3 a 6 meses	2.243	33.545	35.788	29.588
De 6 a 12 meses	4.118	30.165	34.283	24.891
De 1 ano a 3 anos	13.028	28.873	41.901	29.444
De 3 anos a 5 anos	7.068	-	7.068	9.588
Juros vencidos	862	207.500	208.362	302.293
	<u>34.184</u>	<u>539.938</u>	<u>574.122</u>	<u>738.619</u>

Créditos reestruturados

O BBVA Portugal tem vindo a identificar as operações de crédito reestruturado nas aplicações informáticas centrais, não tendo sido possível até à data, a identificação da totalidade destas operações. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as operações de crédito reestruturado identificadas nas aplicações centrais do Banco ascendem a 2.455 mEuros e 1.440 mEuros, respectivamente.

Títulos em carteira

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a decomposição dos títulos em carteira por rating pode ser resumida como segue:

Classe de Activo	2008							Sem Rating	Total
	Rating Externo			Rating Interno					
	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	BBB / BBB-	A / A-	BB / BB-	BBB+ / BBB / BBB-			
Activos financeiros detidos para negociação	10.733	9.596	2.845	543	26	231	728	24.702	
Activos financeiros disponíveis para venda	340	15.880	19.973	25.059	-	53.958	6.508	121.718	
	<u>11.073</u>	<u>25.476</u>	<u>22.818</u>	<u>25.602</u>	<u>26</u>	<u>54.189</u>	<u>7.236</u>	<u>146.420</u>	

Classe de Activo	2007							Sem Rating	Total
	Rating Externo			Rating Interno					
	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	BBB / BBB-	A / A-	BB / BB-	BBB+ / BBB / BBB-			
Activos financeiros detidos para negociação	22	5.638	2.307	1.337	126	1.082	2.745	13.257	
Activos financeiros disponíveis para venda	18.246	499	18.628	49.788	-	118.360	8.395	213.916	
	<u>18.268</u>	<u>6.137</u>	<u>20.935</u>	<u>51.125</u>	<u>126</u>	<u>119.442</u>	<u>11.140</u>	<u>227.173</u>	

De referir que ao nível dos títulos registados na categoria de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda”, o rating apresentado corresponde ao mais baixo dos ratings divulgados pelas agências internacionais Fitch, Moody’s e Standard & Poors.

Nos restantes títulos, o rating apresentado corresponde ao rating interno desenvolvido pelo Banco, na medida em que os mesmos são equiparados a operações de crédito.

Risco de mercado

A actividade do Banco realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado do Banco é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- . Value-at-Risk” (VaR) relativamente à carteira de “trading”, a qual inclui a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.
- . Análise de sensibilidade relativamente aos restantes activos e passivos do Banco. Esta análise de sensibilidade é efectuada com base nos pressupostos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução 19/2005.

Carteira de “trading”

O VaR constitui a variável básica para medir e controlar o risco de mercado na Área de Mercados do BBVA Portugal. O VaR corresponde à perda máxima, com um determinado nível de confiança, que se pode produzir nas exposições de mercados de uma carteira para um certo horizonte temporal.

A metodologia utilizada pelo BBVA Portugal assenta na Matriz de co-variâncias a qual consiste em resumir a informação histórica dos mercados numa matriz de co-variâncias dos factores de risco para, a partir dela e das sensibilidades da carteira aos factores de risco, inferir no pressuposto de distribuição normal, a perda máxima para um dia com um nível de confiança de 99%. De referir que são consideradas as observações relativas a um ano, sendo atribuído igual peso a todas as observações.

No Grupo BBVA são seguidos dois métodos para o cálculo da matriz de covariâncias:

- VaR sem alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias se obtém equiponderando a informação diária do último ano transcorrido;
- VaR com alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias é estimada dando mais peso à informação, dos mercados, mais recente, actualmente é utilizada a primeira.

Nas opções, a metodologia genérica consiste em calcular o VaR Vega (de volatilidade) aplicando a cada posição existente as volatilidades das volatilidades implícitas, calculadas a partir de séries históricas disponíveis para as opções sobre os principais subjacentes. Por exemplo, para posições em opções sobre taxa de juro, aplica-se a volatilidade histórica de volatilidades implícitas “at the money” de caps, floors e swaps.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os valores apurados para este indicador podem ser resumidos como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
VaR máximo	453	208
VaR médio	168	103
VaR mínimo	57	36
VaR em 31 de Dezembro	289	91

A decomposição do VaR a 31 de Dezembro de 2008 por tipo de risco é apresentada de seguida:

Taxa de Juro	50
Cambial	6
Renda Variável	282
Efeito de diversificação	<u>(49)</u>
VaR total	<u><u>289</u></u>

Carteira de "non- trading"

A análise de sensibilidade relativamente à carteira "non trading" foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na Situação Líquida e na Margem Financeira do Banco no exercício de 2008 considerando uma descida das taxas de juro de referência em 200 basis points (bps) e assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

O impacto potencial na Margem financeira projectada para 2008 de uma variação das taxas de juro de referência em 200 basis points será de 3.383 mEuros.

Justo valor

O justo valor tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, como acontece, por exemplo, em Depósitos estruturados colocados nos clientes, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos, assentes na técnica de desconto de cash-flows, utilizando a curva de taxas do mercado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos activos e passivos financeiros é o seguinte:

Instrumentos financeiros	<u>2008</u>				
	<u>Saldos analisados</u>			<u>Saldos não analisados</u>	<u>Valor de balanço total</u>
	<u>Valor de balanço</u>	<u>Justo valor</u>	<u>Diferença</u>	<u>Valor de balanço</u>	
Activos					
Aplicações em instituições de crédito	32.000	31.469	(531)	642.072	674.072
Crédito a clientes	<u>2.909.535</u>	<u>2.918.210</u>	<u>8.675</u>	<u>2.624.871</u>	<u>5.534.406</u>
	<u>2.941.535</u>	<u>2.949.679</u>	<u>8.144</u>	<u>3.266.943</u>	<u>6.208.478</u>
Passivos					
Recursos de outras instituições de crédito	(2.550.326)	(2.554.005)	(3.679)	(536.201)	(3.086.527)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(70.094)	(70.255)	(161)	(3.033.316)	(3.103.410)
Outros passivos subordinados	<u>(170.000)</u>	<u>(132.207)</u>	<u>37.793</u>	<u>(46)</u>	<u>(170.046)</u>
	<u>(2.790.420)</u>	<u>(2.756.467)</u>	<u>33.953</u>	<u>(3.569.563)</u>	<u>(6.359.983)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos financeiros	2007					
	Saldos analisados			Saldos não analisados		Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço		
Activos						
Aplicações em instituições de crédito	20.788	20.790	2	563.420	584.208	
Crédito a clientes	2.746.155	2.722.710	(23.445)	2.235.419	4.981.574	
	<u>2.766.943</u>	<u>2.743.500</u>	<u>(23.443)</u>	<u>2.798.839</u>	<u>5.565.782</u>	
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	(2.055.604)	(2.056.380)	(776)	(1.862.380)	(3.917.984)	
Recursos de clientes e outros empréstimos	(41.244)	(41.319)	(75)	(1.671.410)	(1.712.654)	
Outros passivos subordinados	(170.000)	(148.958)	21.042	(27)	(170.027)	
	<u>(2.266.848)</u>	<u>(2.246.657)</u>	<u>20.191</u>	<u>(3.533.817)</u>	<u>(5.800.665)</u>	

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor são os seguintes:

- Para cálculo do justo valor, o BBVA dividiu a sua carteira em operações com vencimento inferior/superior a 31 de Dezembro de 2009.
- Para operações com vencimento inferior ou igual a 31 de Dezembro de 2009 foi considerado que, dado o seu curto prazo, o valor contabilístico é um razoável indicador do seu justo valor.
- A parte da carteira com vencimento superior a um ano foi agrupada em classes homogéneas segundo características comuns a cada classe, nomeadamente produto, família de produto, subtipo de produto, moeda, rating, taxa de juro fixa/variável.
- Para operações negociadas no último mês do ano foram calculadas, para cada classe homogénea, taxas médias (se operações a taxa fixa) ou *spreads* médios (se operações a taxa variável), ambos ponderados pelo montante.

O cálculo do justo valor foi efectuada operação a operação, sendo numa primeira fase feita uma projecção do *cash-flow* com base nas condições contratuais e no valor dos indexantes a 31 de Dezembro de 2008, seguindo-se uma actualização dos *cash-flows* à taxa média (se fixa) ou indexante em 31 de Dezembro acrescida do *spread* médio (se variável), das operações realizadas em Dezembro de 2008.

Para algumas operações com características singulares (empréstimos subordinados), a taxa de actualização ou *spread* resulta de consultas ao mercado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue:

Tipo de instrumento financeiro	2008				
	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo	Técnicas de valorização baseadas em:		
		Dados de mercado	Outros		
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	-	24.702	169.225	42.408	236.335
Activos financeiros disponíveis para venda	19.430	9.450	92.838	-	121.718
Derivados de cobertura	-	-	30.542	-	30.542
	<u>19.430</u>	<u>34.152</u>	<u>292.605</u>	<u>42.408</u>	<u>388.595</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Tipo de instrumento financeiro	2007				
	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo	Técnicas de valorização baseadas em:		
		Dados de mercado	Outros		
<i>Activos</i>					
Activos financeiros detidos para negociação	-	13.258	29.577	32.100	74.935
Activos financeiros disponíveis para venda	19.829	9.609	184.478	-	213.916
Derivados de cobertura	-	-	18.194	-	18.194
	19.829	22.867	232.249	32.100	307.045
<i>Passivos</i>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(29.129)	(31.158)	(60.287)
Derivados de cobertura	-	-	(24.154)	-	(24.154)
	-	-	(53.283)	(31.158)	(84.441)

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital e dívida cotados em Bolsa;
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados, à excepção das opções, é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado;
- Os títulos em carteira valorizados com base em cotações associadas a transacções são apresentados na coluna “Técnicas de valorização – dados de mercado”;
- Os restantes títulos em carteira cuja valorização corresponde a *bids* indicativos fornecidos por contribuidores ou a modelos de valorização internos desenvolvidos são apresentados em “Técnicas de valorização – outras”.

Em 2008, os impactos reconhecidos nas demonstrações financeiras em resultado da utilização de técnicas de valorização não baseadas em dados de mercado são os seguintes:

Instrumentos financeiros	2008	
	Variações no justo valor	
	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios
Activos e passivos financeiros detidos para neg	(783)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(5.751)
Crédito a clientes	3.140	-
Derivados de cobertura (Activos e passivos)	37	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.797)	-
	(403)	(5.751)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

40. GESTÃO DE CAPITAL

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe dos fundos próprios do BBVA Portugal apresenta-se de seguida:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fundos próprios de base	220.544	210.531
Fundos próprios complementares	175.874	172.376
Deduções	(694)	(589)
	-----	-----
Fundos próprios totais	395.724	382.318
	=====	=====
Requisitos de Fundos Próprios para risco de crédito, risco de crédito de contraparte e transacções incompletas	354.513	353.205
Requisitos de Fundos Próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos de mercadorias	997	596
Requisitos de Fundos Próprios	373.033	353.801
Rácio TIER I	4,7%	4,8%
Rácio TIER II	3,8%	3,9%
Rácio de solvabilidade	8,5%	8,7%

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Imparidade	Valor líquido de balanço	Data de vencimento	Taxa de juro (%)
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
Títulos									
Instrumentos de Capital									
Emitidos por Residentes									
Acções									
PORTUCEL	162.527	1,00	1,55	334	-	-	252	n.a.	n.a.
EDP	247.815	1,00	2,70	693	-	-	668	n.a.	n.a.
GALP	40.546	1,00	7,18	407	-	-	291	n.a.	n.a.
SONAE INDUSTRIA SGPS	97.824	5,00	1,53	424	-	-	149	n.a.	n.a.
BES	48.895	5,00	6,69	539	-	-	327	n.a.	n.a.
PORTUGAL TELECOM SGPS SA-REG	113.985	0,03	6,07	748	-	-	692	n.a.	n.a.
BRISA PRIV SHR	52.807	1,00	5,35	391	-	-	283	n.a.	n.a.
BCP	88.656	1,00	0,82	74	-	-	72	n.a.	n.a.
BPI - SGPS SA	70.409	1,00	1,75	221	-	-	123	n.a.	n.a.
JERONIMO MARTINS SGPS	43.077	1,00	3,97	201	-	-	171	n.a.	n.a.
CIMPOR SGPS	46.000	1,00	3,48	202	-	-	160	n.a.	n.a.
ZON MULTIMÉDIA	36.271	0,01	3,71	218	-	-	135	n.a.	n.a.
REN	26.110	1,00	2,84	77	-	-	74	n.a.	n.a.
SONAE SGPS	381.464	1,00	0,44	249	-	-	167	n.a.	n.a.
CORT AMORIM	26.347	1,00	0,81	48	-	-	21	n.a.	n.a.
ENGIL SGPS	18.010	1,00	2,35	82	-	-	42	n.a.	n.a.
TEIXEIRA DUARTE	43.223	0,50	0,60	52	-	-	26	n.a.	n.a.
SONAE COM SGPS SA	17.907	1,00	1,01	51	-	-	18	n.a.	n.a.
SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO SGPS	3.471	1,00	6,40	30	-	-	22	n.a.	n.a.
ALTRI	10.030	0,25	2,10	22	-	-	21	n.a.	n.a.
Emitidos por Não Residentes									
Acções									
EDP RENOVAVEIS	42.651	5,00	5,00	294	-	-	213	n.a.	n.a.
				5.357	-	-	3.927		
Instrumentos de Dívida									
Emitidos por Residentes									
Obrigações									
BRISA PT	20	50.000	0,84	923	3	-	840	05-12-2016	4,50%
Emitidos por Não Residentes									
Obrigações									
GE CAPITAL	60	50.000	0,78	2.880	41	-	2.350	03-04-2014	5,43%
BES FINANCE	2.100	1.000	0,98	2.077	13	-	2.057	13-11-2009	4,44%
SANTANDER	40	50.000	0,94	1.943	17	-	1.872	30-01-2012	4,98%
BCP FINANCE	40	50.000	0,95	1.938	15	-	1.898	06-02-2012	4,83%
MORGAN STANLEY	2.000	1.000	0,73	1.802	8	-	1.452	29-11-2013	4,20%
CXGD	391	5.000	1,10	2.254	-	-	2.157	04-08-2009	n.d.
HSBC	1.150	1.000	0,74	1.057	15	-	849	05-04-2013	5,58%
MONTEPIO	20	50.000	0,96	970	1	-	962	19-09-2011	3,41%
CAIXANOVA	20	50.000	0,99	997	35	-	986	04-06-2011	6,00%
REPSOL FIN	1.000	1.000	0,86	965	6	-	862	16-02-2012	4,50%
CXGD 2	55	10.000	0,95	603	-	-	522	30-07-2012	n.d.
MONTEP2	1.000	1.000	0,90	957	8	-	897	03-05-2012	5,04%
HBOS	2.000	1.000	0,96	1.996	13	-	1.925	18-12-2010	5,22%
SOGEN	20	50.000	0,96	999	6	-	965	18-12-2011	4,97%
				22.361	181	-	20.594		

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Anexo I

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Imparidade	Valor líquido de balanço	Data de vencimento	Taxa de juro (%)
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
Títulos									
Emitidos por Residentes									
Instrumentos de Dívida									
Dívida Pública Portuguesa									
BILHETES DO TESOURO	15.250.000	1,00	0,10	15.250	(34)	-	15.216	23-01-2009	0,00
O.T. - 16 JUNHO 2014	48.000.000	0,01	0,00	491	11	-	510	16-06-2014	4,38
O.T. - 15 Abril 2011	15.000.000	0,01	0,00	147	3	-	154	15-04-2011	3,20
Outros Títulos									
Emitidos por Residentes									
Dívida não Subordinada									
MODELO CONTINENTE 2005/2010	35.000	245	24,50	8.575	211	-	8.786	03-08-2010	5,86
OBRIGAÇÕES PORTUCEL 2005/2010 - II	25.000	1.000	100,20	25.000	10	-	25.059	18-12-2010	4,04
JERON MARTINS 2012	1.000	50.000	4.442,80	50.000	744	-	45.172	11-12-2012	5,74
Instrumentos de capital									
Unidades de Participação									
SIBS	287.307	5,00	1,33	3.831	-	-	3.831	n.a.	n.a.
UNICRE	15.588	5,00	1,96	305	-	-	305	n.a.	n.a.
FINANGESTE	5.050	4,99	1,54	622	-	(544)	78	n.a.	n.a.
Outros ao custo histórico									
Partes de capital em empresas coligadas									
UNID. PARTICIPAÇÃO IBEXII	125.432	5,00	0,60	622	-	-	757	n.a.	n.a.
UNID. PARTICIPAÇÃO EUC	300.000	5,00	0,51	1.500	-	-	1.537	n.a.	n.a.
Emitidos por Não Residentes									
Dívida não Subordinada									
PORT TELECOM INT FIN 260312	20.000	1.000	96,99	19.290	576	-	19.973	26-03-2012	3,75
BNP	35	10.000	971,43	299	-	-	340	15-03-2010	0,00
				<u>126.019</u>	<u>1.521</u>	<u>(631)</u>	<u>121.718</u>		
CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER									
Outros Títulos									
Emitidos por Residentes									
Dívida não Subordinada									
SONAE DISTRIBUIÇÃO	6.000.000	10	1,00	60.000	1.022	-	61.022	10-09-2015	5,43
				<u>60.000</u>	<u>1.022</u>	<u>-</u>	<u>61.022</u>		

¹ Montantes expressos em percentagem do valor nominal para as obrigações e outros títulos de rendimento fixo e em Euros para as acções e outros títulos de rendimento variável.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 6.927.191 milhares de euros e um total de capital próprio de 240.795 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 17.320 milhares de euros, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do principio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Bancário – Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 16 de Março de 2009

CARVALHEDA, PLÁCIDO & ASSOCIADO, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Com sede na Praceta Conde de Arnoso, 1 A – 5º. B – Buraca, 2610 - 043 Amadora
Representada por:



Plácido Norberto dos Inocentes - ROC nº. 772

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida sobre os documentos de prestação de contas individuais do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

RELATÓRIO

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

Após o encerramento das contas e no âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do exercício de 2008, preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação dos resultados nele incluída, bem como o relatório dos Auditores Externos.

Apreciámos a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a qual concordamos.

PARECER

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras individuais supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas:



BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008;
- b) A proposta de aplicação dos resultados incluída no referido Relatório de Gestão.

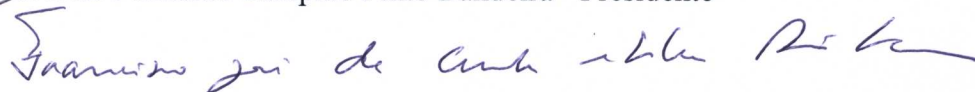
Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 16 de Março de 2009

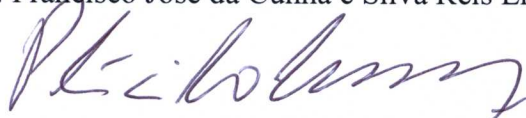
O CONSELHO FISCAL



Dr. Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira - Presidente



Dr. Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima - Vogal



Dr. Plácido Norberto dos Inocentes (ROC 772)
em representação de *Carvalheda, Plácido & Associado, SROC, Lda.*